



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 174 - TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 52, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006**, que “*Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de outubro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 412, DE 2006

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de fevereiro de 2006, que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 413, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 371, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 414, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 35, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 415, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti – MA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 771, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti – MA, a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 416, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 417, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 268, de 6 de junho de 2005, que outorga permissão à Alto Astral Produções Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rorainópolis, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 418, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a portaria nº 553, de 18 de novembro de 2005, que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. Para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 160ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 24, de 2006-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 (cento e doze mil e quatrocentos reais), para os fins que especifica e dá outros providências. (Mensagem nº 108/2006-CN, nº 800/2006, na origem). *Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento do calendário para a tramitação do projeto.* 29936

1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 223, de 2006 (nº 833/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.348, de 27 de setembro de 2006. 29943

Nº 224, de 2006 (nº 834/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005 (nº 2.170/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.349, de 27 de setembro de 2006. 29943

Nº 225, de 2006 (nº 837/2006, na origem), de 27 de setembro último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de

Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda, desde que obtido o **agrément** do governo desse país. 29943

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição da pena pelo estudo. 29968

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 226, de 2006 (nº 836/2006, na origem), de 27 de setembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural. 29969

1.2.5 – Pareceres

Nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que acrescenta o § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasep sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. 29969

Nº 1.095, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. 29973

Nº 1.096, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria

do Senador Moreira Mendes, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro. 29976

Nº 1.097, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, que acrescenta o inciso XXII ao artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade. ... 29983

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 172/2006, de 5 de setembro de 2006, comunicando a aprovação da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, em reunião realizada no dia 16 de outubro de 2003, e que a matéria foi apreciada em turno suplementar, não recebendo emendas e sendo o Substitutivo definitivamente adotado sem votação. 29990

1.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 256/2006, de 5 de setembro de 2006, comunicando a aprovação, com emendas, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, que acrescenta o inciso XXII ao artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade. 29990

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação. 29990

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 3, de 2002, e 313, de 2003, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 29990

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Gratidão aos mais de 2,5 milhões de eleitores que lhe deram seus votos, abraçando como bandeira

a radical mudança no quadro educacional brasileiro. Apelo a seus eleitores no sentido de transformar a campanha eleitoral em um movimento político, social e ideológico em favor da educação. 29992

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Agradecimentos à população pelos votos que o elegeram vice-Governador do Distrito Federal. Satisfação com o resultado da eleição para Presidente da República, que será decidida no segundo turno. 29996

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comentários sobre a importância histórica das eleições de ontem, que demonstraram a consolidação da democracia no país. Expectativa com a existência de debates no segundo turno, na abordagem do tema sobre as desigualdades socioeconômicas. 29999

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Observação sobre a facilidade que tem o PT de se metamorfosear. Comentários sobre o resultado das eleições de ontem e desejo de que o período que antecede o segundo turno seja pleno de debates, para o fortalecimento da democracia brasileira. Cumprimentos pelo comportamento elegante do Senador Aloízio Mercadante. 30005

SENADOR GERALDO MESQUITA – Reflexões sobre o processo eleitoral e seus resultados definitivos ou parciais. Cumprimentos à vitória do Professor Arnaldo Marques e do Senador Tião Viana, que conseguiram a maioria dos votos do povo acreano. 30007

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “**O mensalão das artes**”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja**, edição de 30 de agosto último. 30010

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “**Lula sabia sim do mensalão, afirma ex-governador tucano**”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 5 de setembro último. 30011

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre o artigo intitulado “**Primeira promessa não cumprida**”, publicada na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 29 de agosto último. 30012

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 3, com Ordem do Dia anteriormente designada. 30013

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 116ª sessão não deliberativa, realizada em 24 de julho de 2006. 30015

SENADO FEDERAL

**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA**

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**

**7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

**11 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL**

**12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL**

**13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 160ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Cristovam Buarque, Heráclito Fortes, Roberto Saturnino
e Geraldo Mesquita Júnior*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2006-CN

MENSAGEM Nº 108, DE 2006-CN

(nº 800/2006, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 (cento e doze mil e quatrocentos reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2004-2007 passa a incorporar a alteração constante do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAçAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	ND	OP	M	O	I	F	VALOR
1385 PROTEçAO SOCIAL ESPECIAL										80.000
		ATIVIDADES								
06 244	1385 2831	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTEçAO SOCIAL ESPECIAL								80.000
06 244	1385 2831 0373	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTEçAO SOCIAL ESPECIAL - AQUISIçAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE DEFICIENTES FISICOS DO BAIRRO ROSEIRAL / BELA VISTA - PATY DO ALFERES - RJ	3	4	2	40	8	100		80.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										80.000
TOTAL - GERAL										80.000

ANEXO III

Plano Plurianual 2004 – 2007

Anexo Crédito Ações Plurianuais

Valores em R\$ 1,00

Megaobjetivo *Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia*Desafio *Promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional*Programa **0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais** Órgão Responsável **35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)**Tipo *Gestão de Políticas Públicas*Objetivo *Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse*Público-alvo *Governo e sociedade brasileiros*

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Operação Especial

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2006	2007
0B60	Contribuição à Rede Social da América Latina e Caribe - REDLAC	MDS	- (-)	Nacional R\$	-	-	32.400	11.350

EM nº 00176/2006/MP**Brasília, 12 de setembro de 2006.****Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 (cento e doze mil e quatrocentos reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.

2. A solicitação visa à inclusão de categoria de programação no orçamento vigente do referido Ministério, no âmbito de sua Administração direta, com vistas a viabilizar o pagamento de contribuição à Rede Social da América Latina e Caribe, organismo de cooperação internacional voltado à prestação de assessoria técnica aos países membros, bem como à organização de cursos e eventos.

3. Adicionalmente, o crédito objetiva a adequação da programação vigente do Fundo Nacional de Assistência Social, mediante a inclusão de subtítulo à ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial, a fim de ajustar a descrição de programação constante da Lei Orçamentária de 2006, que permitirá a aquisição de veículo para transporte de deficientes físicos no Bairro Roseiral/Bela Vista, localizado no Município de Paty do Alferes - RJ.

4. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Ressalta-se, a propósito do que determina o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 (LDO-2006), que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução das novas programações, e que o art. 1º, § 3º, do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. Integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação 0B60 - Contribuição à Rede Social da América Latina e Caribe - REDLAC, que passa a integrar o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007).

7. Cabe ressaltar, finalmente, que, no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social, o presente crédito não implica alteração do PPA 2004-2007, uma vez que se trata de inclusão de subtítulo de ação constante do referido Plano.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

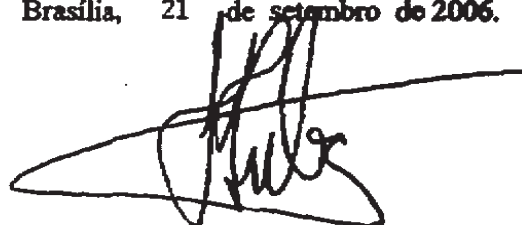
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 800

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 para os fins que especifica, e dá outras providências".

Brasília, 21 de setembro de 2006.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.308, DE 16 DE MAIO DE 2006.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 5.780, DE 19 DE MAIO DE 2006.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto

§ 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos a partir da data de publicação deste Decreto, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

~~Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

Art. 5º A alteração ou a exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 9º, 10 e 11. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

~~§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 5º deste artigo poderão ocorrer por intermédio de lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial ou extraordinário, desde que esses apresentem, a partir do exercício de 2006, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nos termos das normas constantes da Resolução nº1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 7-10 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 15-10 Prazo final para apresentação de emendas;
Até 20-10 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 30-10 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 223, de 2006 (nº 833/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos de Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.348, de 27 de setembro de 2006; e
- Nº 224, de 2006 (nº 834/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005 (nº 2.170/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.349, de 27 de setembro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Será encaminhada à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 225, DE 2006

(Nº 837/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição; o art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986; e os arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Bernardo Pericás Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 370 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 20 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diploma do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Bernardo Pericás Neto poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, em Antígua e Barbuda, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Bernardo Pericás Neto, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte dos seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE BERNARDO PERICÁS NETO

CPF.: 7507372472

ID.: 343 MRE/DF

- 1941 Filho de Bernardo Pericás Durán e Rachel S. da Mota Pericás, nasce em 14 de junho, em Curitiba/PR
- 1961 Aspirante a Oficial da Reserva, Curso de Cavalaria, CPOR de Curitiba/PR
- 1962 CPCD - IRBr
- 1964 Terceiro Secretário em 20 de janeiro
- 1964 Cerimonial, assessor
- 1964 Orden del Libertador San Martín, República Argentina, Cavaleiro
- 1964 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
- 1965 Divisão de Produtos de Base, assistente
- 1965 Ordem do Mérito, Senegal, Oficial
- 1965 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil/RJ
- 1967 Missão junto às Nações Unidas, Terceiro e Segundo Secretário
- 1967 Segundo Secretário, por merecimento, em 31 de março
- 1971 Embaixada no México, Segundo Secretário
- 1972 Secretaria-Geral, Assessor-Chefe
- 1973 Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1 de janeiro
- 1974 Departamento Geral de Administração, Chefe do Gabinete
- 1974 Embaixada em Bruxelas, Primeiro Secretário
- 1976 Embaixada em Maputo, Encarregado de Negócios
- 1976 Divisão da África-II, Chefe, substituto e Chefe
- 1979 Gabinete do Ministro de Estado, Secretário de Informações
- 1980 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 26 de junho
- 1980 Ordem da Águila Azteca, México, Placa
- 1981 Ordem de Boyacá, Colômbia, Grande Oficial

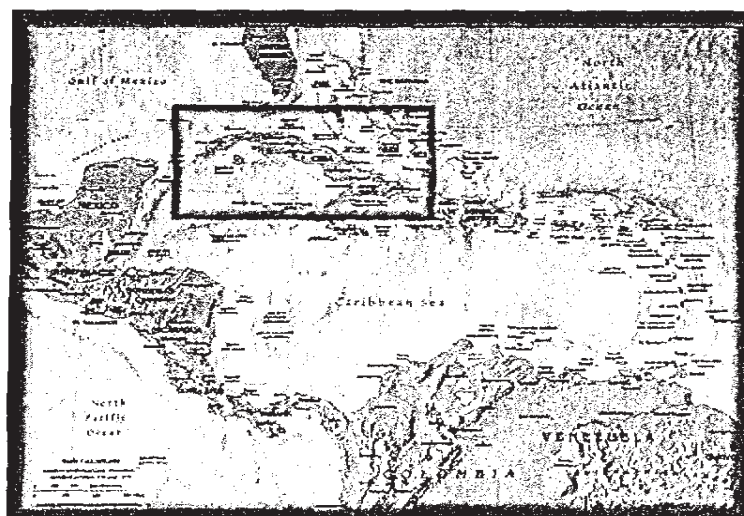
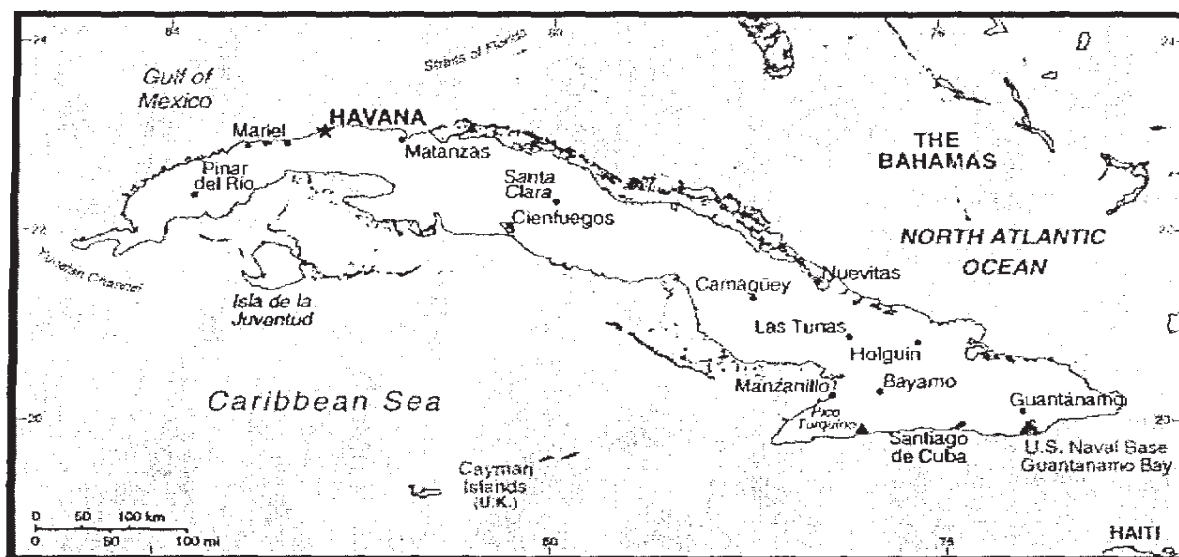
- 1981 Ordem Francisco de Miranda en la Segunda Clase, Venezuela
- 1981 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial
- 1982 Ordem do Mérito, Equador, Grande Oficial
- 1984 Ministro de Primeira Classe, merecimento, em 29 de junho
- 1984 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
- 1984 Ordem do Libertador Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
- 1984 Departamento de Organismos Internacionais, Chefe
- 1987 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, Subsecretário-Geral
- 1987 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Grande Oficial
- 1989 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Representante Permanente
- 1992 Conselho Permanente da OEA, Presidente
- 1992 Comissão Especial Encarregada da Reforma da Carta da OEA, Presidente
- 1994 Embaixada em Bruxelas, Embaixador
- 1998 Ordem de Leopold II, Bélgica, Grã-Cruz
- 1998 Embaixada em Assunção, Embaixador
- 2000 Ordem do Mérito, Paraguai, Grã-Cruz
- 2000 Secretaria-Geral Adjunta, Secretário-Geral Adjunto
- 2000 Coordenador Nacional da Cúpula das Américas
- 2000 Coordenador Nacional da Cúpula Iberoamericana
- 2000 Coordenador Nacional da Cúpula União Européia, América Latina e Caribe
- 2000 Coordenador Nacional do Grupo do Rio
- 2000 Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL
- 2001 Presidente da Comissão Nacional de Apoio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- 2001 Subsecretaria-Geral de Política Bilateral, Subsecretário-Geral
- 2002 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI, Representante Permanente
- 2003 Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Representante Permanente


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe
Divisão do México, América Central e Caribe (DCC)

REPÚBLICA DE CUBA
Setembro de 2006

DADOS BÁSICOS



CAPITAL:	Havana
ÁREA:	110.922 km²
POPULAÇÃO (2005):	11.346.670
ETNIAS:	Mulatos (51%), brancos (37%), negros (11%) chineses (1%).
IDIOMAS:	Espanhol (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	A maior religião organizada é a Igreja Católica Romana. Religiões afro-cubanas também são muito praticadas. Oficialmente, Cuba foi um estado ateu durante a maior parte da era castrista, mas as restrições ao culto religioso foram diminuídas desde 1991 e o estado secularizado. Existem também minorias de protestantes, judeus e testemunhas de Jeová
SISTEMA POLÍTICO:	Regime de partido único (PCC) e um órgão supremo (Assembléia Nacional do Poder Popular)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	O Chefe de Estado e Chefe de Governo é o Presidente Fidel Castro Ruiz
CHANCELER:	Felipe Pérez Roque
PIB (2005):	US\$ 35,4 bilhões (preço de mercado)
PIB PER CAPITA:	US\$ 3.161 (preço de mercado)
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso cubano conversível

Perfis Biográficos

Fidel Castro Ruz - Presidente

- Nasceu em 13 de agosto de 1926. Formou-se em Direito pela Universidade de Havana (Doutor em Direito Civil e Licenciado em Direito Diplomático), tendo-se dedicado por breve período à advocacia.
- Em 1953, chefiou o ataque ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, pelo que foi condenado a quinze anos de prisão, dos quais cumpriu dois.
- Exilado nos Estados Unidos e no México, retornou a Cuba em 1956 para comandar guerrilha contra Fulgencio Batista. Com a vitória da revolução, em 01.01.59, tornou-se o líder do novo regime cubano, posição que ocupa desde então.
- Além de Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, ocupa o cargo de Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista Cubano (PCC).

Raúl Castro Ruz – Presidente em Exercício

- Nascido em 3 de Junho de 1931, é o mais novo dos três irmãos Castro. É Ministro das Forças Armadas Revolucionárias, Primeiro Vice-Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros e Segundo Secretário do Comitê Central do PCC.

- Graduado em Ensino Superior Militar, foi membro do Movimento de 26 de julho em 1953, tendo passado 22 meses na prisão. Durante seu exílio no México, conheceu Ernesto Ché Guevara e foi quem o trouxe para o grupo de revolucionários cubanos.
- Participou da Campanha de Sierra Maestra, em 27 de fevereiro de 1958, contra o Governo de Fulgencio Batista.
- Como chefe das Forças Armadas, esteve envolvido na participação militar de Cuba em Angola e na Etiópia durante os anos setenta, assim como nos esforços militares para sanear a economia cubana após o fim dos subsídios da União Soviética.
- Atribui-se a Raúl Castro as reformas de mercado na agricultura feitas no início dos anos noventa, que aumentaram o suprimento de alimentos após a crise no setor gerada pela cessação dos subsídios soviéticos.
- Casado há mais de 45 anos com Vilma Espin Guillois, veterana revolucionária e presidente da Federação Cubana de Mulheres. O casal tem três filhas e um filho.

Felipe Pérez Roque – Ministro das Relações Exteriores

- Nascido em Havana, em 28.03.65.
- Eleito Presidente nacional da federação dos Estudantes do Ensino Médio em 1982. Representou Cuba, em 1985, como delegado ao XII Festival Mundial da Juventude e dos estudantes em Moscou
- Integra, em 1986, o Secretariado nacional da Federação Estudantil Universitária, até 1988, quando é eleito Presidente da mesma Federação e se gradua como Engenheiro Eletrônico pela Faculdade de Engenharia do Instituto Superior Politécnico “José Antonio Echeverría”.
- Eleito, em 1986, deputado na Assembléia Nacional, passa a integrar, a partir de 1993, o Conselho de Estado.
- Em 1991, começa a trabalhar na Equipe de Coordenação e Apoio do Presidente Fidel Castro, acompanhando-o em suas visitas a outros países. Condecorado pelo Conselho de Estado com a medalha “José Antonio Echeverría”. Considerado o assessor jovem mais próximo de Fidel Castro.
- Casado, tem dois filhos.
- Tomou posse no cargo de Ministro das Relações Exteriores em maio de 1999, em substituição a Roberto Robaina.
- Juntamente com o Vice-Presidente Carlos Lage, esteve em visita ao Brasil, em 2 e 3 de julho de 2003, ocasião em que entregaram propostas de acordos de cooperação (alguns dos quais foram assinados em Havana, na visita presidencial de 26 e 27 de setembro de 2003).
- Em comunicado de 31 de julho passado, Fidel delegou a execução financeira do programa de Governo garantida por fundos próprios a Carlos Lage, ao Ministro Presidente do Banco Central, Francisco Soberón Valdés, e ao Chanceler Felipe Pérez Roque, conjuntamente.

Carlos Lage Dávila – Vice-Presidente do Conselho de Estado

- Nascido em 15 de novembro de 1951, é médico, especialista em pediatria.
 - É Secretário do Comitê Executivo do Conselho de Ministros, Vice-Presidente do Conselho de Estado e Membro do Bureau político do PCC.
 - Dirige a economia cubana desde o outono de 1993, tendo sido encarregado pelo Presidente Fidel de realizar as reformas econômicas necessárias após o fim dos subsídios da União Soviética, que permitiram a criação de pequenos negócios e posse limitada da terra.
- Lage é atualmente responsável pela coordenação de questões de energia, comércio e monetárias. A ele é atribuído o programa nacional cubano de Revolução da Energia e a colaboração com outros países nessa área. Recentemente, negociou com a Venezuela a garantia de petróleo subsidiado em troca de médicos e medicamentos cubanos.
- Em 31 de julho passado, Fidel delegou a Carlos Lage a execução financeira do programa de governo, em conjunto com Pères Roque e Soberón Valdés.

PERFIL DO PAÍS**Política Interna**

No primeiro semestre de 2005, o Presidente Fidel Castro deu reiteradas demonstrações de vontade de reforçar a plena vigência dos valores do processo revolucionário cubano, sem deixar margem a dúvidas quanto à suposta fragilização do regime político do país. No mês de abril, o Presidente cubano ocupou por mais de 10 dias, em cadeia nacional, os horários nobres de rádio e televisão, em pronunciamentos que versaram sobre: i) a situação política, social e econômica de Cuba, com ênfase no fato de que o Estado estaria bem financeiramente e, portanto, o Governo Revolucionário estaria procedendo à distribuição da riqueza acumulada entre os mais necessitados por meio de medidas assistencialistas (distribuição de eletrodomésticos, geladeiras, panelas) e mediante os aumentos do salário mínimo, das pensões e aposentadorias, que seriam incrementados em até 250% a partir de 1º de maio de 2005; e ii) a determinação de Cuba em manter seu sistema, a despeito de fortes pressões externas em torno da questão dos direitos humanos.

No plano social, o Governo tem exortado a população ao cumprimento da mais estrita legalidade, mediante o fortalecimento das organizações de massa – Partido Comunista, Conselhos de Defesa da Revolução, etc. - e a repressão à criminalidade. A forma pela qual vinham sendo anunciadas as medidas adotadas pelo Governo deixava claro o objetivo de se conseguir uma eventual transição de mando sem que isso significasse uma transição de regime.

Cabe ressaltar que a repentina doença e cirurgia de Fidel Castro, somadas a sua idade, trazem de forma definitiva a questão da transição do poder para a ordem do dia na política interna cubana e de forma que ainda não se pode saber como terminará. A interinidade de Raúl Castro na Presidência dos Conselhos de Estado e de Ministros representa uma transição dentro da normalidade e de acordo com as leis cubanas em vigor, e pode ter a importante função de diminuir o impacto que uma repentina ausência de Fidel Castro teria para a ilha.

Política Externa

O fim da Guerra Fria e a crise que se seguiu à interrupção da ajuda econômica soviética resultaram na reordenação das prioridades externas do Governo cubano, que se viu repentinamente isolado e obrigado a buscar novas formas de relacionamento. O objetivo imediato da política externa cubana passou a ser a busca de investimentos externos e o incremento do comércio exterior. Canadá e União Européia – particularmente a Espanha, na área turística – estão entre os principais investidores em Cuba, tornando-se importantes contrapontos à política norte-americana de bloqueio econômico.

Em seguida à visita à Cuba do Presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, em 30 e 31 de dezembro de 2005, os Presidentes de Cuba, Bolívia e Venezuela firmaram, em Havana, no dia 29 de abril passado, o Acordo para a Construção da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e os Tratados de Comércio entre os Povos (TCP) dos três países.

As relações entre Cuba e Estados Unidos deterioraram-se ao longo do primeiro semestre de 2006 em função de eventos como a expulsão da delegação cubana do Hotel Sheraton no México, em fevereiro, a marcha de mais de um milhão de cubanos contra o bloqueio e pela extradição do suposto terrorista Posada Carrilles, os enérgicos discursos dos Presidentes Fidel Castro e Hugo Chávez, bem como a inauguração da Praça de Bandeiras em frente à Seção de Interesses dos EUA.

A comunidade internacional, por sua vez, entrou em compasso de espera. As próprias declarações públicas dos Estados Unidos vão naquela direção, apesar do inquestionável apoio dado ao chamado “Comitê de Coordenação Política para a Transição Cubana”, criado pela administração Bush há três anos. As mais diversas autoridades do Governo de Washington têm-se firmado na posição de que “caberá ao povo cubano decidir democraticamente sobre seu destino”. É a mesma posição pública do Canadá e dos países da União Européia, entre os quais se destaca a Espanha por suas ligações especiais com Cuba. E outra não é a posição dos países da América Latina e do Caribe, que mantêm, todos, boas relações com o governo de Havana.

A comunidade cubana em Miami, sempre influente nas tomadas de posição do Governo norte-americano sobre os assuntos cubanos, parece bastante dividida quanto à linha de ação a ser adotada. Essa divisão, a que se acrescenta a realização das próximas eleições parlamentares nos Estados Unidos, pode representar um enfraquecimento momentâneo da influência da Flórida sobre as decisões que venham a ser tomadas em Washington a respeito das ações a tomar com relação à sucessão de Fidel Castro.

É fato que, em seguida à passagem de poder de Fidel para Raúl Castro, aumentaram significativamente as transmissões para Cuba da TV Martí - feitas, agora, seis vezes por semana e a partir de uma aeronave civil. Poucos acreditam em uma flexibilização, a curto prazo, do embargo estabelecido pelas disposições da Lei Helms-Burton. Entretanto, cumpre assinalar que, recentemente, o Secretário-de Estado Assistente, Thomas Shannon, reafirmou disposição do governo norte-americano de estudar uma flexibilização do embargo comercial, sempre na medida em que a transferência de poder em Cuba se faça acompanhar do que ele próprio chama de processo de transição democrática e abertura econômica.

Em entrevista ao jornal “Granma”, em 18 de agosto, o Presidente Raúl Castro, ao focalizar as relações com os Estados Unidos, afirmou que Cuba está preparada para prevenir agressões e que nenhum inimigo poderá derrotá-la.

Com relação ao tratamento do assunto da transição em Cuba pela OEA, a avaliação da Missão Brasileira é de “não crer que exista, na atual conjuntura, uma janela de oportunidade para que a situação de Cuba venha a ser incorporada aos debates na OEA, em nível institucional, com a finalidade de chegar-se a iniciativas políticas concretas. É possível que os EUA realizem avaliação similar e prefiram não se sujeitar a um provável impasse político, caso tentem propor discussão com esse objetivo. Entretanto, o peso das pressões internas poderia, eventualmente, levar os norte-americanos a levantar o assunto, nem que seja para expor sua visão e tomar o pulso das reações”. Aquela mesma Missão estima que, se conviesse vir a ser desempenhado um papel político pelos países da região, isto poderia ser feito pelo Grupo do Rio.

Economia

A economia cubana vem atravessando períodos de turbulência, tendo em vista as crises que nos últimos anos assolaram duas de suas principais atividades: o setor de turismo e o setor açucareiro, afetado pelo processo de reestruturação iniciado em 2001 (a safra de 2004/2005 foi de 1,6 milhão de toneladas, similar aos níveis de produção dos anos 50). As medidas norte-americanas do primeiro semestre de 2004, que restringiram remessas de dinheiro e ida de turistas a Cuba, contribuíram para minorar ainda mais a rentabilidade do setor turístico. Ademais, o choque de preços imposto por decreto à economia local em maio de 2004 (que gerou um aumento de preços médio de 14,2% dos bens disponíveis no mercado local) também teve efeitos nocivos, na queda dos níveis de consumo e conseqüente fechamento de bares, lojas e mesmo hotéis. A passagem dos furacões Charlie e Ivan (agosto e setembro de 2004) e a crise energética observada desde abril de 2005 (e ainda não totalmente superada) também golpearam duramente a produtividade da economia cubana.

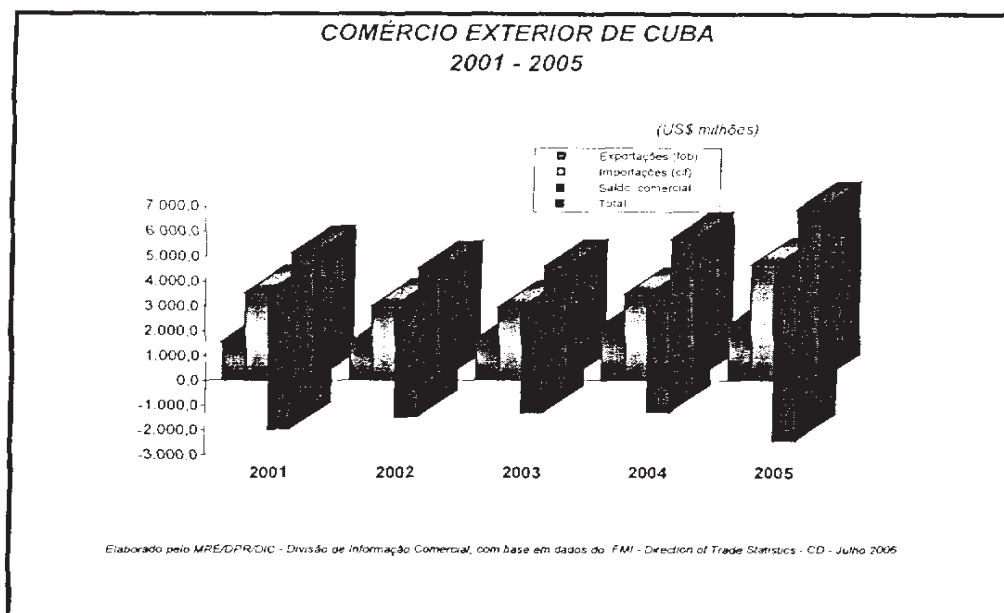
No contexto atual, estatísticas oficiais apontam para o crescimento de 8% da economia cubana ao longo de 2005. Tal número, entretanto, contrasta com a continuidade da crise dos setores açucareiro e turístico, que é patente, ainda que as estatísticas oficiais sejam otimistas. O setor do níquel, porém, foi beneficiado pela valorização dos preços internacionais do produto (que passaram de 12 mil dólares/tonelada para mais de 33 mil dólares/tonelada, entre 2005 e 2006, praticamente triplicando no espaço de apenas um ano).

A alteração do atual cenário de recessão passaria por uma reforma na estrutura da economia cubana, hoje amarrada pelo centralismo estatal excessivo (reforçado inclusive ao longo de 2004 com a reversão de políticas liberalizantes implantadas nos anos 90), assim como pela inibição da iniciativa empresarial da população local. A exploração do níquel é uma das principais fontes de divisas de Cuba. O país possui uma das maiores reservas do mundo, sendo o metal explorado comercialmente desde os anos 40. O setor vem passando por processo de reestruturação desde meados de 1990, que incluiu investimentos em logística, capacitação técnica e empresarial e introdução de novas tecnologias. A manutenção da competitividade do setor é, portanto, essencial para a saúde e mesmo para a sobrevivência econômica do país.

Com parceiros como Venezuela e Bolívia, Cuba discute possibilidades de cooperação no setor energético, que está sendo objeto de profunda reestruturação, com vultosos investimentos.

O relacionamento entre Cuba e China foi enfatizado pelo Presidente Fidel Castro em 2006. Em janeiro, anunciou o recebimento de 12 locomotivas produzidas na China, nação a qual o líder cubano se referiu como “principal locomotora del desarrollo económico del mundo”. Os competitivos preços dos produtos chineses, associados às favoráveis condições de financiamento para sua compra, alçaram a China à condição de segundo parceiro comercial de Cuba, atrás da Venezuela. O intercâmbio comercial sino-cubano, de cerca de US\$ 650 milhões em 2004,

alcançou a cifra de pouco mais de US\$ 900 milhões no ano passado. Dentre os principais produtos de procedência chinesa, o governo cubano conferiu destaque às compras de 1.000 ônibus (parte dos quais já em circulação nas várias províncias do país), de 1,3 milhões de televisores (principal item de significativa pauta de eletrodomésticos) e de 12 locomotivas.



EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-CUBA

Desde o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, em 1986, o Brasil mantém construtivo relacionamento de cooperação com o país. A visita do Presidente Lula, em setembro de 2003, quando foram assinados doze atos, foi um marco histórico no relacionamento bilateral. Os atos assinados versam sobre pesca e aquicultura, alfabetização de jovens e adultos, turismo, cooperação técnica em saúde animal e sanidade vegetal, troca de experiência em saúde bucal, meio ambiente, indústria sidero-mecânica e agropecuária. Dado o montante da dívida total cubana com o Brasil, foi assinado acordo que prevê a liquidação dos débitos cubanos com o Banco do Brasil e com empresas privadas brasileiras, mediante a destinação de percentual fixo do valor das exportações cubanas de certos produtos para a amortização da dívida. Destacam-se, igualmente, o acordo sobre compra de biofármacos, também vinculado ao tema da liquidação de débitos, e o Protocolo de Intenções em Educação, Saúde e Trabalho, que objetiva solucionar o problema do reconhecimento dos diplomas cubanos na área de saúde.

O Chanceler Pérez Roque visitou o Brasil entre 2 e 3 de fevereiro de 2005, quando se deu prosseguimento às discussões sobre os acordos firmados em 2003. No âmbito da reunião de consultas políticas Brasil-Cuba, que se realiza anualmente, alternadamente no Brasil e em Cuba, o Embaixador José Eduardo M. Felício, Subsecretário-Geral para a América do Sul, reuniu-se com seu homólogo em Havana em dezembro último, para revisar o andamento dos assuntos pendentes na agenda bilateral.

Os Ministros Tarso Genro (de 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 2005) e o Ministro Fernando Haddad (de 11 a 13 de fevereiro de 2006) visitaram Cuba com o objetivo de aprofundar a cooperação educacional entre os dois países.

Os Deputados Amauri Gasques (PL/SP), André Figueiredo (PDT/CE) e Ann Pontes (PMDB/PA) participaram, em Havana, nos dias 26 e 27 de junho, da Conferência Interparlamentar “A Situação dos Desastres Naturais e Sanitários nos Países da América Latina e no Caribe”, bem como de reuniões das Comissões do PARLATINO de Saúde; Meio Ambiente e Turismo; e Agricultura, Pecuária e Pesca.

No final de agosto de 2006, realizou visita oficial ao Brasil o Professor Fidel Castro Díaz-Balart, Assessor Científico do Conselho de Estado de Cuba. O filho do Presidente Fidel Castro Ruz é a principal autoridade neste país para os temas de Ciência e Tecnologia (dirigiu o Instituto de Pesquisas Nucleares de Cuba) e mantém amplas relações na comunidade científica e tecnológica internacional.

PRINCIPAIS PROJETOS DE COOPERAÇÃO DO BRASIL EM CUBA

I) Projetos via Agência Brasileira de Cooperação - ABC: Os projetos coordenados pela ABC envolveram em 2004, 2005 e 2006 treinamento em áreas como: sistemas de trens urbanos, gestão integrada em qualidade e produtividade, geriatria, saúde do trabalhador, automação, manufatura e mecatrônica. Entre 1998 e 2004, a ABC coordenou a realização das duas primeiras fases do projeto “Diplomado em Banca Comercial”, com treinamento ministrado por técnicos do Banco Central brasileiro a funcionários do Banco Central de Cuba. A terceira fase do projeto se encontra no momento em fase de implantação, e deverá ser dedicada à formulação de modelos econométricos e à formação de especialistas em recursos humanos no setor bancário.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), em parceria com a ABC, realizará missão a Havana para a instalação de três Telecentros Comunitários, compostos de vinte e dois computadores, no âmbito da Atividade Isolada “Instalação de Telecentros Comunitários e Capacitação em Software Livre”. Os telecentros estão sendo oferecidos pelo Governo brasileiro por ocasião da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao país.

III) Projetos via Ministérios:

- **Ministério da Agricultura:** Existem projetos na área de pesquisa agropecuária, coordenados pela EMBRAPA e pelo Ministério da Agricultura de Cuba, no âmbito do Memorando de Entendimento para a Cooperação no Setor da Pesca e Aquicultura. Também no campo da agropecuária, a PESAGRO-RIO (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro) vem desenvolvendo amplo intercâmbio de conhecimentos técnicos com instituições cubanas desde 2001. A Parte cubana manifestou sua satisfação com os resultados alcançados na primeira fase do projeto interinstitucional “Programa Integrado sobre Controle de Carrapato em Gado Bovino no Estado do Rio de Janeiro” e a PESAGRO-RIO reiterou a necessidade de apoio financeiro para a implementação da segunda fase do referido projeto.

O projeto “Fortalecimento Institucional na Área de Investigação Agropecuária do Ministério da Agricultura de Cuba” foi concluído em dezembro passado e, por ocasião da VI Reunião do Grupo de Trabalho, em outubro deste ano, as partes darão início a uma segunda fase do projeto.

Missão cubana veio ao Brasil, com vistas à habilitação de estabelecimentos exportadores de leite e derivados. A missão ocorreu no período de 1º a 11/08/06 e teve seguimento de 14 a 26/08/06, quando os mesmos técnicos cubanos que vieram ver a produção de lácteos, estenderam sua permanência no Brasil e visitaram locais de abate de aves e de suínos visando à renovação de licenças de exportação e à habilitação de novos estabelecimentos.

- **Ministério da Ciência e Tecnologia:** Encontra-se em análise no MCT projeto de cooperação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente de Cuba (CITMA), para a utilização de tecnologia brasileira para a provocação de “chuva artificial” em províncias orientais de Cuba (sobretudo Holguín e Camagüey), afetadas há mais de dois anos por intensa seca.

- **Ministério da Cultura**

O Minc coordena programa de cooperação com a Escola Internacional de Cinema de Santo Antonio de los Baños, localizada nos arredores de Havana.

- **Ministério da Educação:** O “Programa Estudante-Convênio de Graduação” (PEC-G) e o “Programa Estudante-Convênio de Pós- Graduação” (PEC-PG) acolhem estudantes cubanos. Por ocasião da visita oficial do Ministro Tarso Genro a Cuba (31 a 04/02/05), foi assinado acordo de cooperação entre o MEC e o Ministério da Educação Superior de Cuba, para o acesso de pesquisadores cubanos ao Banco de Dados da “Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior” (CAPES). O Ministro Fernando Haddad visitou Cuba no dias 11 a 13 de fevereiro de 2006. O principal objetivo da viagem foi o aprofundamento da cooperação educacional entre os dois países, com destaque para os temas da educação à distância, da universalização do ensino superior, da implantação, no Brasil, do método de alfabetização cubano “Sim, eu posso”, bem como da utilização de docentes cubanos para o ensino do idioma espanhol em escolas brasileiras.

- **Ministério dos Esportes:** Este ano, houve doação de equipamentos ao Instituto Nacional de Educação Física e Recreação de Cuba (INDER), para a instalação em Cuba de unidade de produção de materiais esportivos.

- **Ministério das Minas e Energia:** Encontram-se em fase de estudos projetos a serem implementados em cooperação com a “Oficina Nacional de Recursos Minerales” de Cuba sobre: geoestatística, manejo e uso racional de recursos de águas minerais e avaliação da degradação ambiental em jazidas cubanas de cobre.

- **Ministério da Saúde:** Existem projetos de cooperação em áreas como: combate à AIDS, controle de qualidade de imunobiológicos, saúde ambiental, odontologia e nutrição. A minuta do projeto “Fortalecimento da Odontologia e da Estomatologia no Brasil e em Cuba”, enviada pela Assessoria Internacional do Ministério da Saúde do Brasil, está sendo analisada pela ABC, que deverá se posicionar quanto a sua próxima assinatura.

O MS deverá se manifestar, por sua parte, quanto à proposta do projeto na área de DST/AIDS, paralisado desde agosto de 2005.

Pretende-se firmar os Ajustes Complementares para a implementação dos referidos projetos por ocasião da VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, a ser realizada na cidade de Havana, Cuba, em outubro do corrente ano.

- **Ministério do Meio Ambiente:** No âmbito do Projeto “Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, em Nível de Bacias Hidrográficas”, realizou-se, na sede da Agência Nacional de Águas (ANA), no dia 25 de agosto passado, cerimônia de encerramento da missão de técnicos cubanos ao Brasil. A missão teve início no dia 13 de agosto. Foram realizadas visitas técnicas a estações hidrográficas localizadas nos arredores de Brasília e às instalações do Operador Nacional de Sistema (ONS), além de apresentações sobre o arranjo institucional de recursos hídricos no Brasil e atribuições da ANA, o funcionamento do sistema de planejamento e operação da rede hidrometeorológica, telemetria e equipamentos automáticos, cadastro de estações, arquivamento e disponibilização de dados,

tratamento de dados e sobre o uso racional da água na indústria, no abastecimento urbano e na agricultura irrigada.

- **Outros projetos:**BACEN: As atividades do Projeto “Diplomado em Banca Comercial FASE III” estão em fase final de implementação, com a missão a Cuba do Banco Central do Brasil (BACEN), a ser realizada no mês de setembro de 2006, para a realização de cursos e palestras nas áreas de bancos comerciais, comércio internacional, tesouraria, gestão de pessoas e planejamento e marketing.

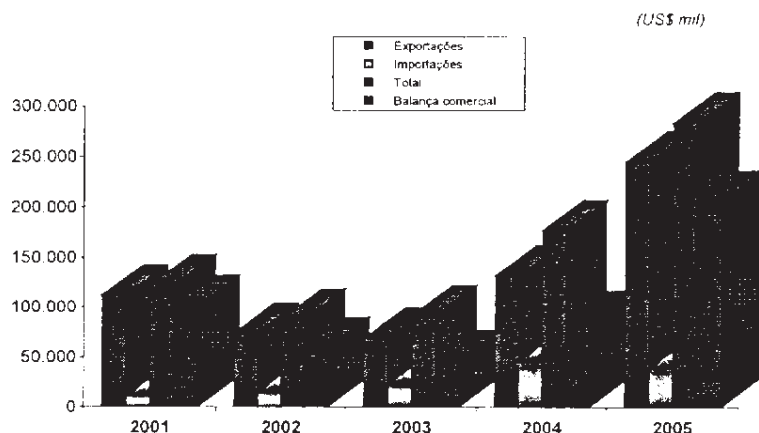
RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-CUBA

A cooperação econômica entre o Brasil e Cuba tem-se expandido significativamente. Encontram-se em análise, em instâncias governamentais e empresariais cubanas, diversos projetos de cooperação de empresas brasileiras com empresas cubanas, entre as quais destacam-se os setores sucro-alcooleiro, de níquel e de produção conjunta de medicamentos e vacinas.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões):

<i>BRASIL ⇒ CUBA</i>	2001	2002	2003	2004	2005	2006 jan-jul
Exportações	111,9	73,9	69,5	131,9	245,5	187,5
Importações	10,6	14,1	22,4	45,3	38,8	16,7
Superávit brasileiro	101,3	59,8	47,1	86,6	206,6	169,8

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CUBA
2001 - 2005



Elaborado pelo MRE/DFR/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CUBA	(US\$ mil, fob)	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações		111.953	73.895	69.515	131.954	245.501
Variação em relação ao ano anterior		18,4%	-34,0%	-5,9%	89,8%	86,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI		0,9%	0,7%	0,5%	0,7%	1,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Importações		10.503	14.117	22.385	45.309	38.877
Variação em relação ao ano anterior		-48,9%	33,1%	58,6%	102,4%	-14,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI		0,1%	0,2%	0,3%	0,5%	0,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Total		122.556	88.012	91.900	177.263	284.378
Variação em relação ao ano anterior		6,3%	-28,2%	4,4%	92,9%	60,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-ALADI		0,6%	0,5%	0,4%	0,6%	0,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Balança comercial		101.350	59.778	47.130	86.645	206.624

Elaborado pelo MRE/IN-PRCIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Sistema Alce
(1) Dados preliminares

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CUBA ⁽¹⁾	(US\$ mil, fob)	2005 (Jan-Jun)	2006 (Jan-Jun)
Exportações		108.685	154.659
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		79,2%	42,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI		0,9%	1,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,2%	0,3%
Importações		23.108	13.729
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		-3,6%	-40,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI		0,4%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,1%	0,0%
Total		131.793	168.388
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		55,7%	27,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-ALADI		0,8%	0,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,2%	0,2%
Balança Comercial		85.577	140.930

Elaborado pelo MRE/IN-PRCIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Sistema Alce
(1) Dados preliminares

PRINCIPAIS ATOS BILATERAIS EM VIGOR ENTRE BRASIL E CUBA

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Restabelecimento de Relações Diplomáticas.	14/06/1986	14/06/1986		
Acordo, por Troca de Notas, para Celebrar Encontros Periódicos entre Funcionários Diplomáticos para consideração de Temas de Conjuntura Internacional.	18/03/1987	18/03/1987		
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.	18/03/1987	08/06/1990	46	01/03/1991
Memorando para a Criação de uma Comissão "Ad Hoc" para Revisão dos Instrumentos Legais Vigentes entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	18/03/1987	18/03/1987		
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	29/04/1988	03/11/1989	98784	03/01/1990
Convênio Comercial.	16/10/1989	29/11/1990	99844	18/12/1990
Acordo por Troca de Notas, Relativo à Compra de Medicamentos Cubanos.	08/04/1993	08/04/1993		
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, de 29 de abril de 1988.	16/09/1993	16/09/1993		
Memorando de Entendimento sobre a Questão da Dívida de Cuba.	04/03/1994	04/03/1994		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica, de 18/03/87, em Matéria de Mineração e Geologia.	29/08/1994	29/08/1994		
Acordo de Cooperação para Redução da Demanda Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	29/08/1994	26/04/1996	1950	08/07/1996
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, de 18/03/87, sobre Biotecnologia e Novos Materiais.	29/08/1994	29/08/1994		

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, sobre o Aproveitamento de Lignina e Celulose de Bagaço de Cana-de-Açúcar.	27/06/1995	27/06/1995		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Cooperação na Área de Transportes.	30/01/1996	03/06/1997	2700	30/07/1998
Ajuste Complementar, ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Promoção e o Desenvolvimento dos Correios e das Telecomunicações.	22/02/1996	22/02/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Caxias.	08/05/1996	08/05/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Angatuba.	08/05/1996	08/05/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de 24 de Março de 1987 em Matéria de Administração Tributária e Aduaneira.	27/05/1998	30/11/1998		
Acordo sobre Serviços Aéreos.	27/05/1998	21/04/2000	3465	17/05/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implantação do Projeto "Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS".	19/10/1999	19/10/1999		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde da Família.	19/10/1999	19/10/1999		
Memorando de Entendimento na Área de Transferência de Tecnologia na Produção de Medicamentos.	04/12/2000	04/12/2000		
Protocolo de Intenções em Matéria de Trabalho e Emprego.	19/09/2001	19/09/2001		
Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre a Questão da Dívida de Cuba, de 4 de março de 1994.	12/10/2001	12/10/2001		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS de CUBA; FASE II.	08/11/2002	08/11/2002		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Curso Diplomado Banca Comercial.	08/11/2002	08/11/2002		
Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos.	24/09/2002	02/09/2003		
Termo de Cooperação Técnica na Área de Micro e Pequena Empresa	27/08/2003	27/08/2003		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional na Área de Saúde	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento para a Promoção do Desenvolvimento Industrial	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento na Área de Saúde	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento para a Troca de Experiência em Saúde Bucal	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Entendimento em Matéria de Meio Ambiente	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Intenções na Área de Agropecuária	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Intenções na Área de Educação, Saúde e Trabalho com Vistas ao Reconhecimento Recíproco de Diplomas de Graduação e de Pós-Graduação "Stricto Sensu" na Área da Saúde	26/09/2003	26/09/2003		

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Protocolo de Intenções para a Cooperação Internacional em Alfabetização de Jovens e Adultos	26/09/2003	26/09/2003		
Acordo Marco	26/09/2003	26/09/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS de Cuba-Fase II	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento das Capacidades Locais para Impulsionar a Economia Territorial das Províncias Cubanas no Marco do Programa de Desenvolvimento Humano Local de Cuba-PDHL	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento Institucional do Ministério da Agricultura de Cuba na Área de Investigação Agropecuária	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Capacitação para a Aplicação de Geoestatística na Exploração Mineira de Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Avaliação e Diagnóstico sobre a Degradação Ambiental da Mina "El Cobre" de Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto de Estudos para Manejo e Uso Racional dos Recursos de Águas Minerais (Águas Subterrâneas) SIAGAS-Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Para Implementação do Projeto Aplicação de Modelos Econométricos	27/06/2005	27/06/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação científica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Diplomado em Banca Comercial"	27/12/2005	27/12/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas".	5/12/2005	5/12/2005		

Demandas do Brasil e de Cuba

As relações entre os dois países são corretas e não apresentam itens ou demandas que constituam foco de irritação.

Tópicos de Interesse Bilateral

Direitos humanos: O Brasil tem grande interesse na continuidade da cooperação, do diálogo bilateral e do intercâmbio de visitas na área dos direitos humanos. Em reunião com o Embaixador do Brasil, em março passado, o Chanceler cubano expressou, mais uma vez, a expectativa de Cuba sobre uma mudança de posição brasileira em futuras votações de resoluções condenatórias de Cuba no âmbito do Conselho de Direitos Humanos.

Nações Unidas. O Brasil atribui importância à reforma do sistema das Nações Unidas, de modo a habilitá-lo a enfrentar de maneira mais efetiva novos desafios. O Governo brasileiro tem ressaltado a importância de aumentar o grau de representatividade dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança com novos membros permanentes. O Vice-Ministro Abelardo Moreno informou ao Embaixador Tilden Santiago que, embora o Governo cubano tenha algumas restrições quanto à forma como vem sendo conduzido o processo de reforma, não votaria contra o projeto do G-4, pois não teria intenções de prejudicar os interesses brasileiros no que se refere ao CSNU.

Mercosul: Ocorreram, em Havana (12 a 16 de junho de 2006) reuniões objetivando dar seguimento às negociações dos termos e condições (regimes de preferências tarifárias, de origem, de salvaguardas, mecanismo de solução de controvérsias) de um acordo comercial no formato 4+1, a partir dos acordos bilaterais já existentes no âmbito da ALADI. As negociações foram continuadas em Córdoba, por ocasião do Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul, em 27 de julho passado.

Cooperação bilateral: O Governo brasileiro tem manifestado satisfação com o interesse cubano em intensificar a cooperação bilateral. O Embaixador de Cuba, Pedro Mosquera, realizou visita de cortesia ao Diretor da ABC, Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, em agosto passado, e aproveitou a ocasião para assinalar a satisfação do governo cubano com a efetiva implementação e andamento do Programa de Cooperação Técnica bilateral, pautado nos Ajustes Complementares e respectivos projetos, assinados durante a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, que se realizou em Brasília, em dezembro de 2005. O Embaixador Mosquera adiantou o interesse cubano na realização da VI Reunião do Grupo de Trabalho, em Havana, possivelmente no próximo mês de outubro, em data de mútuo acordo.

Candidatura de Roberto Blois: A Direção de Assuntos Multilaterais da Chancelaria cubana informou, em 28 de junho passado, da decisão do Governo cubano de conceder apoio à candidatura do Engenheiro Roberto Blois à Secretaria Geral da UIT, nas eleições a serem realizadas durante a Conferência de Plenipotenciários da organização (Antalya, Turquia, de 06 a 24 de novembro de 2006).

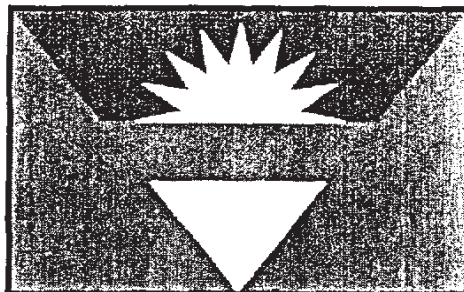
Construção da Nova Sede da Embaixada: O Embaixador do Brasil em Cuba relatou ao Chanceler cubano os encontros com o arquiteto Oscar Niemeyer e equipe e informou sobre o atual estágio do projeto, assim como sobre a próxima visita de arquitetos da equipe de Niemeyer e do Itamaraty à Havana. A maquete foi entregue em junho passado. Pérez Roque se comprometeu a tomar todas as providências com vistas ao processo de legalização da doação do terreno ao Brasil.

Fidel Castro: Em mensagem de 1º de agosto, o Presidente Lula transmitiu ao Presidente Fidel Castro os votos de pronta recuperação.

O Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre Brasil e Cuba será assinado por ocasião da visita do Ministro de Estado a Cuba.

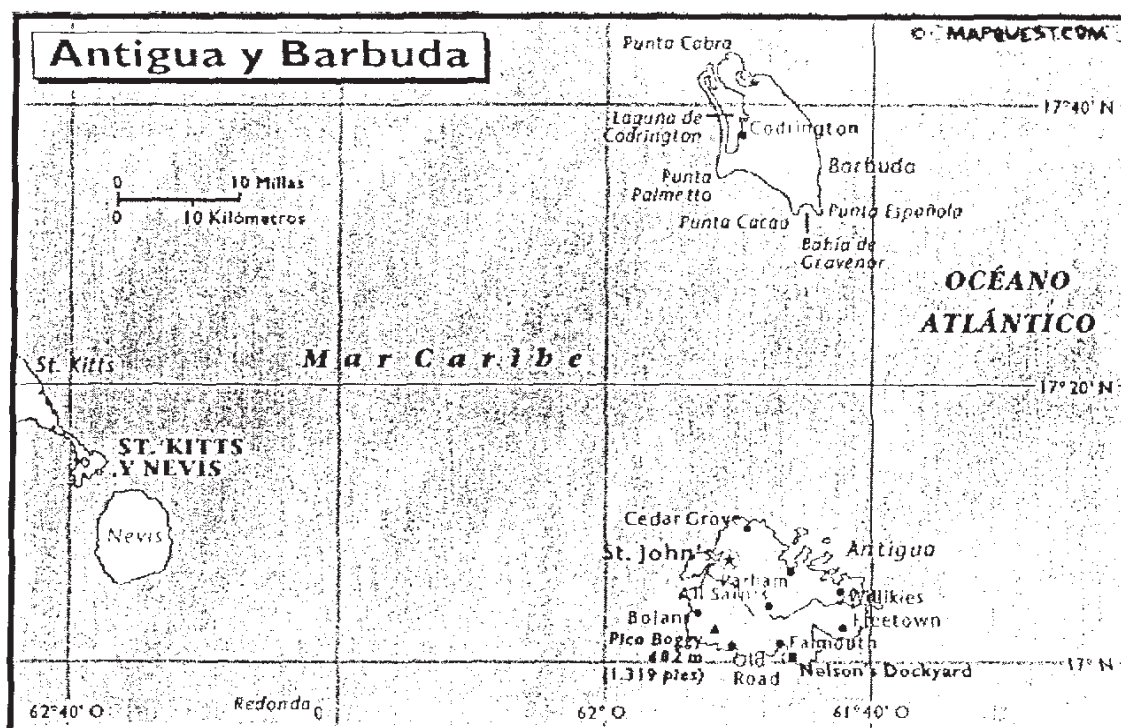
Ministério das Relações Exteriores
 Subsecretaria-Geral da América do Sul
 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe
 Divisão do México, América Central e Caribe

ANTÍGUA E BARBUDA



1º de setembro de 2006

DADOS BÁSICOS



Governador Geral	JAMES B. CARLISLE (desde 1993)
Primeiro-Ministro e Chanceler	BALDWIN SPENCER (desde 2004 — chanceler desde 2005)
Capital	Saint John's

Independência	1º de novembro de 1981
Superfície	443 km²
População	68.722 habitantes (Estimativa 2005)
PIB	US\$ 750 milhões ppp (Estimativa 2002) US\$ 860 milhões nominal (Estimativa 2004)
Renda per capita	US\$ 10.977,00 ppp (Estimativa 2002) US\$ 11.421, 00 nominal (Estimativa 2004)
Próximas eleições	2009 – eleições parlamentares (House of Representatives)
IDIOMAS:	Inglês (oficial) e alguns dialetos locais.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristã (predominantemente Anglicanos)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia Constitucional
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar do Caribe Oriental

BIOGRAFIA

DAVID WINSTON SPENCER Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

- Winston Baldwin Spencer nasceu em 8 de outubro de 1948 e é Primeiro Ministro desde 24 de Março de 2004, quando seu partido de oposição, o United Progressive Party, venceu as eleições parlamentares. Ele exerce, também, a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros, desde 6 de janeiro de 2005, além dos cargos de Ministro dos Negócios de Barbuda, Ministro da Agricultura, Recursos Marinhos e agroindústrias; Ministro da Defesa, Ministro da Informação e Comunicação e Ministro da Segurança Nacional.
- Frequentou o Greenbary Primary School e a Princess Margaret Secondary School. É casado e tem dois filhos.
- Spencer possui os seguintes títulos acadêmicos: Diploma em Liderança Social, Coady International Institute, Canadá; Diploma em Trabalho e Estudos Econômicos, Ruskin College, Oxford University, Diploma em Trabalho e Sistemas de Relações Industriais, Oslo University, Noruega.
- Spencer é sindicalista e tem dado apoio significativo a igrejas, grupos comunitários e outras organizações voluntárias lidando com assuntos econômicos e sociais.

PERFIL DO PAÍS

1. POLÍTICA INTERNA

Antígua e Barbuda é um Estado insular, composto de duas ilhas caribenhas situadas entre o Mar do Caribe e o Atlântico Norte, que são as maiores em extensão territorial entre as Ilhas Leeward britânicas. O território de Antígua e Barbuda mede 443 km², sendo que Antígua mede 280 km² e Barbuda 161 km². O Estado de Antígua e Barbuda também inclui Redonda, com 1,6 km². O país possui 153 km de costa. A Capital é Saint John's.

O Estado é dividido administrativamente em 6 regiões e duas dependências (Barbuda, Redonda, Saint George, Saint John, Saint Mary, Saint Paul, Saint Peter e Saint Phillip).

O país foi explorado por Cristóvão Colombo em 1493 e deve seu nome à Igreja de Santa Maria de la Antigua, em Sevilha. Antígua foi efetivamente colonizada em 1632, pela Grã-Bretanha, enquanto que Barbuda recebeu seus primeiros colonos apenas em 1678. O país uniu-se à Federação das Índias Ocidentais em 1958. Ao dissolver-se a Federação, tornou-se um dos Estados Associados das Índias Ocidentais em 1967, com autonomia em relação aos assuntos internos, até que, em 1º de novembro de 1981, foi-lhe concedida total independência.

A indústria do açúcar, introduzida nas ilhas a partir de São Cristóvão, sofreu forte golpe com a abolição da escravidão em 1834 e seu declínio culmina em 1985, ano a partir do qual não se produziu mais açúcar em níveis industriais.

As ilhas vinham sendo governadas pela família Bird desde que Vere C. Bird fundou o Partido Trabalhista de Antígua, em meados de 1940.

Turismo e serviços financeiros transformaram o país em um dos mais prósperos do Caribe. Contudo, o país adquiriu reputação de centro de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e contrabando de armamentos. Inúmeros escândalos mancharam a reputação da família Bird, especialmente a condenação do irmão do então Primeiro-Ministro Lester Bird, Ivor, em 1995. Em 2000, acompanhando 35 outros centros bancários *offshore*, o país concordou com reformas visando à prevenção da lavagem de dinheiro.

O Primeiro Ministro, Baldwin Spencer, tomou posse em 24 de março de 2004, após vitória nas eleições que puseram fim a mais de 60 anos de liderança da dinastia Bird, da qual fazia parte seu predecessor, Lester Bird. Spencer acumula a Pasta dos Negócios Estrangeiros desde 6 de janeiro de 2005.

2. POLÍTICA EXTERNA

Antígua e Barbuda é membro do CARICOM, das Nações Unidas, da Organização dos Estados Caribenhos Orientais, do Sistema de Segurança Regional do Caribe Oriental, da Commonwealth e da Organização dos Estados Americanos.

Como membro do CARICOM, Antígua e Barbuda apoiou a Resolução 940 das Nações Unidas sobre o Haiti. Ele também concordou em contribuir com tropas para a força multilateral que restaurou o governo democrático eleito no Haiti em outubro de 1994.

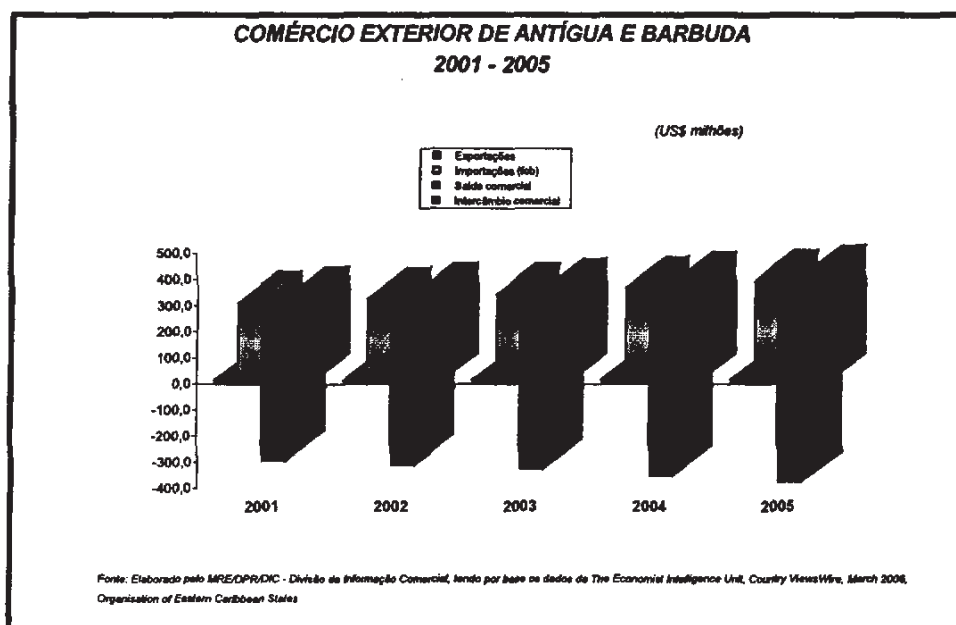
Como membro da AOSIS, o país defende o combate imediato ao problema das mudanças climáticas, que põe em risco sua própria sobrevivência, em razão da intensificação dos fenômenos climáticos extremos e a elevação do nível do mar.

No dia 24 de fevereiro, a Associação dos Estados Caribenhos (cujos Estados-membros são Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Jamaica, Nicarágua, Panamá, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela) emitiu comunicado expressando satisfação com os resultados da eleição presidencial no Haiti e a vitória do Presidente René Preval. O comunicado foi assinado pelo Secretário-Geral daquela Associação (a qual tem ainda como membros associados Aruba, Antilhas Holandesas e a França, em nome da Guiana Francesa, Guadalupe e Martinica), Sr. Ruben Silié, o qual enalteceu o modo exemplar de cumprimento dos deveres cívicos demonstrado pelo povo haitiano e manifestou esperança de que o Haiti venha a ingressar num período de estabilidade política, institucionalização democrática e prosperidade econômica. Antígua e Barbuda, assim como os demais países da CARICOM, recebeu René Préval, Presidente do Haiti durante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, em São Cristóvão e Névis, em 3 de julho de 2006, quando ocorreu o reingresso oficial do Haiti na CARICOM.

3. ECONOMIA

O turismo domina a economia e corresponde a mais da metade do PIB. A partir de 2000, o governo adotou políticas fiscais rígidas. A produção agrícola concentra-se no mercado doméstico e se ressentida da escassez de água e mão-de-obra. A produção industrial restringe-se à montagem de produtos para exportação, como camas, artesanato e componentes eletrônicos.

Perspectivas para o desenvolvimento econômico estão diretamente vinculadas ao crescimento da renda nos países desenvolvidos, especialmente nos EUA, que responde por cerca de um terço do volume de turistas que visitam a ilha.



EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-ANTÍGUA E BARBUDA

O Brasil estabeleceu sua Embaixada em Saint John's, cumulativa com a Embaixada residente e Havana – Cuba, em 17 de fevereiro de 1982, poucos meses após a independência do país. As relações bilaterais, contudo, em nível político foram muito tênues, limitando-se basicamente a solicitações de votos e apoio nos organismos multilaterais.

Em 17 de agosto de 1982, foi assinado Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, que entrou em vigor após mais de doze anos, na data de sua promulgação – 24 de outubro de 1996.

As relações do Brasil com Antígua e Barbuda têm-se caracterizado pela cordialidade, apesar de distantes. Mais recentemente, têm-se pautado pelo reconhecimento mútuo do potencial para seu estreitamento. Tomados em conjunto, os países caribenhos representam um mercado bastante atraente. Tais considerações vêm conduzindo a uma análise pelo Itamaraty dos meios para adensar as relações do Brasil com os países da região, buscando estabelecer uma pauta que adote um enfoque integrado para as atividades brasileiras na América Central e no Caribe. Nesse sentido, o Brasil aderiu à Associação dos Estados Caribenhos (AEC), na qualidade de observador, e tem procurado intensificar o fluxo de visitas recíprocas, entre as quais se destaca a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cúpula da CARICOM, em fevereiro de 2005, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro naquele fórum.

Antígua e Barbuda tem sinalizado, repetidas vezes, seu interesse em aproximar-se do Brasil. Tal interesse foi demonstrado em várias instâncias, passando pela designação de uma Embaixadora para o Brasil, a solicitação de beneplácito para instalação de Consulado Honorário em São Paulo, a proposta de acordo para isenção de vistos e solicitação de projetos na cooperação técnica em infra-estrutura. Essa aproximação oferece excelente oportunidade para consolidar a posição brasileira em favor da cooperação Sul – Sul e do aprofundamento das relações entre países em desenvolvimento.

Merece especial destaque a realização, em abril de 2004, de Feira de Produtos Brasileiros, realizada naquele país por iniciativa da representação do Antígua and Barbuda Investment Bank em São Paulo, que foi coroada de amplo sucesso.

O então Ministro Gonçalo Mello Mourão, acompanhado do Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, Conselheiro Igor Kipman, realizou missão a sete Estados do Caribe (Comunidade das Bahamas, Federação de São Cristóvão e Névis, Antígua e Barbuda, Comunidade da Dominica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Granada), entre os dias 24 de junho e 1º de julho de 2005, com a finalidade de trocar impressões sobre a situação atual e o futuro próximo do Haiti, na perspectiva, inclusive, da realização da Cúpula de Chefes de Estado da CARICOM, que teve lugar em Santa Lúcia, no período de 3 a 6 de julho de 2005.

Joan Underwood é a Embaixadora não residente de Antígua e Barbuda para o Brasil desde 2005. O país solicitou abertura de Consulado Honorário em São Paulo em julho de 2005.

Visita do Primeiro-Ministro Spencer ao Brasil foi cancelada em agosto de 2005, em razão de problemas de agenda.

De 10 a 21 de outubro de 2005, realizou-se missão conjunta de prospecção ABC/DCC com a participação de técnicos da Embrapa, Ministério da Saúde e Secretaria Nacional de Defesa Civil à

Comunidade das Bahamas, Barbados, São Cristóvão e Névis, Antígua e Barbuda, Dominica, São Vicente e Granadinas, e Trinidad e Tobago. Na ocasião, foram também propostos Acordos de Cooperação Técnica com os respectivos países e identificada possibilidade de capacitação nas áreas de defesa civil, agricultura, transportes, saúde e etanol. O Primeiro-Ministro Baldwin Spencer, de Antígua e Barbuda, informou que seu Governo, bem como os dos demais países que formam a Organização dos Estados do Caribe Oriental(OECS),veria com muito agrado alguma contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento Regional da CARICOM.

Outro ponto de interesse entre os dois países é a cooperação na área de saúde, particularmente no que se refere ao tratamento da AIDS/HIV, tendo como marco a visita do Ministro de Estado de Saúde de Antígua e Barbuda, Sr. John Maginley, em abril de 2005. Uma Carta de Intenções, negociada entre o Pan Caribbean Partnership Against HIV/AIDS (PANCAP) que reúne, no âmbito da CARICOM, 77 organizações regionais e nacionais, e o Programa Nacional de AIDS, foi assinada dia 27 de abril de 2006, durante a reunião do Conselho para o Desenvolvimento Humano e Social (COHSOD) em São Cristóvão e Névis. A carta de intenções prevê doação de medicamentos para os seguintes membros da PANCAP: Antígua e Barbuda, Anguilla, Ilhas Virgens Britânicas, Comunidade da Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas.

Foi realizada, em 7 de junho último, em Georgetown - Guiana, a cerimônia de formalização do credenciamento do Embaixador do Brasil na Guiana, Arthur Vivacqua Correa Meyer, como Representante Plenipotenciário do Brasil junto ao Secretariado da Comunidade dos Estados do Caribe, da qual Antígua e Barbuda é membro. O credenciamento, inédito, de representante plenipotenciário brasileiro junto à CARICOM reflete a intensificação das relações do Brasil com aquele grupo regional em anos recentes, com aumento de visitas de alto nível, intensificação do comércio e ampliação de projetos de cooperação. Existem vários projetos em curso entre o Brasil e os países caribenhos, em áreas como saúde, agricultura, pecuária, biocombustíveis e transporte aéreo. Durante os contatos mantidos entre o Embaixador Arthur Meyer e os Chefes de Governo de Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Jamaica, Haiti, Belize e Guiana, durante a 27ª Conferência de Chefes de Governo da CARICOM foi enfatizada a vontade dos referidos países em estreitar seus laços com o Brasil.

Além dos pontos já citados, são parte da atual agenda de conversações entre os dois países os seguintes tópicos:

a) Cooperação técnica na área de infra-estrutura. A Missão Permanente de Antígua e Barbuda junto às Nações Unidas submeteu, em junho de 2005, por carta a Missão brasileira, projetos de cooperação “para imediata consideração” e sugeriu encontro bilateral para discutir dois projetos específicos: a) reconstrução e reparo de estradas, para o qual seria necessária assistência bilateral no valor de USD 50 milhões; e, b) construção de estação de tratamento de esgoto; assistência bilateral requerida no montante de USD 75 milhões.

A proposta de Antígua e Barbuda de cooperação técnica em infra-estrutura oferece excelente oportunidade para consolidar a posição brasileira em favor da operação Sul – Sul. A Missão do Brasil na ONU vem defendendo em suas intervenções a necessidade de incrementar a cooperação entre países em desenvolvimento, com o suporte financeiro de organismos internacionais. A receptividade à proposta brasileira tem sido favorável.

b) Isenção de Vistos. Antígua e Barbuda propôs um acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais. O país já isenta, unilateralmente, os cidadãos brasileiros de visto de entrada, para qualquer finalidade.

c) Financiamento de projetos. Ambos os países possuem interesse em explorar a possibilidade de ação do CARICOM junto ao BID para obter o financiamento dos projetos de infra-estrutura propostos por Antígua e Barbuda. Durante a 27ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), em Basseterre, São Cristóvão e Névis, de 3 a 6 de julho, o Primeiro-Ministro Baldwin Spencer, de Antígua e Barbuda, informou que seu Governo, bem como os dos demais países que formam a Organização dos Estados do Caribe Oriental(OECS),veria com muito agrado alguma contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento Regional da CARICOM.

d) Reforma das Nações Unidas. O Brasil defende uma reforma estrutural nas Nações Unidas que atenda às expectativas de ambos os países. Nesse sentido, é importante lembrar que Antígua e Barbuda é membro da CARICOM. Por serem, em sua maioria, países pequenos e alguns micro-Estados, os membros da Comunidade vêm na união e na atuação conjunta a melhor via para afirmarem sua presença no cenário hemisférico e internacional. Atuam, assim, como um bloco coeso e disciplinado nos foros internacionais de que participam. A CARICOM detém aproximadamente 44% dos votos na OEA e cerca da mesma proporção de vozes nas negociações hemisféricas como a ALCA e as negociações América Latina-Caribe-UE. Além disso, representa cerca de 7% dos assentos na Assembléia Geral da ONU. Na OMC, a CARICOM atua por meio do Mecanismo Regional de Negociação, que, além dos 15 países da Comunidade, inclui também Cuba e República Dominicana.

Acordo Bilateral em Vigor

Título	Data de entrada em vigor		Promulgação	
	assinatura		Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação cultural, científica e técnica	17/08/1982	19/07/1996	2045	24/10/1996

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 4 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)			
Embarcações e estruturas flutuantes	137.062	77,0%	
Plásticos e suas obras	11.595	6,5%	
Peixes e crustáceos, moluscos	4.626	2,6%	
Cereais	3.304	1,9%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	3.159	1,8%	
Subtotal	159.746	89,7%	
Demais Produtos	18.280	10,3%	
Total Geral	178.026	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ mil, cif)			
Embarcações e estruturas flutuantes	207.186	36,4%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	46.066	8,1%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	31.426	5,5%	
Veículos automotores, tratores, ciclos	26.749	4,7%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	16.599	2,9%	
Pérolas, pedras preciosas, moedas	10.741	1,9%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	10.297	1,8%	
Carnes e miudezas, comestíveis	7.556	1,3%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	7.229	1,3%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	6.792	1,2%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	6.408	1,1%	
Aparelhos de relojoaria e suas partes	5.526	1,0%	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	4.331	0,8%	
Produtos farmacêuticos	3.846	0,7%	
Plásticos e suas obras	3.701	0,6%	
Peixes e crustáceos, moluscos	3.450	0,6%	
Leite e laticínios, ovos, mel natural	3.295	0,6%	
Ferro fundido, ferro e aço	3.219	0,6%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	2.882	0,5%	
Aeronaves e aparelhos espaciais	2.707	0,5%	
Subtotal	410.006	72,0%	
Demais Produtos	159.490	28,0%	
Total Geral	569.496	100,0%	

Fonte: Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2004.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pela utilização de fontes distintas.

(1) Última posição disponível.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-ANTÍGUA E BARBUDA

O quadro apresentado abaixo, mostra o intercâmbio comercial Brasil – Antígua e Barbuda no período de 2000 a 2006 . A balança comercial, ainda que superavitária para o Brasil em todo o período, é muito pouco expressiva, com as vendas brasileiras girando em torno de um milhão de dólares enquanto as importações brasileiras apenas têm alguma expressão em 2003 e 2006. Os itens mais importantes na pauta brasileira de exportação são ladrilhos de cerâmica e produtos alimentícios industrializados, enquanto as vendas de Antígua e Barbuda se concentram em produtos eletrônicos como câmaras de vídeo, digitalizadores e outros produtos de informática, como partes e peças para a montagem de computadores.

Aviso nº 1.149 – C. Civil

Em 27 de setembro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006

Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição da pena pelo estudo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de:

I – 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho;

II – 2 (dois) dias de pena por 5 (cinco) de estudo.

§ 4º Não poderão ser cumuladas, no mesmo período, a remição pelo trabalho e pelo estudo.”(NR)

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando e dos dias de atividade a remir de cada um deles.

..... “(NR)

“Art. 130. Constitui o crime do art. 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço ou frequência escolar para fim de instruir pedido de remição.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição pretende instituir a possibilidade de remição da pena pelo estudo.

Com efeito, estabelece a Lei de Execução Penal ser dever do Estado a prestação de assistência educacional aos presos, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à sociedade (arts. 10 e 11 da LEP).

Já prevê igualmente a legislação a possibilidade de diminuição da pena pelo trabalho, sendo certo também que muitos juízes das Varas de Execução Criminal pelo País já admitem, por analogia, a possibilidade de remição da pena pelo estudo.

É oportuna, portanto, a alteração legislativa ora proposta, no intuito de estabilizar e cristalizar a aplicação do instituto.

No que concerne ao inciso II, do § 1º, entendemos por bem fixar que se convertam dois dias da pena privativa de liberdade por cinco dias de estudo. Veja-se que a conversão dos dias de trabalho tem outra relação: de apenas um dia de pena, por três de trabalho. Essa condição diferenciada, porém, ao contrário de beneficiar graciosamente o preso, será capaz de estimular ainda mais a sua recuperação, já que a opção preferencial pelo estudo, em nosso entender, resultará na possibilidade de o preso vir a desenvolver trabalhos mais qualificados posteriormente, seja ainda na prisão ou já como egresso em nosso competitivo mercado de trabalho.

Em suma, a presente proposição se coaduna com a idéia de uma revolução pela educação, fortalecendo os incentivos para que a população carcerária busque a instrução formal e contribui, assim, para o aperfeiçoamento da legislação penal.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2006 – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

SEÇÃO IV
Da Remição

(...)

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º A remição será declarada pelo Juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

(...)

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles.

Parágrafo único. Ao condenado dar-se-á relação de seus dias remidos.

Art. 130. Constitui o crime do artigo 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 226, de 2006** (nº 836/2006, na origem), de 27 de setembro último, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.094, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasep sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Relator: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de iniciativa originária do eminente Senador Arthur Virgílio, a qual acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, **in verbis**:

“Art. 239.
.....

§ 5º Pertence à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação das contribuições previstas neste artigo, devida por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, a ser aplicado em ações e serviços de amparo aos respectivos servidores públicos, inclusive para efeito de formação e requalificação profissional e de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais.”

O art. 239 estabelece o destino da arrecadação e outras determinações decorrentes das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, bem como pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Quanto aos pressupostos de admissibilidade inscritos no art. 60 da Constituição Federal, não vemos óbice que possa impedir a tramitação e apreciação da proposta em análise. Igualmente, no que toca à sua juridicidade e à sua regimentalidade não observamos nenhum impedimento ao prosseguimento da sua tramitação.

No que se refere ao mérito, cabe aqui fazer algumas digressões a respeito da matéria. O Fundo PIS-Pasep é resultante da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Esta unificação foi estabelecida pela Lei Complementar nº 26, de 1975, com vigência a partir de 1º de julho de 1976 e regulamentada pelo Decreto nº 78.276, de 1976, e gerido pelo Decreto nº 4.751, de 17 de junho de 2003, o qual determina ao Conselho Diretor, coordenado por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, a representação ativa e passiva do supracitado fundo.

O Conselho Diretor, responsável pela gestão do fundo, é composto de representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria do Tesouro Nacional, além de representantes dos Participantes do PIS e dos participantes do Pasep.

Os objetivos do PIS e do Pasep são:

- integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas;
- assegurar ao empregado e ao servidor público o usufruto de patrimônio individual progressivo;
- estimular a poupança e corrigir distorções na distribuição de renda; e
- possibilitar a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, esses objetivos foram consolidados pelo art. 239, vinculando-se a arrecadação do PIS-Pasep ao custeio do seguro-desemprego e do abono aos empregados com média de até dois salários mínimos de remuneração mensal, e, acessoriamente, treinamento profissional. Quarenta por cento dos recursos são emprestados ao BNDES, com o objetivo de financiar operações ativas daquele banco e, ao mesmo tempo, remunerar o patrimônio do PIS-Pasep.

Com a proposta legislativa sob análise desta Comissão, busca-se possibilitar nova configuração à administração dos recursos de PIS-Pasep. Como já

destacado, tal contribuição financia o pagamento do seguro-desemprego pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para trabalhadores demitidos e sua requalificação profissional.

Porém, no que tange aos servidores públicos que dispõem de estabilidade no emprego, ocorre flagrante prejuízo, pois os mesmos não são beneficiados por programas de treinamento, como o Plano de Qualificação Profissional (PLANFOR). Portanto, para corrigir essa situação, a presente Proposta de Emenda à Constituição propõe a aplicação de recursos do FAT em cada uma das unidades de governo do País que, deste modo, passariam a reter a parcela da contribuição atualmente arrecadada e transferida ao Governo Federal.

É importante destacar que a manutenção dos recursos em cada ente da federação, como proposto nesta iniciativa legislativa, permitirá a melhoria da qualidade da prestação do serviço público, particularmente nos Estados, Distrito Federal e Municípios. A manutenção dos recursos em cada ente da federação também implicará aumento da eficiência na utilização dos mesmos, visto que os recursos serão geridos autonomamente e mais próximo do público alvo.

III – Voto

A Proposta de Emenda à Constituição em análise constitui-se em importante contribuição para o aperfeiçoamento do atual Fundo PIS-Pasep, estando de acordo com a ordem jurídica vigente. Assim, voto pela aprovação da matéria apresentando a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ
(à PEC nº 59, de 2005)

Dê-se ao § 5º do art. 239 da Constituição Federal, nos termos do que dispõe o art. 1º da PEC nº 59, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 239.

.....

§ 5º Pertence à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação das contribuições previstas neste artigo, devida por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, a ser aplicado em ações e serviços de amparo aos respectivos servidores públicos, inclusive para efeito de formação e requalificação profissional e de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais.”

Sala da Comissão, 6 de setembro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO: PEC Nº 59 DE 2005****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/09/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)**

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> Sen. João Batista Motta	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>
CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[assinatura]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN <i>[assinatura]</i>
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[assinatura]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA (RELATOR)	6-TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i> (1º signatário)	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, FSB, ⁽¹⁾, PL, PPS e PRB ⁽⁵⁾)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- (VAGO) ⁽⁶⁾
EDUARDO SUPLYC <i>[assinatura]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO <i>[assinatura]</i>
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI ⁽⁴⁾ <i>[assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 04/09/2006

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

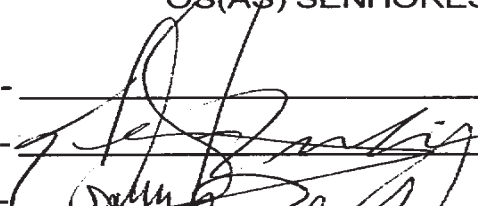
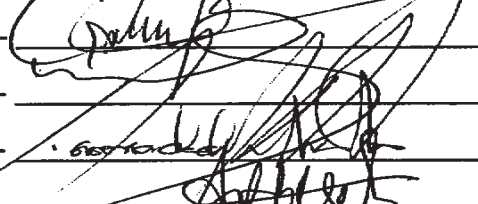
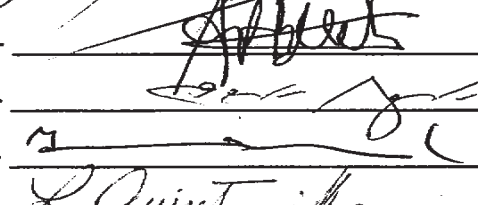
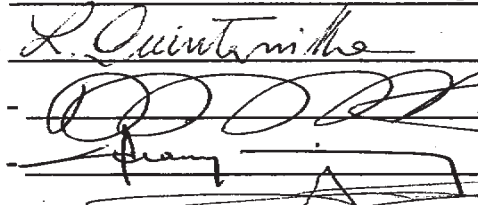
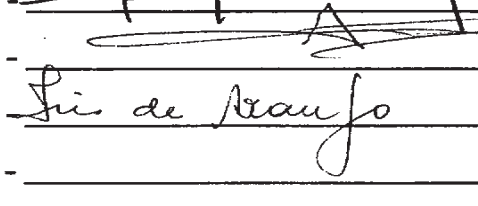
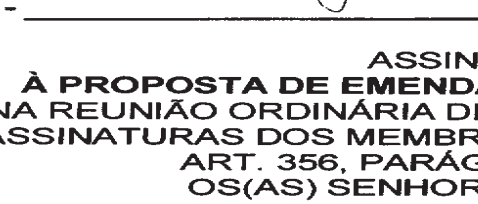
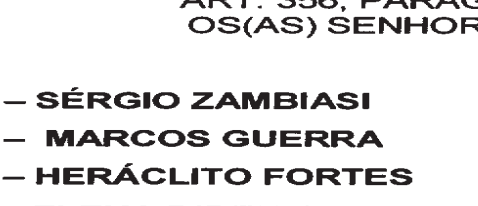
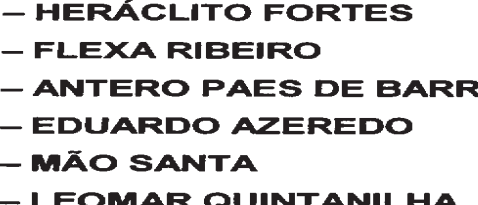
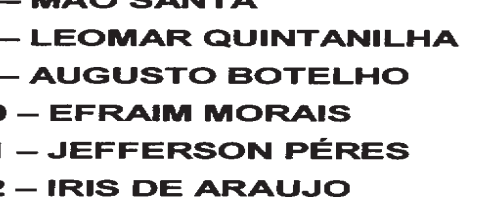

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

(6) O Senador Antônio João deixa o exercício do cargo em 30.08.2006 em virtude de reassunção do titular.

ASSINAM O PARECER
 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005,
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/09/06, COMPLEMENTANDO
 AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
 DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1 -		- Frazioni
2 -		sen Marcos Guerra
3 -		Senador Heráclito Fortes
4 -		Senador Flexa Ribeiro
5 -		Sen. Antero
6 -		Senador Eduardo Azeredo
7 -		Senador Mão Santa
8 -		Senador não compareceu
9 -		- LEOMAR QUINTANILHA
10 -		- Augusto Botelho
11 -		senador Efraim Morais
12 -		senador Jefferson Péres
13 -		Iris de Araujo
14 -		

ASSINAM O PARECER
 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005,
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/09/2006, COMPLEMENTANDO AS
 ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
 ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1 - SÉRGIO ZAMBIASI
 2 - MARCOS GUERRA
 3 - HERÁCLITO FORTES
 4 - FLEXA RIBEIRO
 5 - ANTERO PAES DE BARROS
 6 - EDUARDO AZEREDO
 7 - MÃO SANTA
 8 - LEOMAR QUINTANILHA
 9 - AUGUSTO BOTELHO
 10 - EFRAIM MORAIS
 11 - JEFFERSON PÉRES
 12 - IRIS DE ARAUJO

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 7,
 DE 7 DE SETEMBRO DE 1970

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 8,
 DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970

Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 26,
 DE 11 DE SETEMBRO DE 1975

Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

DECRETO Nº 4.751, DE 17 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre o Fundo PIS-Pasep, criado pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, sob a denominação de PIS-Pasep, e dá outras providências.

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
DEC 78.276/1976	17/08/1976	REVOGADO	REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR 26, DE 11/09/1975 (QUE ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO QUE REGULA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP) E DA O

PARECER Nº 1.095, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Relator: Senador **Osmar Dias**

I – Relatório

O Senador Antônio Carlos Valadares apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 84, de 2006 – Complementar, no intuito de inserir na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para vigorar a partir da data da publicação da nova norma legal, o art 10-A, que estipularia ser responsabilidade do Poder Executivo a fiel execução do orçamento, nos termos da lei das diretrizes orçamentárias (LDO).

O projeto, conforme a sua própria Justificação, inspirou-se no Estudo nº 79, de 4 de setembro de 2001, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (COFF/CD). Esse estudo constata que, seja qual for o instrumento legal que se adote para compelir os gestores públicos à total realização das ações orçamentárias, nada garantirá que o orçamento será integralmente executado e tampouco que a execução integrada dele será a melhor alternativa para a Administração Pública. A luz dessa constatação, concluiu-se que podem ser instituídas algumas regras que visem restringir o excesso de discricionariedade que pode haver na execução, orçamentária (...); tendo o cuidado, porém de não tornar o processo orçamentário exageradamente burocrático. Assim, propõe-se incluir um artigo na Lei de Responsabilidade Fiscal, que tornaria obrigatória a execução do orçamento para o Poder Executivo nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, que, por sua vez, definiria quais as ações que devem ser obrigatoriamente executadas.

O PLS nº 84, de 2006 – Complementar, apresentado em 11 de abril de 2006, foi encaminhado a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que seja apreciado, sendo que coube a mim relatá-lo.

II – Análise

O art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui a competência para que a CAE opine sobre proposições que versem sobre finanças públicas. Dessa forma, ressalte-se que não foram vislumbrados óbices de natureza constitucional, regimental ou legal para a apresentação do PLS em comento. Em relação ao mérito, contudo, entendemos que o projeto não introduz inovação relevante no presente ordenamento legal do País.

Por meio da LRF, pretende-se que o Poder Executivo execute fielmente o orçamento, nos termos da

LDO. Ora, o art. 9º § 2º, da LRF já prevê que cabe à LDO definir as despesas que não sofrerão contingenciamento. Lê-se, nesse dispositivo, que não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias. Além do mais, esse dispositivo mantém estreita relação com o art. 4º, I, **b**, que atribui às LDOs competência para que disponham sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, a ser efetivada se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais (art. 9º, **caput**) ou para obter o resultado primário necessário à recondução da dívida consolidada de um ente da Federação ao respectivo limite (art. 31, § 1º, II).

Assim, o ordenamento legal em vigor já permite que a LDO discipline e restrinja a discricionariedade do Poder Executivo no cumprimento da programação orçamentária. O verdadeiro desafio está em, a cada exercício, incluir os dispositivos apropriados na LDO. Como esta lei, conforme o art. 165, II, da Constituição Federal, é competência daquele Poder, trata-se de tarefa por si só bastante complexa do ponto de vista político.

A questão da iniciativa de apresentação de minuta de LDO também conspira contra a eficácia do PLS em exame. Caso a diretriz emanada do projeto não seja incorporada ao processo de planejamento orçamentário da União, o que julgamos provável, os próprios Parlamentares precisarão divisar meios adicionais para limitar o sobre poder do Executivo. Em termos de otimização do processo legislativo, parece que a melhor alternativa é concentrar os esforços do Legislativo na fixação do rol de despesas que não poderão ser objeto de limitação de empenho.

Para que haja uma efetiva limitação da discricionariedade do Poder Executivo no campo orçamentário, será preciso modificar a própria Constituição Federal. A esse respeito, há cinco Propostas de Emendas à Constituição (PECs) tramitando nesta Casa atualmente, quais sejam:

a) nº 2, de 2000, cujo primeiro signatário é o ex-Senador José Alencar, que insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação

orçamentária decorrente de emendas a parlamentares;

b) nº 77, de 1999, cujo primeiro signatário é o ex-Senador Íris Resende, que imprime força cogente à lei orçamentária anual;

c) nº 22, de 2000, cujo primeiro signatário é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que modifica de indicativa para impositiva a natureza da lei orçamentária anual e dá outras providências;

d) nº 28, de 2000, cujo primeiro signatário é o Senador Pedro Simon, que remete a regulamentação da abertura de créditos adicionais e a anulação de créditos orçamentários à lei complementar prevista no art. 165, § 9º, da Constituição Federal;

e) nº 24, de 2003, cujo primeiro signatário é o Senador Paulo Paim, que veda o bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social.

Acerca da primeira proposição, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em 21 de junho de 2000, o Parecer nº 678, de 2000, de autoria do Senador Pedro Simon, favorável à matéria. Já em 9 de setembro de 2004, esse mesmo Senador encaminhou à CCJ parecer pela rejeição da Emenda nº 1, de Plenário. Trata-se de matéria pronta para ser apreciada por aquela Comissão.

As demais proposições tramitam em conjunto e foram objeto do Parecer nº 103-CCJ, de 10 de dezembro de 2003, de autoria do Senador César Borges, favorável à PEC nº 22, de 2000, e pela prejudicialidade das PECs nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003. Em 19 de abril de 2006, a CCJ aprovou novo parecer, de autoria do Senador há pouco citado, acolhendo as Emendas nºs 1 a 3, de Plenário, na forma das subemendas apresentadas, e, na íntegra, a Emenda nº 4, também de Plenário.

É por meio dessas PECs e não do PLS nº 84, de 2006 – Complementar, que a questão da obrigatoriedade da execução do orçamento poderá ser equacionada satisfatoriamente.

III – Voto

Diante do exposto, opino pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006 – Complementar.

Sala da Comissão,




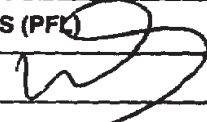

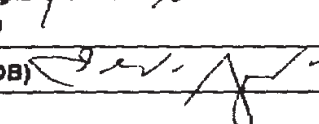
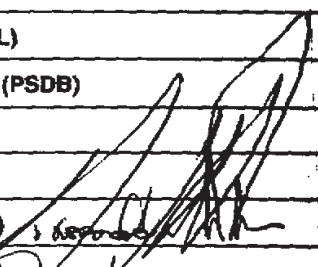
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 84, DE 2006-COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/10/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

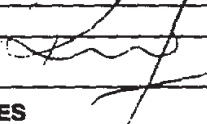

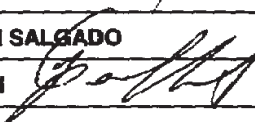
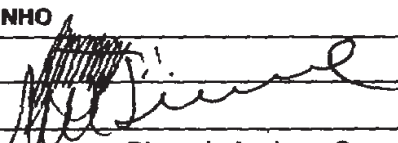
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

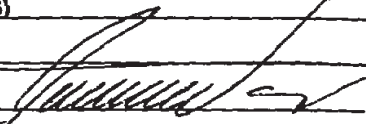
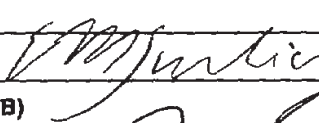
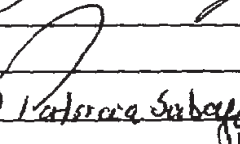
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL) 
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
HUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

AMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ 
LUZ OTÁVIO	2- GEOVANI BORGES
BARBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-PEDRO SIMON 
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
ROBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA 	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL) 
DELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB) 	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

ISMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

aga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 02/08/2006

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

SEÇÃO II

Da Lei do Diretrizes Orçamentárias

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I – disporá também sobre:

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II da § 1º do art. 31;

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no **caput**, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN nº 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas

monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

SEÇÃO III

Da Recondução da Dívida aos Limites

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

II – obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II – as diretrizes orçamentárias;

§ 9º – Cabe à lei complementar:

PARECER Nº 1.096, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.”

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

O referido Projeto de Lei, que foi distribuído a essa Comissão para decisão terminativa pretende, ao

acrescentar parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Esclarece a Justificação que a proposição em tela visa a corrigir uma situação que se afigura anômala nos dias de hoje, de crescente globalização e intensos fluxos de bens, capitais e pessoas por todo o mundo.

Do ponto de vista político, prevalece ainda o sistema consagrado pelo Direito Internacional clássico de reconhecimento entre os Estados, para que se permita a concessão de vistos de entrada nos territórios respectivos.

Nesse contexto, podemos citar o caso específico de Taiwan, país considerado pela China como uma província rebelada, o que coloca os demais países em delicada situação, porquanto a China continental exige o não-reconhecimento de Taiwan como condição para manter relações diplomáticas com tais países.

No entanto, na prática, verifica-se um grande fluxo de comércio e investimentos entre o Brasil e Taiwan.

Por essa razão, propõe o nobre Senador Moreira Mendes o Projeto de Lei em pauta, que acresce um parágrafo ao art. 55 da Lei dos Estrangeiros, de forma a permitir que o Governo, discricionariamente, possa conceder vistos temporários no próprio documento de viagem emitido pelo país de origem para viajantes procedentes de países não reconhecidos pelo Brasil.

É o relatório.

II – Análise

A prática relativa à concessão de vistos a viajantes procedentes de países que não mantêm relações políticas com o Brasil tem sido a de conceder documento especial de viagem chamado **laissez passer** (art. 54 da Lei nº 6.815), de validade temporária, documento no qual figurará o visto concedido especialmente para o ingresso do viajante no Brasil em ocasião determinada.

Esse procedimento significa que o viajante deverá obter o **laissez passer** acima referido, e mais o visto, a cada entrada sua em território nacional, pagando uma taxa por cada um dos documentos. Uma vez utilizado, o **laissez passer** é recolhido pelas autoridades de imigração. Tal prática afigura-se onerosa para o viajante, e acarreta ainda grandes demoras, tendo em vista os trâmites burocráticos envolvidos, razão pela qual deve o Brasil buscar corrigir essa anomalia.

Cabe ressaltar que o parágrafo a ser adicionado ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, prevê a concessão do visto ao portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica.

Não obstante, entendemos que a permissão da concessão de visto deve-se estender não apenas àqueles que estejam em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica, como deve também abranger àqueles que estejam em viagem de turismo, o que proporcionará ao país a entrada de divisas e geração de empregos na recepção desses visitantes.

III – Voto

Em face dos argumentos aqui expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, nos termos do substitutivo que estamos apresentando:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3 (SUBSTITUTIVO), DE 2002

Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, redeterminando-se seu atual parágrafo único:

Art. 55.

§ 1º

§ 2º O Governo brasileiro poderá conceder visto temporário, pelo prazo máximo de noventa dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios turismo, em missão comercial ou econômica. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição visa a corrigir uma situação que se afigura anômala nos dias de hoje, de crescente globalização e intensos fluxos de bens, capitais e pessoas por todo o Planeta. Em que pese ainda a prevalência do sistema clássico de reconhecimento político entre os Estados para que se permita a concessão de vistos de entrada nos territórios respectivos, há que se levar em conta hoje que os negócios e interesses econômicos globalizados fazem com que, muitas vezes, a nacionalidade de origem dos investidores não obedeça aos critérios políticos para o destino de suas aplicações.

Essa hipótese aplica-se com exatidão ao caso de Taiwan. A China continental exige o não-reconhecimento de Taiwan, como critério para estabelecer re-

lações políticas com os demais Países. Obviamente, o poderio da China faz com que a maior parte das demais nações se dobre a essa exigência, inclusive os Estados Unidos da América.

Não obstante, entendemos que a permissão da concessão de visto deve ser estendida não apenas àqueles que estejam em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica, como deve também abranger àqueles que estejam em viagem de turismo, respeitados os limites ditados pela conveniência política (e econômica). Os Países devem buscar uma acomodação não-agressiva dessa conjuntura, de forma a propiciar boas condições para o fluxo de pessoas que interessem ao país receptor,

tendo em vista as disponibilidades de recursos externos a serem aplicados e a conseqüente geração de trabalho e de desenvolvimento no País.

Com esse entendimento, propomos o presente Substitutivo, ao Projeto de Lei nº 3 de 2002, de autoria do eminente Senador Moreira Mendes, que acresce um parágrafo ao art. 55 da Lei do Estrangeiros, de forma a permitir que o Governo, discricionariamente, possa conceder vistos temporários para viajantes procedentes de Países não reconhecidos pelo Brasil, mas cuja entrada seja de interesse recíproco do ponto de vista do Governo brasileiro.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2003.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2002.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/10/03, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)
EDUARDO SUPLICY (PT)	1- FLÁVIO ARNS (PT)
HELOÍSA HELENA (PT)	2- FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	3- ALOIZIO MERCADANTE (PT)
MARCELO CRIVELLA (PL)	4- DUCIOMAR COSTA (PTB)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5- AELTON FREITAS (PTB)
TIÃO VIANA (PT)	6- SIBÁ MACHADO
PMDB	PMDB
GILBERTO MESTRINHO	1- PEDRO SIMON
JOÃO ALBERTO SOUZA	2- RAMEZ TEBET
LUIZ OTÁVIO	3- VALDIR RAUPP
Vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo	4- JOÃO BATISTA MOTTA
HÉLIO COSTA	Vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo
PFL	PFL
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1- EDISON LOBÃO
JOÃO RIBEIRO	2- MARIA DO CARMO ALVES
JOSÉ AGRIPINO	3- RODOLPHO TOURINHO
MARCO MACIEL	4- ROSEANA SARNEY
PSDB	PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO	1- ANTERO PAES DE BARROS
EDUARDO AZEREDO	2- TASSO JEREISSATI
LÚCIA VÂNIA	3- SÉRGIO GUERRA
PDT	PDT
JEFFERSON PÉRES	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
PPS	PPS
MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL DO PLS Nº 32002

EDUARDO SUPLICY (PT)				FLÁVIO ARNS (PT)	
HELOISA HELENA (PT)	X			FÁTIMA CLEIDE (PT)	
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				ALOIZIO MERCADANTE (PT)	
MARCELO CRIVELLA (PL)				DUCIOMAR CASTA (PTB)	
FERNANDO BEZERRA (PTB)				AELTON FREITAS (PL)	
TIÃO VIANA (PT)				SIBÁ MACHADO (PT)	
GILBERTO MESTRINHO	X			PEDRO SIMOM	X
JOÃO ALBERTO SOUZA				RAMEZ TEBET	
LUÍZ OTÁVIO				VALDIR RAUPP	
Vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo				JOÃO BATISTA MOTTA	
HÉLIO COSTA					
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X			EDISON LOBÃO	
JOÃO RIBEIRO				MARIA DO CARMO ALVES	
JOSE AGRIPTINO				RODOLFO TOURINHO	X
MARCO MACIEL	X			ROSEANA SARNEY	
ARTHUR VIRGÍLIO	X			ANTERO PAES DE BARROS	
EDUARDO AZEREDO	X			TASSO JEREISSATI	
LÚCIA VANIA	X			SERGIO GUERRA	
JEFFERSON PÉRES	X			JUVÊNCIO DA FONSECA	
MOZARILDO CAVALCANTI				PATRICIA SABOYA GOMES	

TOTAL 11 SIM 10 NÃO - AUTOR - ABS -

SALA DE REUNIÃO, EM 16/10/2003.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizado em 16/10/2003

PPM

EMENDA Nº 1-CRE – (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 3, DE 2002, APROVADO E ADOTADO PELA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL EM REUNIÕES DOS DIAS 16
DE OUTUBRO DE 2003 E
5 DE SETEMBRO DE 2006, RESPECTIVAMENTE**

Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 agosto de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, re denominando-se seu atual parágrafo único:

Art. 55.

§ 1º.....

§ 2º O Governo brasileiro poderá conceder visto temporário, pelo prazo máximo de noventa dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios turismo, em missão comercial ou econômica. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2006 – **Roberto Saturnino** Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980

Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

TÍTULO VI

Do Documento da Viagem para Estrangeiro

Art. 54. São documentos de viagem o passaporte para estrangeiro e o **laissez-passer**. (Renumerado nela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Parágrafo único. Os documentos de que trata este artigo são de propriedade da União, cabendo a seus titulares a posse direta e o uso regular.

Art. 55. Poderá ser concedido passaporte para estrangeiro: (remunerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

I – no Brasil:

a) ao apátrida e ao de nacionalidade indefinida;

b) a nacional de país que não tenha representação diplomática ou consular no Brasil, nem representante de outro país encarregado de protegê-lo;

c) a asilado ou a refugiado, como tal admitido no Brasil.

II – no Brasil e no exterior, ao cônjuge ou à viúva de brasileiro que haja perdido a nacionalidade originária em virtude do casamento.

Parágrafo único. A concessão de passaporte, no caso da letra **b**, do item I, deste artigo, dependerá de prévia consulta ao Ministério das Relações Exteriores.

.....

OF. N 172/2006 – CRE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 16 de outubro de 2003, aprovou a Emenda nº 1– CRE (substitutivo) do Senador Gilberto Mestrinho ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo governo brasileiro”.

2. Informo, ainda, que a matéria constou na pauta da reunião de 5 de setembro de 2006, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal. Durante a discussão não foram oferecidas emendas, assim, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, conforme disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. – **Roberto Saturnino**, Presidente.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

O referido Projeto de Lei, que foi distribuído a essa Comissão para decisão terminativa pretende, ao acrescentar parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Esclarece a Justificação que a proposição em tela visa a corrigir uma situação que se afigura anômala nos dias de hoje, de crescente globalização e intensos fluxos de bens, capitais e pessoas por todo o mundo.

Do ponto de vista político, prevalece ainda o sistema consagrado pelo Direito Internacional clássico de reconhecimento entre os Estados, para que se permita a concessão de vistos de entrada nos territórios respectivos.

Nesse contexto, podemos citar o caso específico de Taiwan, país considerado pela China como uma província rebelada, o que coloca os demais países em delicada situação, porquanto a China continental exige o não-reconhecimento de Taiwan como condição para manter relações diplomáticas com tais países.

No entanto, na prática, verifica-se um grande fluxo de comércio e investimentos entre o Brasil e Taiwan.

Por essa razão, propõe o nobre Senador Moreira Mendes o Projeto de Lei em pauta, que acresce um parágrafo ao art. 55 da Lei dos Estrangeiros, de forma a permitir que o Governo, discricionariamente, possa conceder vistos temporários no próprio documento de viagem emitido pelo país de origem para

viajantes procedentes de países não reconhecidos pelo Brasil.

É o relatório.

II – Análise

A prática relativa à concessão de vistos a viajantes procedentes de países que não mantém relações políticas com o Brasil tem sido a de conceder documento especial de viagem chamado **laissez-passer** (art. 54 da Lei nº 6.815), de validade temporária, documento no qual figurará o visto concedido especialmente para o ingresso do viajante no Brasil em ocasião determinada.

Esse procedimento significa que o viajante deverá obter o **laissez-passer** acima referido, e mais o visto, a cada entrada sua em território nacional, pagando uma taxa por cada um dos documentos. Uma vez utilizado, o **laissez-passer** é recolhido pelas autoridades de imigração. Tal prática afigura-se onerosa para o viajante, e acarreta ainda grandes demoras, tendo em vista os trâmites burocráticos envolvidos, razão pela qual deve o Brasil buscar corrigir essa anomalia.

Cabe ressaltar que o parágrafo a ser adicionado ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, prevê a concessão do visto ao portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica.

III – Voto

Por todo o exposto, e tendo em vista que há que se levar em conta hoje que os negócios e interesses econômicos globalizados fazem com que, muitas vezes, a nacionalidade de origem dos investidores não obedeça aos critérios políticos para o destino de suas aplicações, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Sala da Comissão,

REQUERIMENTO Nº 1.390, DE 2004

Requeiro, nos termos do Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os Arts. 216 e 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações, fundamentais para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes:

1. Quais são as implicações da aprovação do referido projeto de lei em termos diplomáticos e de política externa brasileira?

2. Qual é a posição do Ministério das Relações Exteriores sobre a referida proposta?

Justificação

O Projeto de Lei nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, visa alterar a Lei de Estrangeiros, acrescentando parágrafo ao artigo 55 da Carta Magna, de maneira a permitir que o Governo brasileiro possa conceder visto temporário, pelo prazo máxi-

mo de 90 dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica.

Quando de seu exame na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a referida matéria foi aprovada na forma de um Substitutivo, apresentado pelo Senador Gilberto Mestrinho, que amplia o benefício aos turistas.

Considerando que o projeto em questão promove alterações substanciais em nossa política externa, faz-se necessário conhecer a posição do Governo brasileiro, quanto às implicações, no caso de sua aprovação, para as relações diplomáticas do Brasil.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2004.
– Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Mesa – para decisão)

Publicado no *Diário do Senado Federal* de 11 - 11 - 2004

Ofício Nº 6 AFEPA/DAOC I/DIM/DDF–MRE – PEXT

Brasília, 22 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário
Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Senador,

Tenho a honra de referir-me ao Ofício nº 231, de 2005, pelo qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento de Informação nº 1.390/2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, em que se solicitam as seguintes informações:

a) Quais são as implicações, em termos diplomáticos e de política externa brasileira, relativas à aprovação do Projeto de Lei nº 3/2002, de autoria do Senador Moreira Mendes – concessão de visto temporário a estrangeiro portador de passaporte de governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica?

A moldura do relacionamento entre o Governo brasileiro e as autoridades de Taipé se baseia nas condições

acordadas entre Brasília e Pequim em 1974, por ocasião do estabelecimento de relações diplomáticas. Em 15 de agosto de 1974, o Governo brasileiro reconheceu o Governo da República Popular da China (RPC), em decisão que implicou o estabelecimento de relações diplomáticas com o regime de Pequim e, consequentemente, o rompimento com o Governo alternativo instalado em Taipé, que dizia representar todo o povo chinês.

Em **aide mémoire** datado de 28 de novembro de 1974, o Governo brasileiro garantiu ao Governo chinês que

“1) estão efetivamente encerradas as relações diplomáticas e os demais contatos oficiais ou semi-oficiais entre o Brasil e Taiwan; 2) o pessoal diplomático e consular taiwanês já se retirou do Brasil, assim como o pessoal brasileiro de Taiwan; 3) as autoridades brasileiras não mais reconhecem quaisquer documentos oficiais emitidos em Taiwan; e 4) o Governo brasileiro não permitirá qualquer tipo de representação ou intercâmbio de caráter oficial ou semi-oficial seja taiwanês no Brasil, seja brasileira em Taiwan”.

Nessas condições, resguardando-se os compromissos com Pequim, têm sido buscadas desde então fórmulas pragmáticas para manter um relacionamento

comercial e cultural não governamental entre o Brasil e aquela ilha.

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, em 15 de agosto de 1974, os dois países acumularam trinta anos de um relacionamento positivo balizado por mais de oito dezenas de instrumentos bilaterais, freqüentes visitas de alto nível, ampla convergência de posições nos foros internacionais e produtivo diálogo político.

As dimensões dos dois países, o papel regional que exercem e a semelhança de posições nos foros internacionais propiciaram o estabelecimento, ainda nos anos noventa, de uma “Parceria Estratégica”, fundamentada não só no grande potencial das relações econômico-comerciais bilaterais, mas também numa visão multilateralista comum dos dois países, que buscam, a médio prazo, a construção de uma nova ordem internacional multipolar.

O diálogo político bilateral consolidou-se a partir da visita ao Brasil do ex-Presidente da China, Jiang Zemin, em 1993, e da visita de reciprocidade que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou à China, em 1995. O Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita de alto nível à China, de 21 a 24 de março de 2004.

Entre 23 e 27 de maio de 2004, ocorreu a visita à China do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual se deu num momento de intensificação inédita e decisiva nas relações sino-brasileiras. Foi a primeira visita de um presidente brasileiro àquele país desde 1995 e sinalizou o destaque que o Governo brasileiro determinou fosse dado às relações bilaterais.

Em novembro de 2004, realizou-se a primeira visita do Presidente Hu Jintao à América Latina. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a ser visitado pelo presidente chinês em seu périplo à região.

A troca de visitas de mandatários do Brasil e da China, no ano em que se comemoraram os trinta anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países denota o elevado patamar em que encontra a parceria estratégica sino-brasileira. Durante essas visitas, foram celebrados vinte e um acordos governamentais, bem como inúmeros contratos empresariais de vulto.

É preciso ter presente a ofensiva iniciada pelas autoridades de Taipé, sob a liderança do Presidente Chen Shui-bian, buscando a afirmação de signos de independência da ilha, inclusive as modificações na capa de passaportes expedidos por aquelas autoridades, com a aposição do nome “Taiwan” junto a “República da China”. Tal iniciativa não passou despercebida pelo governo da República Popular da China, que dedica atenção prioritária ao tema da reintegração de Taiwan. Assim é

que as mais altas autoridades chinesas têm alertado o Governo brasileiro, no contexto de visitas recíprocas e reuniões de consultas políticas bilaterais, sobre o fato de as atuais autoridades taiwanesas estarem buscando a independência progressiva daquele território. Nessas condições, a mudança de tratamento pelo Brasil dos pedidos de vistos dos cidadãos taiwaneses, com o abandono do uso de “laissez passer” e sua aposição em passaportes emitidos pela “República da China”, teria repercussões negativas para as relações sino-brasileiras.

b) Qual é a posição do Ministério das Relações Exteriores sobre a referida proposta?

Na avaliação do Itamaraty, o Projeto de Lei nº 3, de 2002, formulado pelo Senador Moreira Mendes, se aplicado no caso específico de um passaporte de que conste a expressão “Taiwan” (o que é interpretado pelo governo de Pequim como símbolo de independência), poderá ter repercussões muito negativas sobre as relações do Brasil com a República Popular da China.

Convém ter presente, por fim, que o Decreto nº 5.311, de 15 de dezembro de 2004 (cópia em anexo), ao alterar a redação dos artigos 96 e 97 do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, permitiu a concessão de “laissez passer” válido para múltiplas viagens e com validade de até dois anos. Dessa forma, tendo sido eliminado o principal entrave às viagens empresariais ao País por parte de cidadãos de nações cujos governos não são reconhecidos pelo Brasil, a medida proposta não traria vantagem material para aqueles viajantes.

Atenciosamente, **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

PARECER Nº 1.097, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do senador Luiz Otávio, que acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, (PLS nº 313) acima ementado, de autoria do eminente Senador Luiz Otávio, é composto de três artigos.

O art. 1º acrescenta inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para prever a isenção do Imposto de Renda sobre quaisquer rendimentos percebidos por contribuinte a partir do mês em que complete oitenta anos, com exceção daque-

les provenientes de aplicações financeiras sujeitas à retenção definitiva do imposto na fonte.

O art. 2º determina ao Poder Executivo que faça estimativa da renúncia fiscal decorrente da medida e a inclua no demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas resultante de isenções e benefícios fiscais, conforme previsão do Art. 165, § 6º, da Constituição Federal.

Após a cláusula de vigência, representada pelo caput do art. 3º, o parágrafo único do mesmo artigo estabelece que a Lei somente produzirá efeitos a partir do exercício seguinte ao implemento da providência requerida pelo artigo anterior.

Na justificação, o Autor destaca o envelhecimento da população brasileira e a deficiência no amparo ao idoso, exatamente no período da vida em que mais necessita de cuidados, como fatores preponderantes para a necessidade da medida.

Ressalta, ainda, o Autor que o art. 230 da Constituição Federal prescreve o dever de cuidado da sociedade para com o idoso.

Finalmente, explica que a isenção total do imposto de renda das pessoas físicas a maiores de oitenta anos visa a atenuar as dificuldades financeiras por que, em geral, passam os idosos dessa faixa etária.

Não foram apresentadas emendas a esse projeto, que tramita em caráter terminativo (art. 91 do RISF).

II – Análise

Nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições atinentes a tributos e outros assuntos relacionados, como é o caso. Além disso, no âmbito de suas atribuições, cabe-lhe apreciar a matéria em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento.

No projeto em apreço, não se enxerga qualquer impedimento constitucional relativamente à iniciativa do processo legislativo por membro desta Casa (CF, art. 61, caput).

Outrossim, é atribuição do Congresso Nacional dispor sobre matéria de competência da União referente ao sistema tributário (CF, art. 48, I), no âmbito do Imposto sobre a Renda (CF, art. 153, III). A isenção proposta atende à exigência de lei específica para regular exclusivamente a matéria (CF, art. 150, § 6º).

Quanto à vedação de instituição de tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente, imposta pelo inciso II do art. 150, consideramos que os argumentos do Autor não deixam dúvidas quanto à razoabilidade e à possibilidade jurídica da diferença de tratamento que se deseja oferecer aos maiores de oitenta anos.

No mérito, o projeto de lei mostra-se oportuno e conveniente, sendo complemento importante à recente aprovação do Estatuto do Idoso, uma vez que representa medida efetiva em favor do bem-estar dos contribuintes com idade avançada.

Aliás, ainda quanto ao mérito, a expectativa de vida média do brasileiro, recentemente divulgada pelo IBGE, estimada em 71 anos de idade, permite concluir que a proposta atenderá a um número muito reduzido de brasileiros. Está, ainda, muito distante da idade que se deseja isentar. Tal fato nos leva a propor emenda estendendo o benefício aos maiores de setenta e cinco anos de idade.

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e não contém qualquer impropriedade de ordem regimental.

Por último, vale acrescentar que o projeto, no art. 2º e no parágrafo único do art. 3º, teve o cuidado de prever as providências necessárias para atender as exigências sobre renúncia de receita constantes do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

III – Voto

A vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, nos termos das emendas propostas a seguir:

EMENDA Nº 1 – CAE

Substitua-se, no final da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, a expressão “oitenta anos de idade” por “setenta e cinco anos de idade”.

EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, a redação abaixo:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do inciso XXII, com a seguinte redação:

“Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoa física:

.....
XXII – os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar setenta e cinco anos de idade, excetuados os rendimentos de aplicações financeiras sujeitos à retenção definitiva do imposto na fonte. (NR)”

Sala da Comissão, 5 de Setembro de 2006.









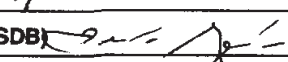
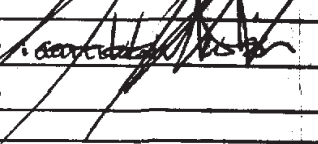
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 313, DE 2003
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/09/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):



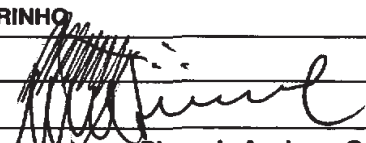
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

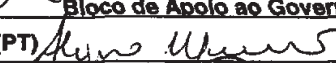



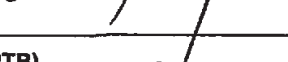

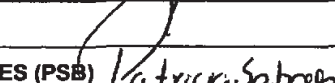
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BOHNHAUSEN (PFL) 	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
THUR VIRGÍLIO (PSDB) 	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-PEDRO SIMON 
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
CÉTERO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA 	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB) 	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL) 	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) 	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 02/08/2006

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS n° 313, de 2003.

TITULAR - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PFS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PFS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CEZAR BORGES (PFL)	X				JOSE AGRIPINO (PFL)				
EDISON LOBAO (PFL)	X				ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)	X				HERACLITO PORTES (PFL)	X			
JORGE BORNHAUSEN (PFL)					DEMOSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURNINHO (PFL)	X				JOSE JORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)					JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VANIA (PSDB)					LEONEL PAVAN (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)					JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					ROMERO JUCA				
LUIZ OTÁVIO (AUTOR)					GEOVANI BORGES				
GARIBALDI ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO				
MAO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
SÉRGIO CABRAL					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
VALDIR RAUPP	X				ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA	X				LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PFS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PFS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				ANTONIO JOAO (PTB)				
ANA JULIA CAREPA (PT)					AELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATTI (PT)	X				ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLICY (PT)					ROBERTO SATURNINO (PT)				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLAVIO ARNS (PT)				
JOAO RIBEIRO (PL)					SIBÁ MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	X				SERYS SLHESARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				

11/ TOTAL 6 SIM 12 NÃO 1 PREJ 1 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 07 / 06.

Senador Luiz Otávio
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
* VAGA CEDIDA PELO PMDB

Atualizada em 02/08/06

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 61 à Constituição de 1988, PLB nº 313, de 2003.

TITULARES - Bloco da Minoria	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CARLOS BORGES (PT)	X				JOSE AGUIAR (PFL)				
EDSON LOBAO (PFL)	X				ANTONIO CARLOS MAGALHAES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)	X				HERACLITO FORTES (PFL)	X			
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	X				DEMÓSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	X				JOSE FORTES (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	X				JOAO BATISTA MOTTA (PSDB)				
EDUARDO AZEVEDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LUCIA VANIA (PSDB)	X				LEONEL PAVAN (PSDB)				
SERGIO GUERRA (PSDB)	X				FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)	X				JOAO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					ROMERO ILCA				
LUIZ OTÁVIO (AUTOR)					GEOVANI BORGES				
GARIBALDI ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO				
MAO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
SERGIO CABRAL					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
VALDIR RAUPP	X				ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA	X				LEOMAR QUINTANILHA (Poderes)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				ANTONIO JOAO (PTB)				
ANA JULIA CAREPA (PT)					ABELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATI (PT)	X				ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLICÝ (PT)					ROBERTO SATURNINO (PT)				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLAVIO ARNS (PT)				
JOAO RIBEIRO (PL)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	X				SERYS SLHESARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				

TOTAL 16 SIM 15 NÃO 1 PREJ - AUTOR - ABS - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 09 / 06.

Senador Luiz Otávio
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

* VAGA CEDIDA PELO PMDB

Atualizada em 02/08/06

TEXTO FINAL

**APRESENTADO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2003**

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de setenta e cinco anos de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do inciso XXII, com a seguinte redação:

“Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoa física:

.....
XXII – os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar setenta e cinco anos de idade, excetuados os rendimentos de aplicações financeiras sujeitos à retenção definitiva do imposto na fonte. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências.

.....

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

.....
XXI – os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão. (Incluído pela Lei nº 8.541, de 1992) (Vide Lei 9.250, de 1995)

.....

.....
**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Oefensoria Pública da União e dos Territórios e organização iudiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

SUBSEÇÃO III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

SEÇÃO II Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

SEÇÃO III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

III – renda e proventos de qualquer natureza;

SEÇÃO II Dos Orçamentos

Au. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anis-

tias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

SEÇÃO II Da Renúncia do Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

OF. Nº 256/2006/CAE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 5 de setembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, que “acrescenta o inciso XXII ao artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 172/2006 – CRE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 16 de outubro de 2003, aprovou a Emenda nº 1 – CRE (substitutivo) do Senador Gilberto Mestrinho ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo governo brasileiro”.

2. Informo, ainda, que a matéria constou na pauta da reunião de 05 de setembro de 2006, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Durante a discussão não foram oferecidas emendas, assim, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, conforme disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

OF. Nº 256/2006/CAE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 5 de setembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, que “acrescenta o inciso XXII ao artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 1095, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo contrariamente ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias*.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 3, de 2002, e 313, de 2003**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de enviar aos familiares das vítimas do triste acidente envolvendo um avião da Gol e uma aeronave Legacy, ocorrido no final de semana, votos de profundo pesar, em meu nome e em nome de

meu Partido, com o acatamento – tenho certeza – de V. Ex^a e de toda a Casa.

Esse acidente lamentável deixou enlutadas mais de uma centena de famílias, que perderam seus entes queridos de uma maneira inexplicável, Sr. Presidente.

Com a infinitude do nosso espaço aéreo, com o tamanho do nosso céu, quis o destino que dois aviões se encontrassem a 37 mil pés, numa colisão inexplicável. Um avião de fabricação brasileira, dirigindo-se de São Paulo para Manaus, e um avião da Gol de Manaus para Brasília. Mas o azar da coincidência provocou esse desastre, que está sendo exaustivamente investigado.

Queremos aqui, não só como Senador da República, mas como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, dizer da nossa confiança na Anac, nos órgãos técnicos do Ministério da Aeronáutica e na Embraer, envolvidos nessa apuração, para que tenham toda tranquilidade possível no sentido de uma apuração segura e esclarecedora sobre o triste episódio.

Evidentemente que, entre a falha humana e a falha mecânica que os técnicos concluirão, isso servirá apenas de consolo e justificativa, uma vez que as perdas são irreparáveis.

De qualquer maneira, queremos deixar também a nossa palavra de confiança aos que fazem a companhia Gol, por ter uma das suas aeronaves envolvida no acidente, e aos que fazem a Embraer, fabricante do segundo avião, e dizer que essa fatalidade não compromete a qualidade dos serviços da companhia aérea de passageiros, nem tampouco a do fabricante brasileiro. E esperamos esclarecimentos para que se evitem, no futuro, tragédias como essa.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que determine à Casa a comunicação às famílias enlutadas, assim como aos que participam do episódio, ou como transportadores ou como fabricantes nesse triste episódio.

Faço este registro, repito, em nome do meu Partido e tenho certeza que em nome de toda a Casa, neste momento de profunda dor por que passa a Nação brasileira, ao ver famílias, na sua maioria, de jovens que se deslocavam do Amazonas, após uma semana de trabalho ou de lazer, para o encontro com seus familiares.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Heráclito Fortes, a Mesa aceita o seu pedido. Encaminharemos carta a cada um dos familiares com os nossos pêsames. Agradeço a sua lembrança, a sua iniciativa.

O Senado não poderia deixar de se manifestar diante de um momento tão triste para tantos brasileiros.

No meu caso pessoal, como tantas dessas pessoas vinham para Brasília, são parentes de pessoas que moram em Brasília, alguns moravam em Brasília, então, em meu nome e como Senador pelo Distrito Federal, aproveito para subscrever a sua preocupação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu segundo pedido pela ordem, contando com a generosidade de V. Ex^a, é exatamente para parabenizar o Brasil e V. Ex^a.

Encerrou-se ontem o primeiro turno das eleições majoritárias no Brasil; tivemos um pleito disputado até o último momento, e o Brasil teve a oportunidade de conviver com V. Ex^a e, acima de tudo, com a coragem de V. Ex^a em defender uma bandeira que deveria ser a de todo brasileiro, que é a bandeira da educação.

O papel de V. Ex^a, a quem presto homenagem em nome do meu Partido – e, quero crer, interpretando também o sentimento do povo brasileiro –, foi histórico, juntamente com o da Senadora Heloísa Helena, que teve, durante todo esse período de campanha, a oportunidade de pregar, pelo Brasil afora, as suas idéias e, acima de tudo, defender as suas convicções.

Esse episódio eleitoral é engrandecedor. Tenho certeza de que várias lições foram colocadas para meditação do povo brasileiro.

A V. Ex^a desejo que não abandone a luta em prol da educação, que, tenho a convicção, será de grande valia para o futuro deste País.

Parabéns, Senador Cristovam. Tenho certeza de que esta Casa continuará enriquecida com a sua colaboração e com a sua participação nos debates, engrandecendo a nossa convivência nos próximos quatro anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Heráclito Fortes, agradeço muito as suas palavras, a sua gentileza. V. Ex^a sempre está presente nessas horas. Sei que, durante esses meses de campanha, V. Ex^a fez referência à minha candidatura, apesar de eu estar disputando com um candidato apoiado pelo seu Partido. Agradeço a sua gentileza.

Fiz questão de hoje me inscrever como primeiro orador para falar ao povo brasileiro e aos meus colegas Senadores e Senadoras.

Por isso, peço a sua compreensão para presidir a Mesa enquanto eu faço uso da palavra.

O Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – No momento em que registro a presença, neste ple-

nário, do vice-Governador eleito do Distrito Federal, Senador Paulo Octávio, a quem parabenoza pela extraordinária vitória obtida ontem, passo a palavra, com muito prazer, a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigo e Senador Paulo Octávio, vice-Governador do Distrito Federal, fiz questão de me inscrever como primeiro orador nesta volta, depois do período das eleições, para falar ao povo brasileiro, aos meus colegas. Nesses três últimos meses, estive fora desta tribuna. Fiz questão de não vir a esta tribuna, apesar de as sessões continuarem, porque estava em uma grande luta, uma luta que muito me honrou. Honrou-me, em primeiro lugar, porque fui o primeiro candidato do PDT depois de Leonel Brizola. Substituí-lo é algo que honra profundamente qualquer pessoa. A mim especialmente, porque comecei a ouvir falar dele ainda muito jovem, em Pernambuco, durante o período em que ele lutava pela legalidade. Depois, acompanhei-o firmemente na disputa presidencial em 1989. Acompanhei toda a sua vida de luta, como político de duas grandes bandeiras: a soberania nacional e a educação de nosso povo.

Essa honra pelo privilégio que me foi oferecido pelo meu Partido, o PDT devo especialmente ao meu Presidente, Carlos Luppi; ao Secretário-Geral, Manoel Dias; a cada um dos militantes que discutiram conosco durante meses se deveríamos ou não ter candidato. Depois, se seria meu o nome. Tenho um débito com toda essa gente que apostou em que deveríamos ter um candidato e que me escolheu, cada um desses militantes que tiveram essa participação. Tenho um débito muito grande também com uma figura histórica deste País, o Senador Jefferson Péres, que aceitou ser o vice na minha chapa. Eu disse muitas vezes, e repito, que Jefferson Péres era um vice do qual eu gostaria de ser o vice. Este é que é um bom vice: aquele que nos orgulha se o vice fôssemos nós e ele, o cabeça da chapa.

Mas tenho gratidão, sobretudo, aos mais de 2,5 milhões de eleitores que ontem saíram de casa para votar no meu nome, no meu número. Essas pessoas não saíram apenas para votar em um nome e em um número. Posso dizer, com orgulho, que essas pessoas saíram para votar em uma causa, em uma causa de que, durante esses meses todos, fui o portador. Poderia ter sido qualquer outro escolhido pelo meu Partido, mas o destino fez com que fosse eu o portador dessa causa, a causa que, podemos dizer, tem duas partes intimamente ligadas.

A primeira é a idéia de que não há saída para o Brasil a não ser por meio de um processo muito mais

radical do que os pequenos ajustes que costumam ser propostos pelos políticos que disputam eleições.

Defendi, em nome dessa militância do meu Partido e em nome, antecipadamente, desses 2,5 milhões de pessoas, a palavra revolução.

Defendi a idéia de que o Brasil precisa fazer uma revolução. E outra coisa imbricada como causa, junto a essa revolução, é a idéia de que essa revolução pode ser feita de maneira pacífica, tranqüila, docemente, através da educação.

Não temos saída para fazer o Brasil dar um salto adiante a não ser que tomemos a decisão, adiada há décadas e décadas – e posso dizer até há séculos – de derrubarmos dois muros que amarram o Brasil. O primeiro é esse muro infame da desigualdade com que já nos acostumamos como se fosse algo normal como esses cheiros ruins com que, de tanto viver ao lado, terminamos nos acostumando. O Brasil é um País que insiste em ter como sua característica fundamental a desigualdade. Desigualdade essa que surgiu no nascimento do Brasil separando aqueles que vieram da Europa dos índios que aqui estavam, numa separação brutal que se manifestava não apenas pelo lado religioso, racial, cultural, mas também, e sobretudo, pelo desprezo e pela maldade com que nossos índios foram tratados.

A desigualdade surgiu com esse muro que separou durante 400 anos os negros e os brancos, os escravos e os homens e mulheres livres deste País. Foram 400 anos de brutal perversidade de um País construído graças ao repetido seqüestro de africanos trazidos para o Brasil para trabalhar e produzir, a fim de beneficiar uma minoria. As estatísticas dizem que, para cada duas toneladas produzidas no Brasil, um negro africano morria, seja no trajeto até aqui, seja durante o trabalho brutal a que era submetido. Essa desigualdade não parou depois da abolição da escravidão. Embora não com a mesma explicitação do período em que separava brancos e negros, ela continuou separando os excluídos e os incluídos na modernidade. Continuou no País que fez uma República sem esquecer de construí-la, porque a República continuou com uma classe nobre separada de uma plebe. Todos podiam votar para escolher o presidente, mas estavam separados pelo analfabetismo de uns diante dos doutorados de outros; do consumo elevado de uns diante da miséria dos outros. Estavam separados até mesmo pela esperança de vida, para uns muito maior desde o nascimento, pois alguns tinham acesso aos recursos necessários à melhor qualidade de vida e outros, não. O Brasil continua um País dividido, tão brutalmente dividido como o foi durante o período colonial entre europeus e índios, entre brancos e negros.

E agora continua dividido entre pobres e ricos, entre incluídos e excluídos.

Essa desigualdade não vai desaparecer conforme as promessas feitas ao longo de todos estes anos. Prometemos a abolição; prometemos a República; prometemos o crescimento econômico, mas a desigualdade insiste em continuar dividindo o nosso País com um muro separando ricos e pobres.

Só uma revolução pode derrubar esse muro. Durante anos, prometemos mudança dizendo que essa revolução era o desenvolvimento, era o crescimento. E a renda cresceu, a riqueza aumentou e se concentrou. E, da mesma maneira de antes, continuamos com dois brasis separados, brutalmente separados. Prometemos que a riqueza chegaria a todos; e ela não chega, nem chegará, pelos mecanismos puramente econômicos.

Da mesma maneira, desde sempre, sonhamos em nos tornar uma Nação desenvolvida nos padrões dos Países ricos. Prometemos o crescimento e dissemos que iríamos chegar lá graças à economia. E não chegamos. Ao contrário, apesar de todo o sucesso do nosso crescimento, da nossa economia, o que nós vemos é um País cada vez mais distante dos Países que se desenvolvem.

Foram esses dois impedimentos ao futuro brilhante do meu País que me levaram a disputar a eleição presidencial. Foi o sonho de derrubar dois muros: o sonho de derrubar o muro da desigualdade e o sonho de derrubar o muro do atraso, e fazer o Brasil transformar-se em um País desenvolvido de modo que todo o povo brasileiro seja unificado.

Mas não foi só isso que me fez ir a essa disputa. O que mais me motivou foi o fato de ter uma bandeira alternativa para realizar a derrubada desse muro. O meio de que dispomos para derrubar o muro da desigualdade e o muro do atraso consiste na radical mudança do quadro educacional brasileiro. Algo que parece tão óbvio ainda é considerado subversivo no Brasil de hoje, porque a mentalidade que temos é a de que a economia leva à igualdade, de que o crescimento da riqueza reduz a pobreza e de que um País com alta renda **per capita** se transforma automaticamente em um País desenvolvido. Essa é uma ilusão que temos.

O sentimento profundo de que tudo isso é uma ilusão fez-me, um dia, deixar a cadeira de professor e transformar-me em um político e, agora, aceitar o desafio de disputar a Presidência da República.

Hoje está claro para mim, pelo menos – e isso tentei passar –, que aquela desigualdade que existia antes pelo fato de uns terem capital e outros terem trabalho apenas, aquela desigualdade que existia entre o

patrão e o trabalhador não ocorre mais pela propriedade – uns, com capital e outros, com as mãos.

Hoje quando olhamos a desigualdade, podemos perceber que ela vem da falta de conhecimento de uns e de outros. Aquilo que se chamava de mais-valia, que era a exploração que o capitalista exercia sobre o trabalhador, pagando-lhe um baixo salário hoje não é uma mais-valia por conta de uns serem donos do capital e outros só terem as mãos para trabalhar.

Hoje o que faz a desigualdade é o fato de uns terem acesso ao conhecimento, e outros não. A quebra da desigualdade não virá pelos salários, mas pela oportunidade igual para todos. É essa que vai fazer com que a renda se distribua, mas essa oportunidade igual não virá a não ser dos bancos das escolas.

Houve um tempo em que nordestinos como eu tomavam um pau-de-arara, chegavam a São Paulo, encontravam um emprego mesmo que tivessem apenas o curso primário incompleto, e graças a isso poderia até ascender. Isso não vai mais existir. Hoje aquele que chega a qualquer mercado de trabalho sem uma razoável formação pessoal, sem uma base educacional, sem uma qualificação profissional, vai ficar excluído, vai ficar desempregado ou ter empregos com baixíssimos salários.

Hoje a porta de entrada no mundo moderno é a escola. A porta de entrada não é o emprego em uma fábrica; é a passagem pelo banco da escola que vai proporcionar ao cidadão emprego em algum setor da economia. É a escola que carrega a possibilidade de construir a igualdade, ou pelo menos de quebrar a desigualdade, de garantir oportunidades iguais. Ao mesmo tempo, se a escola garante oportunidades iguais aos indivíduos brasileiros, a educação de todo o povo é que vai permitir criar um conhecimento superior na ciência e na tecnologia, graças ao qual o Brasil será um País desenvolvido.

Por isso caminhei este País inteiro. Por isso atravessei este País. Por isso carreguei, com uma dificuldade muito grande para mim e para a minha família – minha esposa Gladys está aqui presente –, todas as dificuldades de uma campanha presidencial. Mas fiz isso sem nenhum sofrimento; carreguei tudo como se a minha energia fosse infinita; carreguei como se vivesse uma lua-de-mel com o meu País. Este País que passei 40 anos estudando – e que vou continuar estudando-o, porque ainda não aprendi o suficiente –, mas com o qual o casamento se manifestou de fato na disputa presidencial.

Penso, meu caro – se me permite chamá-lo assim, sem as excelências todas – Paulo Octávio, que só há duas maneiras de amarmos realmente o País: como soldado numa guerra ou como candidato a presidente

da República. Como soldado numa guerra, felizmente, não está diante de nós essa chance. Tive o privilégio de ser candidato a presidente.

Não tive tempo ainda de ir atrás dos livros de História, embora o tempo todo esse número esteja desafiando a minha cabeça, mas calculo que não deva ter chegado a 70 ou 80 o número de candidatos a presidente nas, se não me engano, 17 eleições presidenciais dos períodos democráticos no Brasil. É um privilégio muito grande.

E é um privilégio muito grande poder não apenas estudar, mas querer dar resposta; não apenas dar resposta, mas querer vender essa resposta aos brasileiros, sabendo que 125 milhões estavam me ouvindo nas entrevistas, nos programas eleitorais, nos debates com outros candidatos, para saber se havia aí a semente de uma árvore que pudéssemos construir neste País. É um desafio do qual eu gostaria que todos pudessem usufruir.

Chego ao final sem nenhuma frustração, nem a frustração de ter tido uma votação muito inferior àquela que qualquer candidato deseja, mesmo aquele que não tem ilusões de que poderia ganhar naquele momento. Não tenho uma única frustração. Entendo perfeitamente por que a grande maioria dos eleitores não optou por esse caminho, apesar de minha convicção de que é o caminho certo. É natural porque se trata de uma proposta subversiva; uma proposta subversiva diante de uma mentalidade que põe o caminho da igualdade e do progresso nas mãos da economia. E ninguém pode ter votações grandes se traz propostas subversivas.

Além disso, acostumamo-nos, nos últimos 20 ou 30 anos, a perder a dimensão da transformação que Juscelino trouxe quando conseguiu passar para este País a palavra industrialização quando éramos uma Nação agrícola, exportadora. Chegou esse candidato e conseguiu seduzir, com a sua subversão, a opinião pública para o projeto de industrialização. Mas ali estava maduro, além de haver uma figura com o carisma de Juscelino.

A educação ainda não foi suficientemente absorvida por falta de amadurecimento nosso – não me excludo – e também porque, é óbvio, faltou o carisma de um Juscelino ou de outros grandes líderes. Isso não me inibe e nem me constrange. É apenas para usar uma retórica.

Cumpri o meu papel: trouxe a palavra revolução de volta para o dicionário da política na disputa do dia-a-dia, quando ela estava jogada nos dicionários da História. Mas trouxe algo mais: a idéia de que é possível uma revolução diferente, aquilo que chamei de uma “doce revolução”. Uma revolução que, em vez de fuzis, usa lápis; em vez de trincheiras, usa escola; em vez

de guerrilheiros, usa professores; em vez de divulgar preconceitos, ideologias, tenta divulgar conhecimento. É uma doce revolução, sobretudo porque, em vez de classes, de proletariado, de campesinato, põe a categoria “infância” como vetor do progresso.

Rompemos com a idéia de classes e luta de classes e passamos a ter a disputa e a luta entre quem tem e quem não tem conhecimento. Saímos da categoria de classe como instrumento da revolução e colocamos, como portadores de progresso, aquilo que, óbvio, é o portador de progresso: a infância. Tiramos a idéia de que revolução é algo azedo e colocamos a idéia de que a revolução pode ser algo doce.

Essa foi, de maneira muito curta, a idéia e o resumo da causa de haver a campanha e a causa da campanha. A causa da campanha é a educação e a revolução por ela. E a causa de haver a campanha é a necessidade de se quebrar o vazio do debate que temos visto ultimamente. O debate entre taxa de emprego e taxa de crescimento e não taxa de escolarização, que é o verdadeiro motor da liberdade; o debate de quantas cadeias a mais serão construídas e não o de quantas cadeias poderemos derrubar daqui a 20 anos; o debate de que o problema do Brasil está na taxa de juros alta e não na baixa taxa de crianças concluindo o ensino médio.

Essa, Senador Paulo Octávio – que está me pedindo um aparte –, foi a razão que me levou a essa grande, bela, bonita aventura. Aventura no sentido positivo, de algo difícil de ser feito e que me deu um prazer, Presidente Heráclito Fortes, que, confesso, não imaginava diante de tantas dificuldades.

Antes de concluir, quero passar a palavra ao nosso Vice-Governador eleito, Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Cristovam, manifesto o meu contentamento em ouvir o seu pronunciamento. Imagino que V.Ex^a nem teve tempo para descansar dessa campanha tão bonita que fez, percorrendo todo o Brasil. Essa campanha foi anunciada há seis meses, quando, aqui no Senado, em conversa que tivemos, o amigo manifestou a vontade de pregar a educação em nosso País, tema muitas vezes esquecido. Pude observar que, em sua campanha, percorrendo o Brasil de ponta a ponta, com muita competência, soube levar a todos os brasileiros essa mensagem. Pode ter a certeza, Senador, V. Ex^a que representa tão bem Brasília, de que não pregou no deserto, não pregou em vão. Muitas vezes, a sociedade demora a acordar para temas importantes. Educação é prioridade. Hoje, 50 anos depois que JK pisou em Brasília pela primeira vez, exatamente em 2 de outubro de 1956, é bom ver que Brasília já deu o seu primeiro candidato a Presidente da República. É de Brasília um

candidato a Presidente do Brasil e é, pela primeira vez, que temos um brasileiro se candidatando a Presidente do Brasil. Quero cumprimentá-lo, como brasileiro, como seu colega de Senado, e dizer que cumpriu um papel muito importante nessa eleição, um papel que jamais será esquecido pelo povo brasileiro, pelas suas mensagens e, ainda mais, pela mensagem prioritária que, por sinal, vai ser prioridade no Governo que pretendemos implementar em Brasília a partir do ano que vem: educação. Educação tem de ser prioridade em todos os Governos neste País. V. Ex^a soube levar essa mensagem com muita dignidade e muita competência. Parabéns pela campanha limpa e correta de troca de idéias. V. Ex^a orgulhou Brasília e o Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, não tomarei muito mais tempo. Faí até aqui do passado e falarei algumas poucas palavras sobre o futuro. Vou me dirigir, muito especialmente, a esses pouco mais de 2,5 milhões de brasileiros que saíram de casa ontem para votar no 12, na proposta de uma doce revolução pela educação.

Quero dizer a cada um de vocês que, a partir de hoje, a campanha que fizemos tem de se transformar em um movimento. Fiz questão de ser o primeiro a falar aqui, de estar hoje, cedinho, me inscrevendo, porque não queria deixar passar nem um minuto dessa beleza da campanha para falar da beleza do movimento.

Eu quero convocar vocês que porque ontem foi uma data definida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Aquela fizeram esse voto, ao mesmo tempo em que agradeço a confiança, para não pararmos apenas foi uma data eleitoral. A nossa campanha é política, é muito mais do que eleitoral. A nossa campanha é por algo tão novo que não se esgota no dia de eleição. Chegou a hora de transformarmos a campanha eleitoral em um movimento político, social e ideológico, um movimento radicionista da educação, um movimento abolicionista da educação, um movimento educacionista, como houve o movimento abolicionista.

Mas lembrem-se de que, naquela época, o movimento abolicionista contra a escravidão se chocava com pessoas que defendiam a abolição disfarçada, incompleta. Uns defendiam a extinção do tráfico de escravos, mas não queriam abolir a escravidão. Outros defendiam o ventre livre, mas não queriam abolir a escravidão. Outros ainda afirmavam que alguém com mais de 60 anos não deveria ser mais escravo, mas não desejavam a abolição.

Foi preciso surgir um grupo de loucos que disse: “Não bastam pequenas medidas corretivas de uma maldade; é preciso erradicar a maldade.” Precisamos dar esse salto. Não bastam pequenos gestos educa-

tivos; é necessária uma revolução na educação. Não basta aumentar um pouco os recursos para a educação, ou até aumentá-los muito, se não completarmos o projeto educacionista, que vai muito além de dinheiro. Ele exige que haja uma mudança de mentalidade no Brasil inteiro e que façamos educação não como um serviço a mais – como água, esgoto, estrada, energia. Não é só isso. Trata-se da educação como centro, eixo, vetor, motor do progresso, quase fazendo com que aquele lema “Ordem e Progresso” se transforme no lema “Educação é Progresso”. Basta alterar três ou quatro letras, mas muda tudo, se entendermos que educação é progresso, como já entendemos há algum tempo que indústria e exportação eram progresso. Não são. São necessários.

É preciso exportar e produzir mais, mas o que transforma, o que muda é uma revolução pela educação.

De certa maneira, peço desculpas por termos tido apenas 2,5 milhões de eleitores. Eu gostaria de ter tido o tempo e a competência – não era possível que a dedicação fosse maior, mas o tempo, sim, poderia ter sido maior – para ter chegado a um número muito maior, mas não chegamos. Peço desculpas a vocês por não ter conseguido que fôssemos mais de 2,5 milhões.

No entanto, apelo a vocês para que não sejam apenas eleitores, mas que sejam adeptos de uma causa. Não sejam eleitores de um candidato, pois o candidato passa e virá outro. Sejam adeptos de uma causa e exijam dos próximos candidatos – inclusive dos dois que vão disputar agora o segundo turno – que levem adiante a necessidade de derrubarmos os dois muros que amarram o progresso do Brasil: o muro da desigualdade interna e o muro do atraso em relação ao exterior.

Exijam vocês, os 2,5 milhões de adeptos, que o Brasil não volte mais ao tempo em que a educação era um mero coadjuvante do processo, algo que o governante tem obrigação de fazer e não algo que o País precisa que seja feito.

Nós, eleitores dessa causa, vamos nos transformar em adeptos dessa causa. Vamos fazer com que cada um de nós, os 2,5 milhões, sejamos portadores de uma bandeira. Vamos transformar cada comitê eleitoral em um ponto de luta pelo educacionismo no Brasil.

Vamos fazer com que não seja tão importante o nome dos candidatos a Presidente daqui para frente, mas que seja importante, sim, que esses candidatos não se contentem em apenas administrar, mas que queiram transformar o País. Que eles não se contentem apenas em tirar as minas que estão no terreno

por onde caminha a história do Brasil. Temos que desarmar essas minas. E o meu programa de Governo dizia como desarmar cada uma delas.

Todavia, o que basta não é apenas caminhar no terreno da História, mas também construir uma Nação diferente, uma Nação sem desigualdade interna e sem atraso para o exterior. Isso é possível, como eu disse no meu **slogan** de campanha. Isso não custa muito, porém exige grande mudança cultural em relação à maneira como a política é feita.

Posso dizer hoje que tentei. Podem dizer que não tive muitos votos. Podem dizer que não tive qualquer outra das razões necessárias para fazer com que essa idéia se transformasse em uma idéia hegemônica no Brasil inteiro. Entretanto, ninguém vai poder dizer que não tentei, que não usei a minha energia permanente, durante esses meses todos, para trazer um discurso novo ao meu País. Um discurso revolucionário na concepção do que é o progresso e de qual é o instrumento do progresso. Um discurso duplamente subversivo. Subversivo do ponto de vista cultural, porque exige mudança de postura da economia para a educação; subversivo porque é mister manejar o orçamento público brasileiro para destinar mais recursos à educação e subversivo porque exige que cada um de nós, professores, assuma o papel importante que temos e, se somos importantes, temos que ser muito, muito, e muito responsáveis com aquilo que fazemos.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo-lhe todo o tempo que me foi dispensado. Estou falando numa segunda-feira pós-eleitoral e quero que, nesta Casa, fique como minha marca que eu tentei e que, quando fui chamado, não fraquejei, não titubeei. Fiz atos que exigiram de mim grande esforço – e não vou omitir – e coragem, como o de sair de um Partido no qual tinha militado toda a minha vida de político, que, aliás, é uma vida muito curta. Fui eleito pela primeira vez já com 50 anos de idade. Foi uma coragem que excedeu o que eu imaginava ser capaz. Depois, coragem para aceitar o desafio de uma candidatura a presidente, chegando tarde no processo eleitoral, porque o terreno já estava dividido, polarizado entre duas candidaturas e mais uma. E sabia da dificuldade de penetrar num terreno dividido.

Quando começamos uma campanha no início, junto com os outros candidatos, saímos atrás de eleitores. Mas, quando começamos depois, temos de tomar eleitores dos outros, o que é muito mais difícil. E num Partido que me recebeu com tanto carinho, mas que ainda não é um Partido grande que se espalha pelo País inteiro. Eu sabia das dificuldades de uma bandeira diferente daquelas que hoje dominam o imaginário

brasileiro, que é a corrupção, a violência e o desemprego, e eu trazia uma coisa diferente.

Mas, talvez até por essas dificuldades, posso dizer ao povo brasileiro que tentei e que vou continuar tentando, porque, a partir disso que comecei, não há mais caminho de volta. A minha vida – não tem mais jeito – terá que ser dedicada a essa causa, a essa doce revolução por intermédio da infância, dos brasileiros e brasileiras pequeninhos e pequeninhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. E, a partir de hoje, já estou de volta, plenamente, a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Cristovam Buarque, a Presidência afirma a V. Ex^a que essa liberalidade é uma homenagem a toda essa sua luta e toda caminhada percorrida nesse período eleitoral em que V. Ex^a lançou uma cruzada. Evidentemente que, por não alcançar, por não colher frutos nas urnas, não significa que não plantou. Plantou e plantou bem tratado! E isto será só questão de tempo: V. Ex^a colherá, para a alegria e para a vitória do Brasil.

Registro a presença da esposa do Senador, Dona Gladys, que está aqui lhe acompanhando e se solidarizando com a sua luta. E parabênz, mais uma vez, V. Ex^a pela coragem de, segundo alguns, assumir uma bandeira monocórdia, mas que é profícua.

Muito obrigado a V. Ex^a pela lição que deu para eles.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, dois de outubro, acabamos de viver uma data histórica neste País, quando tivemos uma eleição geral, uma eleição com a participação de mais de cem milhões de brasileiros que foram às urnas e votaram, eleição transcorrida de uma forma democrática, normal.

Quero cumprimentar o nosso Partido, Senador Heráclito Fortes, o PFL, que fez um trabalho bonito, simplificando essa eleição. Foi no PFL que nasceram as mudanças eleitorais que reduziram as despesas de campanha, os showmícios, a distribuição de brindes, de camisetas. Enfim, soubemos fazer uma eleição mais justa, e esta eleição, sem dúvida, foi muito mais limpa, mais justa e mais correta do que as anteriores. Cumprimento o presidente nacional do nosso Partido, o Senador Jorge Bornhausen, que foi um dos responsáveis por essa diminuição dos gastos de campanha aprovada aqui no Senado Federal.

Hoje, dia 2 de outubro, também é uma data muito especial. Existe uma frase, lida a quem visita o Palácio da Alvorada, que diz:

Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.

Trata-se de um trecho do texto escrito por Juscelino Kubitschek no Livro de Ouro de Brasília no dia 2 de outubro de 1956, em sua primeira visita ao local onde Brasília seria construída. A frase está afixada no Palácio da Alvorada e no Museu da Cidade. Isso foi há exatamente cinquenta anos, no dia 2 de outubro de 1956.

O tempo passa e nós, a cada dia, constatamos a importância do Presidente Juscelino, não só na construção de Brasília, mas na democratização, na liberdade do País e principalmente na capacidade de elaborar um projeto, um plano de metas, que foi respeitado do começo ao fim.

Na semana passada, estive aqui no Senado, com vários pronunciamentos, lembrando a necessidade de o Brasil ter um segundo turno. Parece, Senador Hércílio, que fomos atendidos. O Brasil, os brasileiros concedem ao País a possibilidade de uma disputa eleitoral em segundo turno, entre Geraldo Alckmin e o Presidente Lula.

O Brasil precisa deste debate, que será fundamental para esclarecer pontos duvidosos, pontos que precisam ser esclarecidos. E nada melhor que um debate transparente, claro, límpido, que certamente vai ocorrer nesse segundo turno eleitoral. O País viverá um momento bonito de democracia, um momento bonito de reflexão sobre o futuro que queremos.

Era exatamente isso que pregávamos aqui na semana passada.

Naqueles momentos ninguém acreditava que teríamos segundo turno. Mas eis que, de repente, o povo brasileiro, com a sabedoria que tem, leva a campanha presidencial ao segundo turno, e teremos a possibilidade de acompanhar um embate muito importante para o melhor esclarecimento das duas propostas de governo. O Brasil tem que escolher o seu caminho de futuro e vai escolhê-lo no debate desta campanha presidencial, o debate entre a proposta de Lula e a proposta de Geraldo Alckmin.

Quero, também, aproveitar para dizer que tivemos, aqui em Brasília, uma vitória bonita do nosso Partido, o PFL, uma vitória no primeiro turno, com a candidatura

vitoriosa do Deputado José Roberto Arruda, conseguindo mais de 50% dos votos dos brasilienses.

Aproveito para, desta tribuna, neste momento, agradecer a todos que confiaram seus votos, que depositaram a sua confiança na nossa chapa.

É um momento importante para Brasília, que caminha também para o seu cinquentenário de inauguração. Isso ocorrerá justamente em 21 de abril de 2010. Temos que ter a sabedoria, a inteligência e a força de vontade para transformar esta cidade e prepará-la para o seu grande salto, para o seu grande desafio: adequar Brasília – esta cidade que foi construída, com tanto sacrifício, por todos os brasileiros, que vieram de todos os cantos nessa missão de dar ao Brasil uma nova capital –, prepará-la para completar seus cinquenta anos e, logicamente, para ter um governo com uma proposta bem elaborada, um plano de metas, o qual fiz questão também, na última semana, de entregar aqui para que fique constando nos Anais do Senado Federal.

Por sinal, fomos o único candidato que teve esse privilégio de poder entregar, com antecipação, ao Senado Federal o seu plano de trabalho, o plano de metas para o futuro.

Entendo que, daqui para frente, cada vez mais, a sociedade brasileira vai querer discutir idéias, propostas, projetos. Entendo que os partidos devem preocupar-se muito com isso, até porque, durante algum tempo, o Brasil discutia nomes, discutia um debate muitas vezes personalista. De agora em diante, cada vez mais vamos discutir idéias, projetos, propostas, como acabou de muito bem colocar o Senador Cristovam Buarque, ele que tem uma proposta determinante para o futuro da educação brasileira. Discutir idéias é o que queremos para o futuro.

Hoje também, aqui em Brasília, temos um evento muito importante que é o tombamento da velha casa de fazenda do Gama, a qual foi recuperada depois de décadas de abandono e espera. Daqui a pouco, às 15 horas, teremos uma solenidade oficial de entrega do decreto de tombamento do Brasília Country Club, com a presença do médico pioneiro – esse sim, uma figura importantíssima na cidade – Dr. Ernesto Silva e de D. Zenaide, que foram testemunhas da visita de Juscelino ao Planalto Central cinquenta anos atrás. A casa serviu de alojamento para os primeiros operários que chegaram à região e de apoio para a pista de pouso que foi aberta ao lado.

É História, e o **Correio Braziliense** registra com muita competência essa data: 02 de outubro de 1956. Cinquenta anos depois, aqui estamos neste salão azul do Senado Federal, respirando liberdade e democra-

cia. A cada dia, enche-nos mais de orgulho viver neste País abençoado que é o Brasil.

Eu gostaria de aqui fazer minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes, quando S. Ex^a pede que sejam enviados a todas as famílias dos passageiros da Gol votos de condolências, de pêsames, a todas essas famílias. Mais de 150 famílias estão envolvidas nesse fatídico acidente com o avião da GOL que vinha de Manaus para Brasília.

Quero dizer a todos que hoje tive a oportunidade de fazer uma visita ao Sr. Neném Constantino e falei também com o Sr. Júnior Constantino – uma família de Brasília –, eles que fazem parte da diretoria da GOL, essa companhia que tem prestado um trabalho enorme ao País e que tem tido, nesse momento, uma postura transparente, clara, corajosa. Eles não se furtaram às entrevistas, não se furtaram a ajudar as famílias e querem realmente resolver a questão da forma menos dolorosa para as famílias.

Entendo que o que aconteceu merece uma reflexão muito grande por parte da Agência Nacional de Aviação Civil, bem como do Cindacta, porque, num espaço aéreo tão grandioso como o do Brasil, num espaço aéreo sem tanto tráfego como o é na região do Cachimbo, é inexplicável uma colisão entre dois aviões. Houve um erro e temos que saber efetivamente quem errou, se foi a torre de controle de Manaus, se foi a torre de controle de Brasília. Como se dá a mesma altitude para dois aviões em rotas convergentes?

Entendo que temos de saber exatamente o que houve e por que chegamos a um momento de tanta tristeza no Brasil, com o maior acidente de tráfego aéreo do nosso País. É importante um esclarecimento até para a segurança de milhares de pessoas que entram nos aviões todos os dias, até porque no Brasil não se tem, efetivamente, outro tipo de transporte. Já que não temos ferrovias e nossas rodovias estão dilaceradas, o transporte aéreo num país continental como o nosso é fundamental. Por isso, a Agência Nacional de Aviação Civil, cuja criação foi aprovada nesta Casa, tem um papel importantíssimo para o esclarecimento, descobrindo quem errou e punindo, mostrando, efetivamente, que está atenta na solução dos problemas brasileiros. Essa é uma questão grave, que não pode ser escondida.

A mesma transparência que está tendo a direção da Gol no atendimento à imprensa, às famílias, mostrando a vontade de solucionar o problema é importante que as autoridades também a tenham para, rapidamente, esclarecer o que aconteceu e como foi possível dois aviões se chocarem em pleno ar numa região com tão pouco tráfego aéreo.

Quero dizer também que tenho certeza de que o PFL de Brasília deu sua contribuição para a festa da democracia que vivemos. Aqui, tivemos a oportunidade de fazer uma união até então desconhecida no Brasil, quando dois candidatos com percentuais de votos semelhantes procuram fazer uma união numa indicação de candidato a governo e vice, dentro do mesmo Partido, uma união por muito tempo questionada, uma união que muitos acreditavam ser impossível. Hoje, posso subir à tribuna e dizer, como Presidente do Partido da Frente Liberal em Brasília, que a união foi vitoriosa. Foi graças a esse esforço, a esse trabalho, a essa dedicação, a esse desprendimento que nós conseguimos chegar à vitória no primeiro turno. Foi uma vitória sem a máquina administrativa do Governo estadual, que estava contrária à nossa candidatura, sem a máquina administrativa do Governo Federal, que também estava contrária à nossa candidatura, sem o apoio das grandes lideranças da cidade. Foi, enfim, uma campanha baseada só no trabalho, em propostas, em projetos, em diálogo com a sociedade, uma campanha vitoriosa graças ao esforço político de entender a necessidade da população brasileira.

Nesses últimos anos, percorremos todas as ruas, todas as quadras, andamos por todas as cidades, discutimos com todos os segmentos sociais e com todos os segmentos econômicos as necessidades do futuro. Lançamos, como eu disse há pouco, um projeto, um plano de metas que foi entregue aqui para os Anais do Senado que – isto é que é importante – queremos respeitar, que queremos cumprir na sua integralidade. Assim deve ser o dirigente do futuro, assim deve ser o político amadurecido para os novos tempos que o Brasil tanto requer. O Brasil exige, cada vez mais, do administrador público eficiência, competência, honestidade. Entendo que é isso que a população quer.

Quero deixar bem claro que vamos fazer um Governo voltado aos mais carentes, aos mais necessitados. O Governo deve voltar seus olhos a uma parcela da sociedade hoje marginalizada. No caso de Brasília, apesar de termos aqui bons indicadores sociais e econômicos, temos também um nível de desemprego muito alto. Chegamos a ultrapassar duzentos mil brasilienses desempregados, fora os desempregados que vivem nas regiões do Entorno da cidade.

Temos, então, uma situação dramática numa cidade jovem, que não tem indústrias, que não foi vocacionada para ser um grande centro empresarial e industrial, mas que superou as expectativas iniciais e hoje é uma referência na região Centro-Oeste. Eu

diria que Brasília é a capital da região Centro-Oeste e é uma cidade que cumpre muito bem não só o seu papel de capital de todos os brasileiros, de capital administrativa do País, como também de uma capital indutora do desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste, que abriga brasileiros de todos os cantos. Aqui, temos uma miscigenação muito interessante, com a união de nordestinos, sulistas, cariocas, mineiros. Esta é a sociedade brasiliense, que representa muito bem o Brasil.

Tivemos, em Brasília, na eleição presidencial, a vitória de Geraldo Alckmin, bem à frente, com 44% dos votos válidos. É uma vitória expressiva, graças ao trabalho do PSDB, do PFL e de parte do PMDB que apóia o candidato Geraldo Alckmin. Tenho certeza de que agora, no segundo turno, vamos intensificar esse trabalho e que, sem dúvida, poderemos dar a Alckmin uma vitória mais ainda forte nesta cidade.

Sr. Presidente, quero agradecer a cada um dos brasilienses. Tivemos 663 mil votos. É a maior votação para o Governo de Brasília, histórica. Tivemos a oportunidade muito rica de obter a vitória no primeiro turno.

Quero dar um abraço no Deputado José Roberto Arruda, novo Governador de Brasília, nosso amigo, e também em todos os Deputados Federais, principalmente no Deputado Fraga e no Bispo Rodovalho, que assumem a partir do ano que vem, eleitos pelo PFL.

Quero cumprimentar também o Deputado Augusto Carvalho, do PPS, também coligado conosco. Que dar um abraço em cada um dos Deputados Distritais eleitos pelos Partidos coligados pela nossa união por Brasília. Nossa coligação tinha o nome “Amor por Brasília” e foi uma coligação vitoriosa: chegamos a fazer 11 dos 24 Deputados Distritais e 3 dos Deputados Federais.

Pelo trabalho que tivemos, pelo prazer de termos percorrido todas as ruas da cidade, de termos travado o bom combate, o bom debate, o debate construtivo, quero cumprimentar toda a nossa equipe, todas as pessoas que trabalharam por essa vitória.

Logicamente, ao terminar minhas palavras, quero agradecer e dedicar este pronunciamento, no dia em que Brasília completa 50 anos da chegada de JK às terras do cerrado, a todos os brasilienses que nos honraram com seus votos. Saberemos respeitar, saberemos dignificar essa votação tão expressiva que obtivemos. Saberemos corresponder à expectativa do povo de Brasília.

Meus cumprimentos ao meu querido Senador Geraldo Mesquita, que preside a sessão. Meus cumprimentos a todos os Senadores e muito obrigado,

Brasília, pela confiança que foi no PFL e em nós depositada.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, que os merece, pela eleição, pelo resultado colhido e pelo grande Senador que é.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta segunda-feira pós-eleições, cabem alguns comentários. É impossível deixar de fazer alguns comentários, ainda que breves, ainda que, de certa forma provisórios, na medida em que o debate sobre a eleição vai se desenvolver nos próximos dias, nas próximas semanas, até a realização do segundo turno.

Fica patente, fica evidente que a democracia brasileira, que muito custou a ser implantada e criar raízes na vida política nacional deste País junto à população, finalmente se consolidou. Uma das maiores democracias do mundo: cento e vinte e cinco milhões de eleitores foram às urnas, votando num sistema eletrônico, moderno, que foi capaz de mostrar à Nação o resultado da eleição até o fim do mesmo dia. Isto é, realmente, motivo de orgulho para os brasileiros democratas, motivo de orgulho para todos aqueles que sabem da importância da democracia como um valor em si mesmo, como o único sistema capaz de refletir, de dar legitimidade a um governo e refletir a vontade nacional.

Entretanto, Sr. Presidente, o Brasil é um País dividido. Tenho tido oportunidade de usar esta tribuna tantas vezes para ressaltar essa característica muito deprimente, negativa da nossa sociedade: a desigualdade no Brasil entre ricos e pobres, entre regiões ricas e regiões pobres. O Brasil é campeão mundial dessas desigualdades, para vergonha e para aflição nossa, à medida que achamos sempre que esse quadro de desigualdades é insustentável em longo prazo. Chega um momento em que há manifestações de inconformidade com esse quadro, que estão presentes, por exemplo, na recusa de cidadãos brasileiros de seguir a pauta da lei, buscando a sua realização pessoal por

meio da criminalidade por não suportarem a injustiça que é flagrante e que nos atinge: atinge todos os brasileiros, atinge a Nação brasileira e atinge sua imagem perante o mundo, é claro.

Sr. Presidente, esta eleição, pela primeira vez, explicitou de forma clara essa divisão, essa desigualdade brasileira. Pela primeira vez, a parte pobre do Brasil não se sujeitou, não se curvou, não se submeteu à pregação das políticas que sempre favorecem a parte rica, apresentadas como as melhores para o povo em geral. Quer dizer, o povo compreendeu que há políticas diferentes, capazes de produzir resultados diferentes em termos de harmonização da situação econômica e social do povo.

É claro que o Presidente Lula, no exercício do seu Governo, levantou, nos brasileiros mais pobres, a certeza de que é possível mudar, desenvolver programas sociais de longo prazo, com eficácia, em termos de distribuição de renda, de oportunidades, de riqueza e até de acesso à Lei, de modo geral.

O resultado, Sr. Presidente, está representado neste mapa publicado na página quatro da edição de **O Globo** de hoje, que mostra, com uma clareza inofismável, a divisão do Brasil. A cor vermelha compreende as Regiões Norte, Nordeste e Sudeste, onde o Presidente Lula ganhou. A cor azul compreende as Regiões Sul e Centro-Oeste, além de São Paulo, onde Geraldo Alckmin ganhou. A exceção foi o Estado de Roraima, que ficou sem explicação. Enfim, deve haver lá razões muito particulares que determinaram essa divergência.

Vou guardar este mapa, pois é antológico. Pela primeira vez, verifica-se que a democracia brasileira foi capaz de explicitar essa desigualdade. É claro que isso é um aspecto preocupante, porque mostra um País dividido.

No México, por exemplo, o resultado da última eleição foi muito semelhante a este mapa do Brasil. Só que, lá, a parte pobre é a sul; e a parte mais rica é o norte. Lá, também houve uma divisão de votos explicitada geograficamente.

É claro que, nas regiões, nos bolsões mais pobres, Lula foi vitorioso; e, nos bolsões mais ricos, Geraldo Alckmin foi vitorioso. Isso é muito importante porque a democracia finalmente emergiu no Brasil, com o povo tomando consciência e coragem de assumir as suas posições sem respeitar as fórmulas que sempre apareceram na mídia, que sempre foram apregoadas pelos cientistas econômicos como sendo as melhores para a maioria.

As políticas implantadas no primeiro mandato do Presidente Lula, que produziram esses resultados, são sempre classificadas de populistas, de forma de-

preciativa – o populismo, o populismo –, quando nada mais são do que políticas voltadas para a distribuição de renda, explicitamente voltadas para a distribuição de renda.

O resultado foi esse que apareceu, que mostrou que a democracia ganhou substância, que democracia não só no que diz respeito ao comparecimento, à realização pacífica, à presteza nos resultados, que não foram contestados absolutamente por ninguém. Tudo isso mostrou um avanço em termos de prática democrática que o Brasil ainda não tinha tido e mostrou também a verdade do País dividido, a verdade das opiniões que se formam num País dividido não só sob o ponto de vista de renda, mas geográfico, porque a pobreza se concentra numa região e a riqueza, em outra.

Foi um resultado antológico e pedagógico, que ensina muito, que explicita a desigualdade e a divisão existentes no Brasil.

É claro que esse haverá de ser tema de debate no segundo turno, que considero muito importante. Sr. Presidente, acho que é importante esse debate. É claro que não vou ser hipócrita a ponto de dizer que preferia o segundo turno. Não. O Presidente Lula é meu candidato, e eu preferia que ele vencesse no primeiro turno, mas reconheço a importância do segundo turno para que se trave esse debate de forma definitiva no Brasil, para que a democracia incorpore esse que é o maior problema do Brasil.

O maior problema do Brasil não é ter crescimento baixo ou atraso em tais ou quais setores, ou porque as estradas estão esburacadas. Não. O maior problema do Brasil é essa desigualdade, é essa diferença que não pode dar sustentação a esta Nação, à vida nacional sadia e democrática.

A própria democracia aflorou pela primeira vez para corrigir essas distorções, e o segundo turno possibilitará o debate de modo elevado. Espero que não haja baixarias nesse debate e que ele se processe da forma mais elevada possível. Confio nisso, porque a lição de democracia dada pelo povo há de calar nos candidatos e nos partidos, a fim de elevar o tom do debate para colocá-lo num ponto que reflita, enfim, os anseios da população, fazendo-os debruçar sobre esse problema magno da Nação brasileira, que é a divisão entre ricos e pobres – que, aliás, existe.

Citei o caso do México, mas situação semelhante ocorre na Bolívia, no Peru, no Equador, na Colômbia e na Venezuela. Na Argentina e no Chile, há situações diferentes, porque são histórias econômico-culturais distintas, que nunca atingiram esse grau de desigualdade que existe nos demais países da América Latina. Obviamente, esse grau de desigualdade refletirá

na democracia, no voto e na preferência manifestada de forma clara. Há que se definir.

Enquanto isso nunca se refletiu, havia uma distorção, algum fator que velava a vontade da população mais prejudicada, que não percebia que aquelas políticas sempre favoreciam os mais ricos. Agora, pela primeira vez, essa circunstância aflorou de maneira clara, razão pela qual manifesto o meu regozijo.

Acho que isso foi muito positivo.

Mas é perigosa essa divisão do País, é claro que isso oferece riscos, mas temos de enfrentar esses riscos, porque o grande problema do Brasil reside nessa desigualdade. E a democracia vai ensinando, a prática democrática vai formando a cultura política da população, especialmente da população mais carente, que não teve oportunidade ainda de refletir porque está sempre submetida às campanhas, às afirmações, aos aforismos ditados pela chamada ciência do mercado, que, no fundo, favorece os mais ricos, que são os que mandam no mercado.

Sr. Presidente, ao encerrar este comentário sobre estas eleições, quero fazer referência também ao Rio de Janeiro, que está incluído na zona vermelha, isto é, na zona mais pobre na qual o Presidente Lula teve maioria. O Rio de Janeiro tem um bolsão de riqueza importante na Zona Sul da capital, mas em seu todo, na periferia de sua capital e no interior, especialmente na região nordeste, é um Estado ainda pobre, tanto é assim que há muito se reivindica a inclusão do norte do Estado na zona favorecida pelos incentivos da Sudene, algo que não se conseguiu.

O Rio de Janeiro tem uma história de cultura política muito importante. E não obstante toda a campanha que atingiu a cidade do Rio de Janeiro, acho que essa história foi confirmada com a vitória dada ao Presidente Lula. A opinião pública do Rio de Janeiro sempre foi formada na Zona Sul, mas desta vez não foi assim. Quer dizer, a Zona Oeste, a zona pobre, a periferia do Rio não aceitou o julgamento da Zona Sul charmosa, onde a classe média pontifica, e manifestou seu ponto de vista dando uma bela vitória ao Presidente Lula, vitória que, aliás, foi seguida de uma votação expressiva na Senadora Heloísa Helena, que teve no Rio de Janeiro seu percentual mais elevado, superior ao de sua terra natal, Alagoas, o que significa que o Rio tem um candidato de vanguarda que está sempre à esquerda do pensamento brasileiro. Essa é uma característica do Rio que muito nos orgulha, porque é uma característica progressista do Rio.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Isso foi muito importante, assim como um outro elemento que verificamos no Rio de Janeiro. Refiro-me ao fato de o PT, o Partido do Presidente Lula, ter obtido 122 mil votos de legenda. Quer dizer, o eleitorado manifestou sua confiança e sua preferência inegável pelo PT, na medida em que nenhum outro partido, nem de longe, obteve 120 mil votos de legenda. O voto de legenda é voto eminentemente político, é voto partidário, é voto que elege a lista partidária, que elege o partido por suas proposições, por suas posições, por seu significado, por sua história. Isso foi muito importante, realmente muito importante.

Na votação para Governador, o PT apresentou um candidato que estava ausente da vida política do País há muito tempo, o Sr. Vladimir Palmeira, que foi um líder estudantil histórico nos anos 70, mas que há muito tempo estava fora e, por falta de oportunidade, condições ou qualidades, seja o que for, não chegou ao segundo turno, ficou fora da disputa.

O candidato mais votado, o Senador Sérgio Cabral, somos obrigados a reconhecer, tem uma história de dedicação. Além de carregar em seu nome uma tradição – Sérgio Cabral é um nome ligado à política mais esquerdista do Rio de Janeiro, à política mais progressista que está associada a seu pai por sua história e pelo prestígio de que desfruta –, ele foi um Parlamentar que se dedicou muito a uma causa social importante: a causa dos idosos.

Então, há uma vertente também de natureza social que explica, a meu juízo, o comportamento do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro de preferir Sérgio Cabral e não tomar o conhecimento necessário da candidatura de Vladimir, que era uma pessoa que estava fora do contexto político há muito tempo.

Sr. Presidente, faço esses comentários, porque penso ser o que se espera dos Parlamentares no dia seguinte à eleição. A maioria ainda está em seus Estados, mas eles devem comentar a eleição de alguma forma.

Os comentários que eu queria fazer são auspiciosos e confio muito no grande debate nacional que vai ser travado nesse segundo turno, e representará um momento histórico da maior importância para nós.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Roberto Saturnino, ouvi-lo é sempre motivo de muita alegria para mim, porque V. Ex^a tem uma maneira muito clara e direta de trazer à tribuna problemas do País e de seu Estado. V. Ex^a iniciou seu pronunciamento

com um comentário sobre as eleições de ontem. V. Ex^a se referiu à geografia da fome, como se a fome tivesse sido fator determinante do resultado das eleições de ontem: a fome teria votado em Lula e a outra parte teria votado contra Lula. Esse caminho, além de ser perigoso, é irreal. Pela primeira vez tivemos, Senador, uma eleição marcada pela geografia dos sentimentos, e V. Ex^a traz logo a seguir uma prova do que digo: afirma que seu partido, o PT, obteve mais de 150 mil votos de legenda. Meu caro Presidente, votar em legenda, especialmente no caso de um Partido ideológico como foi o PT no passado, é a prova cabal da decepção com os nomes. Esse fenômeno que atinge o PT agora é exatamente produto da decepção de seus militantes com o Partido e com os nomes. Como eles acreditam na recuperação, um dia, da sigla, preferem votar na legenda para deixá-la viva e não nos homens que a compõem. Essa é maior prova de que tivemos menos fome e mais o sentimento da vergonha. Some-se a isso o fato de as ruas do Brasil não terem sido emolduradas neste pleito por aqueles “bandeiraços”, por aquela militância aguerrida; o que vimos ontem foi uma militância acanhada e envergonhada. E V. Ex^a nos dá um segundo argumento, que é exatamente a votação que Heloísa Helena teve no Rio de Janeiro. Se V. Ex^a retroagir no tempo, vai ver que, na eleição passada, foi exatamente a cidade do Rio de Janeiro que deu a maior votação ao Senhor Lula. E o que Lula fez pelo Rio de Janeiro? Nada! Quantos Ministros? Colocou a Benedita da Silva, que foi afastada com humilhação. O Rio de Janeiro não teve nenhuma influência administrativa nem política no Governo Lula. É preciso que essas coisas fiquem claras. Senador Saturnino, acho até que ainda aconteceu um ato de heroísmo com essa votação obtida pelo Presidente Lula, porque foi um voto de confiança pessoal dado a Sua Excelência, de alguns que ainda acreditavam nele. V. Ex^a joga por terra toda a qualidade deste Presidente ao dizer que hoje Sua Excelência é o homem dos grotões, é o homem da fome, é o homem do Nordeste inacessível, é o homem que teve voto onde a dependência do Bolsa-Família faz com o que eleitor, amedrontado de perder aquele benefício, se amarre na votação. É lamentável. Mas o resultado das urnas está aí exatamente para mostrar isso. A ida do ex-Governador de São Paulo para o segundo turno foi a vitória da persistência e da humildade contra a arrogância e a corrupção. O que derrubou a fortaleza que era a candidatura do ex-trabalhador foram exatamente fatos de que a Nação toda tomou conhecimento. Daí por que vamos agora para esse segundo turno com sabor de vitória, e o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva entra com o semblante de derrota porque não estava, nem Sua Excelência nem

o Partido, preparado para esse revés. Jogaram até o último minuto com a garantia e com a certeza de que venceriam no primeiro turno. Sabemos todos nós que o segundo turno é a grande oportunidade para os debates. Só o que nós esperamos é que, agora, ele não fuja, que, agora, ele vá para o debate, tenha humildade e vá mostrar, no debate, ao povo brasileiro o que fez e o que deixou de fazer, o que houve no seu Governo que ele sabia e o que ele não sabia. A campanha do segundo turno começou, Senador Saturnino. Tenho certeza de que a grande oportunidade que o Brasil vai ter nos próximos dias é a de escolher quem vai presidir esta grande Nação. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Heráclito, também acho isso. Explicitarei aqui que considero muito importante o debate do segundo turno. Não fui hipócrita a ponto de dizer que preferia o segundo turno. Não, sou partidário, eu preferia a vitória no primeiro turno. Mas, exaltei a importância do segundo turno e a oportunidade excelente que o segundo turno oferece ao Brasil. Ao Brasil, Senador! Procurei não falar aqui em políticos, em adversários em termos políticos, mas falar em termos de Nação brasileira, uma Nação dividida como o mapa mostra. V. Ex^a falou em geografia da fome. Eu até aceito, mas, para mim, é mais uma geografia do sentimento, como V. Ex^a diz, o sentimento de injustiça existente nas diferentes Regiões deste País e nos bolsões onde a injustiça é flagrante, mesmo nas regiões mais ricas.

De forma que, acho, foi uma eleição muito importante. O meu compromisso é com a Nação. Procurei fazer o comentário pensando em Nação brasileira e não pensando em candidato “a” ou “b”, em partido “a” ou “b”. Penso que o voto de legenda do PT é muito importante. Continuo a achar que é uma manifestação de uma cultura política muito elevada do eleitorado do meu Estado.

Sr. Presidente, encerro, enfim, essas minhas observações dizendo que quis tecer comentários sobre a importância histórica desta eleição que consolidou, que enraizou definitivamente a democracia brasileira e deixou aflorar o pensamento daquelas camadas da população sempre influenciadas pela mídia, que é pautada pelos interesses da parte mais rica da Nação dividida que é o Brasil.

Agradeço a benevolência de V. Ex^a.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

'Espero que o povo ponha na urna seu sonho'

Lula vota em São Bernardo dizendo-se confiante na vitória em 1º turno: 'O Brasil tem um destino traçado', diz

Ricardo Galhardo

• SÃO BERNARDO DO CAMPO. Depois de votar às 10h em São Bernardo, no ABC paulista, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que estava confiante na vitória ainda no primeiro turno. Lula levou cerca de 40 segundos para votar e, em seguida, deu uma rápida e tumultuada entrevista no local da votação, no Colégio João Firmino. Apesar dos resultados das pesquisas da véspera da eleição, Lula dizia estar confiante na vitória.

— Acho que o povo brasileiro tem consciência do que está fazendo hoje (ontem) e tem muita maturidade. Estou confiante que vamos ganhar esta eleição hoje (ontem) — disse.

"Este é um momento glorioso para nosso país"

Num rápido pronunciamento, ao lado da primeira-dama, Marisa Letícia, do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e dos candidatos do PT ao governo de São Paulo, Aloizio Mercadante, e ao Senado, Eduardo

Suplicy, Lula ressaltou a importância da participação popular na eleição para consolidar o processo democrático.

— Este é um momento glorioso para nosso país. Primeiro, é um momento muito especial para o Brasil porque a eleição vai consolidar nosso processo democrático. Estamos confiantes de que o Brasil tem um destino traçado. O país tende a continuar crescendo. A vida do povo tende a continuar melhorando. E eu só espero que o povo brasileiro coloque na urna seu desejo, seu sonho e sua força para que a gente possa consolidar as mudanças que o Brasil precisa adotar. Posso desejar ao povo brasileiro toda sorte do mundo, que compareça, que vote, porque o voto vai consolidar definitivamente a nossa democracia — disse Lula.

Votação e entrevista foram tumultuados. Antes da chegada de Lula, fiscais do PSDB e do PSB (oposição ao PT na cidade) provocaram assessores da Presidência e jornalistas. O fiscal tu-

cano tentou entrar no local de votação pela porta de saída e foi impedido pela segurança presidencial. Saiu gritando para os jornalistas:—

— Bando de lulistas.

Já o fiscal do PSB evocou a legislação eleitoral para reclamar dos crachás da imprensa distribuídos pela campanha de Lula, que continha a estrela do PT. Ele chegou a pedir que os jornalistas virassem os crachás para não influenciarem os eleitores. Foi ignorado.

Quando o presidente deixou a sala onde funciona a seção eleitoral 70, onde votou, eleitores que tentavam deixar o colégio foram barrados pela segurança presidencial e começaram a gritar em protesto. Depois de votar, Lula foi diretamente para o aeroporto de Congonhas, onde embarcou para Brasília. Anteontem, ele explicou a decisão de acompanhar a apuração no Palácio da Alvorada:

— Tenho que trabalhar na segunda-feira. Se ninguém trabalhar o governo não vai para a frente — disse ele. ■

RESULTADOS PARCIAIS (TSE) PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Lula (PT)
48,79%
45.796.036 votos

Geraldo Alckmin (PSDB)
41,43%
38.880.443 votos

Heloísa Helena (PSOL)
6,85%
6.429.759 votos

Cristovam Buarque
(PDT)

2,67%

2.503.027 votos

O VOTO PARA PRESIDENTE NOS ESTADOS

Acre 412.840 eleitores 0,33% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 94,39% Geraldo Alckmin..... 51,62% Lula..... 42,70% Heloisa Helena..... 4,28% Cristovam Buarque..... 1,16% Em branco..... 0,99% Nulos..... 4,28% Abstenção..... 18,82%	Ceará 5.361.581 eleitores 4,26% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,07% Lula..... 71,20% Geraldo Alckmin..... 22,79% Heloisa Helena..... 3,73% Cristovam Buarque..... 1,96% Em branco..... 1,76% Nulos..... 6,14% Abstenção..... 17,36%	Minas Gerais 13.679.738 eleitores 10,86% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,93% Lula..... 50,80% Geraldo Alckmin..... 40,62% Heloisa Helena..... 5,68% Cristovam Buarque..... 2,66% Em branco..... 2,81% Nulos..... 4,58% Abstenção..... 17,89%	Pernambuco 5.834.512 eleitores 4,63% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,83% Lula..... 70,95% Geraldo Alckmin..... 22,85% Heloisa Helena..... 3,74% Cristovam Buarque..... 2,14% Em branco..... 3,06% Nulos..... 6,36% Abstenção..... 18,25%	Rondônia 988.631 eleitores 0,79% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,97% Geraldo Alckmin..... 47,05% Lula..... 45,06% Heloisa Helena..... 5,57% Cristovam Buarque..... 2,01% Em branco..... 1,38% Nulos..... 4,14% Abstenção..... 20,50%
Alagoas 1.859.487 eleitores 1,48% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,42% Lula..... 46,87% Geraldo Alckmin..... 37,77% Heloisa Helena..... 13,30% Cristovam Buarque..... 2,83% Em branco..... 2,58% Nulos..... 6,72% Abstenção..... 18,61%	Distrito Federal 1.655.050 eleitores 1,31% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,98% Geraldo Alckmin..... 44,11% Lula..... 37,06% Heloisa Helena..... 12,27% Cristovam Buarque..... 6,15% Em branco..... 1,28% Nulos..... 3,40% Abstenção..... 13,88%	Mato Grosso do Sul 1.561.181 eleitores 1,24% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 100,00% Geraldo Alckmin..... 56,25% Lula..... 35,99% Heloisa Helena..... 5,57% Cristovam Buarque..... 1,98% Em branco..... 1,12% Nulos..... 3,14% Abstenção..... 17,44%	Piauí 2.073.504 eleitores 1,65% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,06% Lula..... 67,31% Geraldo Alckmin..... 28,00% Heloisa Helena..... 2,49% Cristovam Buarque..... 1,97% Em branco..... 1,62% Nulos..... 6,53% Abstenção..... 16,15%	Roraima 233.596 eleitores 0,19% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 97,18% Geraldo Alckmin..... 59,56% Lula..... 28,20% Heloisa Helena..... 11,76% Cristovam Buarque..... 2,12% Em branco..... 0,93% Nulos..... 3,42% Abstenção..... 14,77%
Amazonas 1.781.315 eleitores 1,41% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,74% Lula..... 79,03% Geraldo Alckmin..... 12,47% Heloisa Helena..... 6,61% Cristovam Buarque..... 2,65% Em branco..... 1,06% Nulos..... 4,18% Abstenção..... 17,74%	Espírito Santo 2.336.133 eleitores 1,85% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 100,00% Lula..... 52,97% Geraldo Alckmin..... 37,15% Heloisa Helena..... 5,95% Cristovam Buarque..... 3,67% Em branco..... 2,20% Nulos..... 3,89% Abstenção..... 16,83%	Mato Grosso 1.940.270 eleitores 1,54% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 98,36% Geraldo Alckmin..... 54,57% Lula..... 38,87% Heloisa Helena..... 4,13% Cristovam Buarque..... 2,19% Em branco..... 1,47% Nulos..... 4,05% Abstenção..... 20,01%	Paraná 7.121.257 eleitores 5,66% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,99% Geraldo Alckmin..... 53,01% Lula..... 37,90% Heloisa Helena..... 5,41% Cristovam Buarque..... 3,42% Em branco..... 2,04% Nulos..... 3,52% Abstenção..... 16,20%	Rio Grande do Sul 7.750.583 eleitores 6,16% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,98% Geraldo Alckmin..... 55,76% Lula..... 33,07% Heloisa Helena..... 7,09% Cristovam Buarque..... 3,88% Em branco..... 2,76% Nulos..... 3,30% Abstenção..... 13,85%
Amapá 360.614 eleitores 0,29% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,90% Lula..... 54,40% Geraldo Alckmin..... 32,18% Heloisa Helena..... 10,06% Cristovam Buarque..... 3,10% Em branco..... 0,69% Nulos..... 3,13% Abstenção..... 14,28%	Goiás 3.734.185 eleitores 2,97% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,99% Geraldo Alckmin..... 51,50% Lula..... 40,16% Heloisa Helena..... 6,29% Cristovam Buarque..... 1,81% Em branco..... 1,81% Nulos..... 4,84% Abstenção..... 17,14%	Pará 4.157.735 eleitores 3,30% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 95,62% Lula..... 51,74% Geraldo Alckmin..... 41,51% Heloisa Helena..... 4,83% Cristovam Buarque..... 1,71% Em branco..... 1,31% Nulos..... 3,10% Abstenção..... 19,71%	Rio de Janeiro 10.891.293 eleitores 8,65% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 100,00% Lula..... 49,18% Geraldo Alckmin..... 29,86% Heloisa Helena..... 17,13% Cristovam Buarque..... 4,47% Em branco..... 2,68% Nulos..... 5,88% Abstenção..... 15,02%	Santa Catarina 4.168.495 eleitores 3,31% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 100,00% Geraldo Alckmin..... 56,61% Lula..... 33,22% Heloisa Helena..... 8,80% Cristovam Buarque..... 3,20% Em branco..... 2,01% Nulos..... 3,97% Abstenção..... 13,94%
Bahia 3.109.353 eleitores 2,23% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 98,64% Lula..... 66,68% Geraldo Alckmin..... 25,97% Heloisa Helena..... 4,32% Cristovam Buarque..... 2,71% Em branco..... 2,21% Nulos..... 5,38% Abstenção..... 20,64%	Maranhão 3.920.608 eleitores 3,11% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,80% Lula..... 75,49% Geraldo Alckmin..... 18,82% Heloisa Helena..... 2,87% Cristovam Buarque..... 2,58% Em branco..... 1,41% Nulos..... 5,86% Abstenção..... 20,84%	Paraíba 2.573.766 eleitores 2,04% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,94% Lula..... 65,31% Geraldo Alckmin..... 27,87% Heloisa Helena..... 4,17% Cristovam Buarque..... 2,36% Em branco..... 2,22% Nulos..... 6,62% Abstenção..... 16,30%	Rio Grande do Norte 2.101.144 eleitores 1,67% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 99,98% Lula..... 60,17% Geraldo Alckmin..... 31,57% Heloisa Helena..... 5,13% Cristovam Buarque..... 2,76% Em branco..... 2,35% Nulos..... 7,47% Abstenção..... 14,81%	Sergipe 1.299.785 eleitores 1,03% do eleitorado do país Urnas apuradas..... 100,00% Lula..... 47,33% Geraldo Alckmin..... 44,36% Heloisa Helena..... 6,21% Cristovam Buarque..... 1,78% Em branco..... 2,17% Nulos..... 5,91% Abstenção..... 14,48%

São Paulo

28.037.734 eleitores
 22,27% do eleitorado do país
 Urnas apuradas 91,70%
 Geraldo Alckmin 54,34%
 Lula 36,66%
 Heloisa Helena 7,04%
 Cristovam Buarque 1,76%
 Em branco 2,53%
 Nulos 3,76%
 Abstenção 15,22%

Tocantins

882.728 eleitores
 0,73% do eleitorado do país
 Urnas apuradas 99,88%
 Lula 58,62%
 Geraldo Alckmin 37,30%
 Heloisa Helena 2,39%
 Cristovam Buarque 1,47%
 Em branco 0,86%
 Nulos 0,15%
 Abstenção 19,23%

Urnas apuradas Até 23h24min	
98,06% Total de votos apurados: 123.144.386	
Total de votos em candidatos: 93.856.379	
Sobre este total (que exclui os votos em branco e nulos) é calculado o percentual de cada candidato	
EM BRANCO 2,27% 2.800.313	NULOS 4,75% 5.845.429

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Saturnino.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o assunto, que diz respeito ao resultado da eleição de ontem em todo o Brasil, quero aqui fazer uma pequena observação sobre a facilidade que tem o Partido dos Trabalhadores de se metamorfosear.

O Partido dos Trabalhadores combatia no passado a corrupção. Envolveu-se no mais profundo cenário policial de que já se teve notícia na história política deste País. O Partido dos Trabalhadores dizia, quando era Oposição, que os partidos no poder se sustentavam com o voto de cabresto, com o voto dos grotões.

Agora, o Partido dos Trabalhadores se vangloria do fato de ser vitorioso onde houver grotão; onde há liberdade, ele é derrotado. É realmente uma capacidade fantástica de metamorfosear-se.

Vejam: o Partido dos Trabalhadores combatia o Fundo Monetário Internacional, acusando os governos de então de serem os grandes responsáveis pelo estado social em que o Brasil se encontrava, uma vez que tudo que se arrecadava destinava-se ao pagamento de dívidas. Hoje, o Partido dos Trabalhadores priorizou exatamente as dívidas com o FMI, antecipando pagamentos para atender o então inimigo número um, que era o Fundo Monetário Internacional.

O Partido dos Trabalhadores se queixava de que o grande mal era exatamente a ida de toda a riqueza da Pátria para os banqueiros. Eram os juros altos os responsáveis por todos os males. Nadou três anos e oito meses com os banqueiros, permitindo que, nesta

quadra da vida pública brasileira, essa categoria auferisse os maiores lucros de toda a história do Brasil.

Nunca banqueiro ganhou tanto nesta Pátria como nos últimos três anos. Daí por que se justificar a tendência da grande maioria dos banqueiros em apoiar o atual Governo e ajudá-lo inclusive nas campanhas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, aqui e agora, de parabenizar um brasileiro com quem tive a oportunidade de conviver na Assembléia Nacional Constituinte e com quem, depois tomarmos rumos diferentes, voltei a conviver agora neste período de eleição e de campanha. Refiro-me ao brasileiro Geraldo Alckmin, que, determinado, humilde, percorreu este País enfrentando dificuldades, enfrentando a arrogância e a prepotência do Governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores, mas que acredita, acima de tudo, na lucidez e determinação do povo brasileiro.

Geraldo Alckmin sai deste embate político extremamente fortalecido, graças à capacidade de costurar alianças e, acima de tudo, de harmonizar convivência de contrários, fazendo com que sua ida para o segundo turno das eleições se transformasse num fato de repercussão não só interna, mas também externa.

É evidente, Senador Saturnino, que essa vitória alcançada ontem nas urnas não deve somente aos méritos e à luta da Oposição; mas se deve principalmente aos erros cometidos pelo Governo ao longo do tempo.

Aliás, o Governo subestimou o destino, a sorte e chutou, como se diz na gíria carioca, o azar. Eles foram avisados há um ano e meio que dinheiro escuso transitando de maneira pouco clara para dar suporte a campanhas políticas, por meio de caixa dois, não era o melhor caminho; que a confecção de dossiês era reprovável. Mas insistiu no tema.

Lamentavelmente os Líderes do Governo não estão aqui. Eu tenho muita vontade de saber, hoje, o humor deles com relação ao que acham da Polícia Federal porque, quando essa apura o que é do seu interesse, o Governo a exalta como republicana; quando apura algo que o contraria e atinge os seus objetivos, ela passa a ter ligações com a Oposição. Aliás, o PT, quando Oposição, vangloriava-se muito do Ministério Público, em que vários procuradores se notabilizaram por cumprir o seu papel. Mas, a partir do momento em que, de maneira leviana e indevida, a Oposição fazia exaltação dos seus papéis e dava ao conteúdo do discurso uma certa intimidade com o magistrado, passava a impressão para a opinião pública de que havia uma ligação até de natureza ideológica. Acusou os que atuavam nessa área da Justiça brasileira por não atenderem aos seus interesses, e chamou um ex-Procurador da República de “engavetador-mor”.

Ora, o mesmo PT que fez acusações dessa natureza queria agora, e tentou por todos os meios, que se engavetassem fatos que a Nação Brasileira queria ver esclarecidos. Não se admitia, por exemplo, que o dinheiro apreendido na madrugada friorenta de São Paulo na mão de assessores de campanha do Sr. Lula fossem fotografados e mostrados ao povo.

Comemorou, em episódios passados, fatos que foram publicados da mesma maneira; daí por que é inaceitável e inadmissível, Sr. Presidente, que o Governo não tenha tido a humildade de tomar decisões quando esses fatos se deram já nos seus nascimentos.

Senador Geraldo Mesquita, se o Partido dos Trabalhadores, em vez de evitar a CPI do caso Waldomiro, tivesse feito a apuração original, a apuração inicial dos fatos e tivesse punido os culpados na origem, teria inibido outros militantes de percorrer aquele caminho.

Mas não. Passou a dar proteção, guardada a todos os que, no correr desses três anos e meio, foram se envolvendo em questões pouco claras.

Os que foram condenados em CPIs e tiveram os seus mandatos cassados ou os que renunciaram foram absolvidos e reintegrados ao palanque do candidato a Presidente da República. O Presidente chegou ao ponto de, em praça pública, beijar a mão de alguns correligionários novos que criticou durante a vida pública inteira, mas que passaram a ter grandes virtudes pelo simples fato de apoiá-lo. Aquela censura ética que o PT tanto prezava, aquela dureza na admissão de pessoas em seus quadros, aquelas restrições que fazia para pelo menos conviver, não só sob o teto do Congresso Nacional, mas também nas praças públicas, foram por água abaixo. E aí tudo passou a valer, desde que servisse para que o Partido atingisse um objetivo, qual seja, o de se perpetuar no poder. Subestimou o senso crítico

do povo brasileiro, observador silencioso, mas atento a tudo o que aconteceu no período em que o Partido está no poder. Mas esses fatos foram se agravando nos últimos meses.

É lamentável que tudo isso tenha acontecido envolvendo exatamente um trabalhador que, ao assumir a Presidência da República, empolgou o mundo pelas circunstâncias de sua ascensão ao poder e termina o seu mandato com a indiferença mundial, não só por não ter cumprido as metas prometidas, mas também, e principalmente, pelos fatos diariamente noticiados pela imprensa internacional e por ter se deixado carregar numa enxurrada de corrupção nunca vista, pelo menos nos últimos 50 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o resultado de ontem, em todo o Brasil, mostra que a Oposição teve grandes vitórias e amargou grandes derrotas. Esse retrato natural, que só a democracia possibilita, exige o reconhecimento e a humildade dos que perderam, mas exige, acima de tudo, a humildade dos que ganharam. A transitoriedade da vitória não permite – nem é boa conselheira – o orgulho e a soberba.

Talvez, Senador Roberto Saturnino, os votos dados à legenda do Partido de V. Ex^a sejam um aviso dos eleitores do Rio de Janeiro ao Partido dos Trabalhadores de que nem tudo está perdido, mas de que, se não mudarem o caminho, não terão mais votos.

V. Ex^a me chamou a atenção para um fato que eu não tinha percebido ainda: a clareza com que o povo do seu Estado vota. É esse sinal pedagógico que nos alenta a continuar na vida pública. Penso até, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que devemos fazer o levantamento para ver o que aconteceu no Brasil inteiro. Em vez da arrogância e da prepotência com que alguns membros do partido do Presidente Lula têm procurado justificar o resultado de ontem, eles deveriam vestir as sandálias da humildade, tão citadas aqui pela Senadora Heloísa Helena, e procurar ver, de maneira muito clara, o que aconteceu e o que as urnas brasileiras apontaram.

A ausência, Senador Roberto Saturnino, do Presidente Lula no debate da **TV Globo** foi justificável, não pelo fato em si, mas pelas circunstâncias. O Presidente tinha todo o direito de não ir àquele debate – o argumento maior era o de que já tinha faltado ao debate em outras emissoras –, mas não podia dizer que faltou ao debate porque ia a um comício na sua cidade de origem política, no ABC, e que isso era mais importante.

Ora, por maior que fosse a quantidade de pessoas naquela praça, ele estaria falando apenas para São Paulo, enquanto no debate ele estaria falando para o Brasil. Isso foi um desrespeito inclusive com os seus eleitores e admi-

radores nos grotões que V. Ex^a tanto exaltou, que queriam que, naquela oportunidade, o Presidente da República lhes desse exatamente aquela palavra de confiança e a certeza de que ele não tinha nenhum envolvimento com a operação do dossiê de Mato Grosso.

O Presidente de República, ao faltar ao debate, após mandar seu batalhão precursor fazer varrições de segurança nas dependências da Rede Globo e enviar o nome dos convidados que o acompanhariam, frustrou a Nação. Ao agredir o programa, colocando em dúvida a condução de seu mediador, cometeu um ato de desrespeito para com a imprensa brasileira.

Senador Roberto Saturnino, nunca vi neste País alguém tão protegido e tão admirado pela imprensa brasileira ao longo dos anos. Mas, aos poucos, de desfeita em desfeita, de agressão em agressão, de desrespeito em desrespeito, foi perdendo essa grande riqueza, esse grande tesouro que era a admiração e a idolatria da nossa imprensa pela sua história, pela sua luta, pela sua glória. O desrespeito cometido contra a imprensa, a meu ver, foi fatal para Sua Excelência. Talvez fosse menos constrangedor Lula ter de enfrentar Cristovam Buarque ou Heloísa Helena, companheiros de luta de quem ele se afastou sem lhes dar esclarecimentos e sem apresentar justificativas à Nação sobre o fato. Talvez isso fosse melhor do que a ausência naquelas circunstâncias. A partir de então, o que se viu foi o brasileiro começar a definir o seu voto.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, podemos observar que o que mais modificou o resultado de ontem foi a movimentação do eleitor indeciso, que espera até o último momento fatos que o levem às urnas com a convicção de que escolherá o melhor para o País.

Gostaria de finalizar, Senador Roberto Saturnino, dizendo que concordo em gênero, número e grau com o que V. Ex^a disse há poucos minutos desta tribuna. Esperamos que este período até o segundo turno, tendo em vista os debates que serão travados nas televisões brasileiras, sirva para todos nós como esclarecimento, que cada candidato mostre as suas propostas e preste contas à Nação do que fez, do que deixou de fazer ou do que fará pelo Brasil.

Acho que o segundo turno, em que não há mais nenhuma justificativa para ausência em eventos como esse, será engrandecedor para a democracia brasileira.

Dou os parabéns aos que ontem foram vitoriosos em seus Estados. Também dou os parabéns aos que lutaram e não conseguiram êxito nas urnas, mas que deram uma colaboração efetiva para o fortalecimento da democracia brasileira.

No Estado do Piauí, reconheço a vitória do Governador Wellington Dias, reeleito, e do Senador João Vicente Claudino, desejando que ambos cumpram, com afinco

e, acima de tudo, em defesa do Piauí, os mandatos conquistados ontem nas urnas. Sr. Governador, fique certo de que continuaremos em trincheiras opostas, mas, todas as vezes em que o interesse e o bem comum do Estado do Piauí estiverem em jogo, estaremos juntos.

Deixo aqui um abraço muito especial ao Senador Aloizio Mercadante, derrotado ontem por um dos maiores brasileiros desta geração, José Serra. O Senador soube comportar-se de maneira elegante, principalmente no momento em que se viu envolvido por assessores no episódio triste do dossiê.

Tenho divergências pontuais com o Senador Aloizio Mercadante, mas, nem de longe, passa-me o sentimento de que S. Ex^a tenha ligações diretas com esse episódio. O pecado é o pecado da companhia, o pecado de quem o cerca, e talvez, por isso, tenha pago esse preço. De qualquer maneira, temos a certeza de que, nos próximos quatro anos, o Senado da República, contando com seu concurso, terá a oportunidade de presenciar grandes debates.

O meu último abraço é para o Senador eleito por Santa Catarina, Raimundo Colombo. Com sua eleição, vamos ter a garantia de que uma ameaça feita certa vez, na tribuna desta Casa, não se consumará, e o Senado da República permanecerá tendo em seus quadros representantes que melhorarão seu nível, que colaborarão para o aperfeiçoamento da democracia, e não para a sua degradação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Roberto Saturnino, Sr. Senador Heráclito Fortes, logicamente que o tema a ser abordado no dia de hoje não poderia ser outro a não ser o processo eleitoral, seus resultados definitivos ou parciais.

Senador Saturnino, tempos atrás, em momentos como este, o açodamento levava-me a tecer considerações e oferecer conclusões que, por vezes, se mostravam lá na frente precipitadas e um pouco apressadas. Acho que o avançar da idade vai-nos mostrando que, apesar de aparentemente os fatos guardarem definitividade, por vezes não é exatamente isso que ocorre. Portanto, farei, sim, alguns comentários acerca do processo, mas me reservo para, numa maior reflexão, o

direito de conversar e ouvir pessoas como V. Ex^a, tão ponderado, tão vivido e de larga vida pública.

Mas há fatos ligados ao processo eleitoral que, não restam dúvidas, guardam uma carga de definitividade de muito grande. Refiro-me aos resultados parciais.

Aqui resgato o final da fala do Senador Heráclito, quando ele parabeniza todos que participaram do processo eleitoral. De fato, Senador Saturnino, creio que o resultado eleitoral pode ser adverso para a grande maioria, mas creio que todos saem vitoriosos nesse processo brasileiro, porquanto com as suas participações, mesmo com resultados negativos, contribuem enormemente para o aperfeiçoamento do processo democrático, da fixação daquilo que ansiamos. Que o Brasil se habitue, se acostume com a prática democrática, com a alternância de poder, sem sobressaltos, sem ameaças, sem insinuações de golpismo, seja lá com o que for.

Portanto, quero aqui parabenizar todos aqueles, mulheres e homens, jovens e de maior idade, que se aventuraram no processo democrático de uma eleição e contribuíram, mais uma vez, enormemente para – como me referi há pouco – o aperfeiçoamento do processo democrático.

Quero aqui, com a maior humildade e sinceridade, parabenizar, no meu Estado particularmente, a vitória do candidato do seu Partido, do PT, Professor Arnóbio Marques, que venceu as eleições por força da maioria dos votos dos acreanos, assim como o próprio Senador Tião Viana, que renovou o seu mandato, também com os votos da maioria do povo acreano.

Mas, como dizia antes, quero me referir, com uma satisfação muito grande, ao prazer de ter participado desse processo eleitoral. O meu Partido fez uma coligação no Estado com o PPS. Tivemos um candidato, o ex-Deputado Federal Márcio Bittar, que concorreu ao governo do Estado. Guerreiro, cumpriu o seu papel com estoicismo, com brilhantismo, com garra; não colheu o resultado favorável.

Temos de ter, Senador Saturnino, muito respeito e gratidão àqueles que nos vêem na perspectiva da pessoa pública que pode cumprir determinado papel em determinado momento histórico do nosso Estado ou do nosso País. Eu sempre tive lado, sempre escolhi lado. Eventualmente, posso sofrer conseqüências disso, mas nunca me omiti, nunca deixei de escolher meu lado no embate político, no meu Estado e no meu País.

Revelo aqui, mais uma vez, a minha satisfação, o meu prazer enorme de ter participado desse pleito. Portei-me com seriedade, com sinceridade, sem agredir ninguém, mas defendendo, com emoção até, a nossa coligação, o nosso candidato – repito – o ex-Deputado Federal Márcio Bittar. Empenhei-me na candidatura do

companheiro Airton Rocha, que concorreu ao Senado e teve uma votação belíssima.

Candidatos da nossa coligação que concorreram a cargos proporcionais, parabéns a todos, portanto. Creio que não podemos nos furtar a esse reconhecimento, a esse papel.

Senador Saturnino, fico feliz em que V. Ex^a tenha permanecido no plenário. Ouvi atentamente o seu discurso, a sua análise acerca do que o processo eleitoral mostrou: uma divisão regional. E V. Ex^a não refutou uma expressão que o Senador Heráclito usou, quando o apartou, de que o voto traçou a geografia da fome no nosso País.

Acredito que há uma carga de verdade muito grande nessa análise. Como disse no princípio, sem a precipitação de querer ter isso como algo consolidado, vou ainda refletir muito sobre o que vem acontecendo e sobre o que aconteceu até o dia de ontem.

Mas eu temo, Senador Saturnino... E aqui me permito respeitosamente divergir de V. Ex^a na análise que fez. Entendo que V. Ex^a está corretíssimo mostrando a imagem que nos foi oferecida pelo jornal **O Globo** do mapa onde o Presidente Lula teve a sua maior expressão eleitoral, onde o candidato Alckmin teve a sua maior expressão eleitoral – o senhor vê nisso a divisão do País. Considera inclusive o fato como algo perigoso, mas inserido no processo democrático. Tenho certeza absoluta de que vamos superar isso tudo.

Eu, como dizia, Senador Roberto Saturnino, permito-me divergir parcialmente de V. Ex^a. Na verdade, o processo eleitoral brasileiro sempre teve uma participação muito grande daquilo que no País conhecemos ao longo dos tempos como a prática do coronelismo, que sempre se aproveitou da fome, da submissão, da subserviência, da dominação. O coronelismo sempre reinou em cima exatamente de problemas como esses, do investimento público rarefeito em determinadas regiões, da falta de atenção do poder público com determinadas regiões do ponto de vista de fazer algo que resulte na transformação da vida das pessoas, no incremento do processo de desenvolvimento nacional.

O coronelismo sempre viveu disso. Temo que estejamos vivendo, Senador Roberto Saturnino, nesse processo a federalização do coronelismo. Creio que o que ocorreu foi isso. Confesso a V. Ex^a que fico absolutamente pesaroso, triste, quando vejo o Governo Federal enaltecendo e soltando foguetes diante da constatação de que aumentamos substancialmente o volume da oferta de bolsas-família, por exemplo.

Digo a V. Ex^a que esse é um processo que nenhum candidato que venha a ser eleito e presida o Brasil nesses próximos quatro anos – e talvez até num período mais elástico – poderá se libertar dessa

amarra com facilidade. Milhões e milhões de pessoas ainda se encontram abaixo da linha de pobreza, passando extrema dificuldade e necessidade, merecendo a parceria e a solidariedade – e delas carecendo – do poder público até onde ele possa adentrar a resolução e a solução de um problema dessa ordem.

Creio que teremos motivo de festejar e de nos orgulhar quando pudermos anunciar que um número cada vez maior passou a não necessitar do Bolsa-Família, um número cada vez maior de famílias encontrou no mercado, na economia brasileira, a sua oportunidade de trabalhar, de ter uma atividade, de auferir renda e poder se sustentar e sustentar sua família.

No Nordeste, por exemplo, Senador Roberto Saturnino, não consta, salvo engano, investimento público, nesses últimos 3 ou 4 anos, que possa nos levar a afirmar que tais investimentos resultarão na indução do processo de desenvolvimento econômico. O Governo do Presidente Lula, na minha modesta opinião, equivocadamente assentou e tem como grande referência do seu Governo o Bolsa-Família, que assumiu o caráter cada vez mais assistencialista, meramente assistencialista. Isso me leva àquela afirmação que fiz há pouco de que, na verdade, o que se verifica hoje no nosso País é que o coronelismo se federalizou. É exatamente isso, porque esse é o programa que vive da fome, da necessidade das pessoas, da fragilidade de milhões e milhões de pessoas e de famílias que reclamam e clamam e anseiam por investimento público, pela intervenção do poder público como parceiro na criação de condições melhores, satisfatórias, que possam fazer a economia crescer, florescer e acolher cada vez mais um número maior de pessoas no seu seio.

Milhões e milhões de pais e de mães de família que hoje recebem o chamado Bolsa-Família, se tivessem na sua frente duas opções, o Bolsa-Família e um trabalho para se manter e sustentar sua família, eu não tenho dúvidas da escolha que seria feita. Não tenho dúvidas!

Portanto, Senador Saturnino, como eu disse, com todo o respeito, divirjo parcialmente de V. Ex^a. Acho que esse mapa que surgiu do processo eleitoral no nosso País reflete algo muito mais preocupante. É o neocoronelismo que se está verificando e aperfeiçoando-se em nosso País, desta feita não mais pela prática dos pequenos coronéis dos grotões brasileiros, mas agora de uma instituição como o Governo Federal.

É lastimável. Tenho sérias preocupações a esse respeito. A minha constatação é a de que o Nordeste, em peso, vota no Presidente Lula, sendo o alvo prioritário e principal do programa meramente assistencialista, que talvez seja a única plataforma do Governo Lula lastimavelmente.

Sempre tive tanta esperança no Presidente Lula! Votei quatro, cinco vezes nele, talvez como V. Ex^a e milhões de brasileiros. Ao assumir o Governo, não esperava que ele fizesse, coordenasse ou promovesse uma revolução em nosso País, mas que a sua participação significasse a possibilidade de voltarmos a atenção para aqueles que praticamente nada tem, que voltasse a sua atenção para a descontração da riqueza, não somente fazendo uma transferência de renda que não gera as condições para que as pessoas cresçam, desenvolvam-se e possam participar ativamente da economia do nosso País; pelo contrário, criam uma dependência, criam um vício cada vez mais difícil de ser estancado, cada vez mais difícil de ser retirado do cenário brasileiro.

Portanto, ofereço modestamente essas reflexões à Casa e ao povo brasileiro, na perspectiva do segundo turno do processo eleitoral.

Senador Saturnino, V. Ex^a citou a eleição em Roraima como algo que destoou desse quadro que foi adredemente desenhado pelo processo eleitoral. O meu Estado também não fugiu à regra; lá o povo acreano elegeu regionalmente o professor Arnóbio Marques, reelegeu o Senador Tião Viana, mas, com a outra mão, concedeu ao candidato Alckmin a grande maioria dos votos depositados nas urnas. Esse fato me levará a refletir, a pensar muito no que está acontecendo, não só no Acre como em todo o nosso País.

Eu vou me preparar, como V. Ex^a cobrou desta tribuna e como todos farão, aliás, para que possamos travar um debate elevado, um debate que faça com que o povo brasileiro participe da reflexão, da formulação e da execução das políticas públicas.

O povo brasileiro, via de regra, é chamado a participar do processo eleitoral e, em seguida, é afastado completamente da parceria, da execução das políticas, que normalmente acabam sendo depositadas na mão de poucas pessoas, as quais, em suma, decidem a vida de milhões de brasileiros.

Quero aqui, mais uma vez, saudar o processo democrático, parabenizar a todos os que participaram como candidatos desse processo difícil, a grande maioria sem condições de participar de um processo eleitoral, mas, mesmo assim, com estoicismo, com coragem, dando a sua participação, a colaboração indispensável ao aprimoramento da democracia brasileira. Parabenizo, sobretudo, aqueles que tiveram a oportunidade de colher regionalmente do povo brasileiro mandatos executivos e legislativos.

Quero aqui saudar a todos, parabenizar a todos e torcer para que, nesses próximos vinte e tantos dias, possamos ter um processo eleitoral em segundo turno do qual o povo brasileiro poderá se orgulhar de ter participado. E todos poderemos voltar às nossas ati-

vidades normais com a consciência tranqüila de que demos a nossa efetiva contribuição.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Sérgio Guerra e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O mensalão das artes”, de autoria

do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 30 de agosto do corrente.

No seu artigo o jornalista mostra que personalidades do meio artístico que têm apoiado publicamente o Presidente Lula têm, “coincidentemente”, recebido patrocínios de empresas estatais, como a Petrobras.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

O mensalão das artes

José de Abreu é ator. Apóia Lula. Os americanos decidiram boicotar Mel Gibson por seu anti-semitismo e Tom Cruise por sua cientologia. Podemos boicotar José de Abreu por seu lulismo. Ele é nosso Mel Gibson. É nosso Tom Cruise.

A Eletrobrás patrocinou o último espetáculo teatral de José de Abreu. É um monólogo em que ele interpreta José Dirceu, José Mentor e Gilberto Gil. Uma gente da melhor qualidade. Liguei para a assessoria de imprensa da Eletrobrás e perguntei quanto José de Abreu ganhou pelo espetáculo. Foram precisamente 145 900 reais. É muito? É pouco? Que sei lá eu? A rigor, qualquer investimento em teatro pode ser visto como um despropósito. O fato é que, contando com uma forcinha de José Sarney, José de Abreu ganhou o patrocínio da Eletrobrás. E após Lula. Em setembro, ele apresentará seu espetáculo no Amazonas. Amazonenses: boicotem-no.

Wagner Tiso também apóia Lula. Fui conferir sua agenda. Vi que ele rege a Orquestra da Petrobras, toca no Domingo na Funarte, coordena as Quintas no BNDES, viaja a Paris a convite do Ministério da Cultura, é mandado a Goiás pelo Ministério do Turismo, apresenta-se no Centro Cultural Banco do Brasil, e pede tutu da Lei Rouanet para gravar um CD comemorativo de sua carreira. Gosto de me intrometer na vida dos outros. Eu teria o maior interesse em saber quanto do faturamento de Wagner Tiso foi bancado pelo Estado nos últimos anos. E se o número aumentou ou diminuiu durante o mandato de Lula. Pensei em ligar para ele e perguntar-lhe diretamente,

mas fiquei envergonhado. Wagner Tiso é amigo de um amigo. Já amolei tanta gente que só me restou amolar os amigos dos amigos. Acabei telefonando para a assessoria de imprensa da Petrobras, para tentar descobrir o valor de seu contrato com a Orquestra. Ninguém quis me informar. A Petrobras é o maior patrocinador cultural do Brasil. Em 2005, investiu 235 milhões de reais em patrocínios. É o mensalão das artes.

Cada um vota como bem entende. Eu só acho que, por pudor, os lulistas deveriam fazê-lo

**“A Eletrobrás
patrocinou o último
espetáculo teatral
de José de Abreu.
É um monólogo em
que ele interpreta
José Dirceu,
José Mentor e
Gilberto Gil. Uma
gente da melhor
qualidade. José de
Abreu ganhou
145 900 reais pelo
espetáculo”**

escondido, em vez de anunciá-lo publicamente, como aconteceu na casa de Gilberto Gil, na última segunda-feira. Listei algumas personalidades do meio artístico que declararam voto em Lula e que merecem ser boicotadas. Todas elas já receberam alguma ajuda do Estado. O efeito do boicote será nulo. Mas é sempre uma farra perturbar os lulistas. Caso alguém queira acrescentar um nome, mande-o para mim. Por enquanto, minha lista é a seguinte: Paulo Betti, Arlete Salles, Bete Mendes, Jorge Mautner, Al-

cione, Jards Macalé, Renata Sorrah, Zeca Pagodinho, Fernanda Abreu, Luiz Carlos Barreto, Augusto Boal, Rosemary, Jorge Furtado, Marcos Winter, DJ Marlboro, Ariano Suassuna, Shel, Cara Branca, Magrelo e Morringa. Peraí. Cancele a última parte. Estou confundindo tudo. É o problema de ler tantos jornais. Os quatro últimos apoiavam o PT, mas não pertencem ao meio artístico. Pertencem ao PCC.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula sabia sim do mensalão, afirma ex-governador tucano”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de Setembro de 2006.

A matéria destaca que o ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, afirmou que alertou ao próprio Presidente Lula, em 2004, sobre o pagamento de mesada a parlamentares. Segundo Perillo, “Não adianta o Lula falar que não sabia de mensalão, porque eu avisei a

ele em Rio Verde, e ele disse: cuide de seus deputados que eu cuido dos meus”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Eleições 2006

Lula sabia sim do mensalão, afirma ex-governador tucano

Perillo lembrou ter alertado o presidente sobre escândalo em 2004

Christiane Samarco
ENVIADA ESPECIAL
JATAÍ

O ex-governador de Goiás Marconi Perillo, que é candidato do PSDB a senador, acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “patrocinar os maiores escândalos da história recente do Brasil” e complementou sua versão sobre o alerta que teria dado em 2004 ao próprio presidente sobre o pagamento de mesada a parlamentares.

“Não adianta o Lula falar que não sabia de mensalão, porque eu avisei a ele em Rio Verde, e ele disse: cuide de seus deputados que eu cuido dos meus”, afirmou Perillo no aeroporto da cidade goiana de Jataí, enquanto aguardava a chegada do candidato do PSDB a presidente, Geraldo Alckmin, que faria campanha na cidade.

Desde que o então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou o mensalão, acusando o Palácio do Planalto de pagar

mesada a parlamentares para que votassem projetos de seu interesse e de financiar o troca-troca de legendas para reforçar sua base, Perillo foi o único governador que confirmou os rumores sobre sua existência. Também foi o único a afirmar que levava o assunto ao conhecimento do presidente Lula. A conversa entre os dois, segundo o tucano, teria ocorrido em maio de 2004, por ocasião de uma visita oficial de Lula à cidade goiana de Rio Verde.

FRASES

Marconi Perillo Ex-governador de Goiás

“Não adianta o Lula falar que não sabia de mensalão, porque eu avisei a ele em Rio Verde, e ele disse: cuide de seus deputados que eu cuido dos meus”

“Como o Lula tem problema de amnésia, deve ter esquecido disso também”

Mas Perillo jamais havia contado que Lula o mandara “cuidar” de seus deputados, deixando que ele, presidente, cuidasse de sua base na Câmara. “Nunca disse isso a ninguém”, afirmou ontem. “Mas como o Lula tem problema de amnésia, deve ter esquecido disso também.”

Nas investigações sobre o mensalão, Perillo chegou a ser convidado a depor como testemunha no Conselho de Ética da Câmara, quando a deputada Raquel Teixeira (PSDB) denunciou o líder do PL na Casa, Sandro Mabel (GO). A deputada acusou Mabel de lhe ter oferecido R\$ 1 milhão para que trocasse de partido. O Conselho de Ética da Câmara decidiu ouvir Perillo porque Raquel garantira ter levado a seu conhecimento a “proposta” de Mabel.

CARTA

O testemunho do então governador ao conselho foi dado por escrito. Em carta datada de 26 de julho do ano passado e dirigida

da ao presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), o governador confirmou que alertara o presidente Lula a respeito do mensalão. Disse ter relatado ao presidente “que ouvira rumores sobre a existência de mesada a parlamentares em conversas informais em Brasília, porém sem provas concretas”.

Mais adiante, contou ter apenas repetido o inteiro teor das informações que havia recebido. Depois, completou: “O senhor presidente da República disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências que o assunto requeria.”

Ainda na carta, Perillo acrescentou as razões que o levaram a dar esse assunto por encerrado. “Não tive mais informações”, explicou, acrescentando que nem possuía “provas concretas” a esse respeito, e estava “certo de que havia levado o assunto ao conhecimento da maior autoridade e mais alto magistrado do País”. ●

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Primeira promessa não cumprida”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 29 de agosto do corrente.

Destaco, do artigo, o seu primeiro parágrafo: “Mais gastança e mais impostos: é esta a perspectiva anunciada aos brasileiros pelo governo central, no caso de reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Primeira promessa não cumprida

Mais gastança e mais impostos: é esta a perspectiva anunciada aos brasileiros pelo governo central, no caso de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até quinta-feira o Executivo terá de enviar ao Congresso a proposta orçamentária para 2007. O governo desistiu de incluir na proposta a redução do gasto corrente prometida no primeiro semestre. (Promessa repetida no discurso-programa de Lula no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.) A decisão de como arrumar as contas ficará para o presidente eleito em outubro, segundo fonte citada pelo **Estado** na segunda-feira. Essa gentileza só pode agradar a um candidato disposto a governar com o cofre aberto.

A equipe econômica havia encenado um compromisso de austeridade ao formular, no semestre passado, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pelo projeto, deveria haver um corte na despesa corrente programada para 2007. A redução seria equivalente a 0,1% do PIB. Seria preciso economizar cerca de R\$ 13 bilhões.

Mas a prática do governo tem sido contrária a essa orientação. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia criticado a fixação de um teto para a arrecadação administrada pela Receita Federal. Esse teto, 16% do PIB, foi ultrapassado em 2005.

A rejeição de um teto para a cobrança de impostos é compreensível, quando os gastos federais crescem velozmente para atender aos objetivos eleitorais do governo.

Ao renegar, agora, o compromisso de um corte na despesa corrente para o próximo ano, o Executivo apenas se mantém coerente com a orientação definida há meses por seus coordenadores políticos.

Como o projeto da LDO ainda não foi aprovado, o governo se considera livre, segundo as explicações colhidas em Brasília, para esquecer a proposta de corte. Será necessário, naturalmente, ajeitar no Congresso o texto da LDO, para não haver conflito com a orientação agora explicitada. Mas isso, aparentemente, é um detalhe pouco preocupante para a equipe do Palácio do Planalto.

O abandono da regra incluída na proposta inicial da LDO será um retrocesso, disse on-

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

tem o ex-diretor do Banco Central Ilan Goldfajn. Isso equivale, segundo ele, a negar a existência de um teto não só para a despesa corrente, mas também para a carga tributária.

Mas o governo mantém, segundo o ministro da Fazenda e seus principais assessores, o compromisso de obter um superávit primário – o resultado fiscal sem o pagamento de juros – equivalente a 4,25% do PIB.

O superávit, no entanto, vem sendo obtido, há anos, sem uma efetiva redução da despesa. Só tem sido possível porque a carga tributária lançada sobre trabalhadores e empresas não pára de crescer.

Isso é uma caricatura de ajuste fiscal, porque o peso financeiro do Estado continua a crescer, dificultando o investimento produtivo, o consumo das famílias e o crescimento real da economia. O crescimento da despesa no ritmo observado até agora “desmoraliza o conceito de superávit primário”, como observou Goldfajn.

A maior parte do corte planejado para 2007, na proposta original da LDO, apenas compensaria a despesa ocasionada pelos au-

mentos do salário mínimo, dos salários e dos benefícios ao funcionalismo.

Aumentos desse tipo geram despesas permanentes. Seus efeitos vão aparecer não só nas contas de 2007, mas também nas despesas públicas dos anos seguintes. Uma efetiva compensação, portanto, só seria possível com medidas também permanentes. Mas nada permite prever, neste momento, novos esforços de austeridade fiscal nos próximos anos.

Ao contrário: todas as pressões políticas, agora, são orientadas para a expansão do gasto público e para um maior desequilíbrio fiscal. Para alcançar seus objetivos eleitorais, o governo tem-se afastado cada vez mais da prudência financeira, concedendo benefícios fiscais sem planejamento, reescalando dívidas e inflando os custos do pessoal e da Previdência.

Não há indício de crise fiscal em 2007, tem repetido o secretário do Tesouro, Carlos Kwall. Ele pode estar certo quanto a essa previsão, mas tudo está sendo preparado para uma piora das finanças federais nos próximos anos. Mantida essa disposição, não há como falar seriamente sobre redução substancial de juros e crescimento econômico sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006- COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001,

na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 23 minutos.)

(OS Nº 15328/2006)

**ATA DA 116ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2006
(Publicada no DSF de 25 de julho de 2006)**

RETIFICAÇÃO

Na Página 24998, segunda coluna, no Requerimento nº 848, de 2006,

onde se lê:

“Requerimento nº 848, de 2006

Em conformidade com o disposto no art. 43, § 6º, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 30, de 2006, requeiro seja considerada como licença à adotante os dias 23, 24, 25, 30 e 31 de maio; 1, 13, 14, 20, 21 e 22 de junho; 10, 11 e 12 de junho de 2006.

”

Leia-se:

“Requerimento nº 848, de 2006

Em conformidade com o disposto no art. 43, § 6º, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 30, de 2006, requeiro seja considerada como licença à adotante os dias 23, 24, 25, 30 e 31 de maio; 1, 13, 14, 20, 21 e 22 de junho; 10, 11 e 12 de julho de 2006.

”

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 130 PÁGINAS